

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**GOVERNO LEONEL BRIZOLA NO RIO GRANDE DO SUL:
DESCONSTRUINDO MITOS**

FLAVIA CRISTINA MAGGI BEMFICA

PORTO ALEGRE

2007

FLAVIA CRISTINA MAGGI BEMFICA

**GOVERNO LEONEL BRIZOLA NO RIO GRANDE DO SUL:
DESCONSTRUINDO MITOS**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em História da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Helder Gordim da Silveira

PORTO ALEGRE

2007

Para Dudu, Marcelo e Fernanda,
que está a caminho.

AGRADECIMENTOS

A história deste trabalho contou com a participação de uma série de pessoas e instituições que merecem meus agradecimentos. Primeiro, manifesto minha consideração pelo professor Helder Gordim da Silveira, orientador desta dissertação, e que possui duas características imprescindíveis a um mestre: o espírito democrático, aberto a diferentes pontos de vista, e a capacidade de fazer as observações necessárias que, mesmo quando rigorosas, são de uma cordialidade admirável.

Agradeço também ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS. Os seminários de que participei, sem exceção, contribuíram para que o trabalho avançasse, quer por suas provocações teóricas, quer pela bibliografia indicada, quer pela qualidade das aulas. Assinalo meu agradecimento à PUCRS, que me proporcionou as condições para que desenvolvesse este projeto, ao CNPQ e à Capes, pelas bolsas que possibilitaram minha participação neste Programa.

Não poderia deixar de fazer aqui uma especial deferência ao professor Temístocles Cezar, o primeiro a acreditar neste projeto, e seu grande incentivador.

Agradeço ainda a grande atenção recebida dos funcionários da Biblioteca do Solar dos Câmara, onde se encontram os Anais do Legislativo e os Balanços Gerais do Estado, além de muitos outros documentos. Com igual solicitude fui recebida na Biblioteca da Secretaria de Estado da Fazenda, na Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística, na Biblioteca do Tribunal de Contas e na Biblioteca do Centro Cultural Érico Veríssimo, onde está o Museu da Eletricidade.

Agradeço por fim a todos os familiares e amigos que me ajudaram neste percurso. À minha mãe, que gosta de uma boa ‘história’, e ao meu pai, de quem certamente herdei o ‘gosto’ pela história política. À Eduarda e Marcelo, por sua paciência e compreensão. E à Andréa, que me ajudou em uma hora difícil.

Flavia Cristina Maggi Bemfica
verão de 2007

RESUMO

Esta dissertação trata sobre a gestão de Leonel Brizola à frente do Executivo do Rio Grande do Sul, no período entre 1959 e 1962, analisando as diretrizes de governo, principalmente os anunciados investimentos em educação e outras políticas sociais, em obras de infra-estrutura e na alteração da matriz produtiva do Estado. Também são abordadas questões relativas à reforma agrária, às encampações de subsidiárias de empresas multinacionais e as posturas adotadas pelo então governador em relação a estes temas polêmicos. A pesquisa buscou subsídios em documentos diversos, como os Anais da Assembléia Legislativa, os Balanços Gerais do Estado, as séries históricas de estatísticas do IBGE, as mensagens enviadas pelo Executivo ao Parlamento, o roteiro do programa de governo de Brizola, decretos e leis. Ao longo de todo o trabalho o discurso e as iniciativas anunciadas por Brizola e pelo PTB são cotejados com as ações efetivadas por sua administração e os respectivos resultados. A dissertação apresenta assim um panorama a respeito das iniciativas do governo aliada a uma reflexão sobre a movimentação de Brizola como sujeito dentro do campo político.

PALAVRAS-CHAVE: Leonel Brizola. Política. Educação no RS. Reforma Agrária. Estatização.

ABSTRACT

This dissertation approaches the administration of Leonel Brizola, governor of the Rio Grande do Sul State, between 1959 and 1962. It was analyzed under the government guidelines, specially the announced investments in education and others social politics, infrastructure projects and the change of the productive economic bases of the State. Also, this research approaches the issue of agrarian reform, the subsidiary expropriations of multinationals companies and the positions adopted for the governor face to these controversial subjects. This research analyzed several documents, as the Archives of the State Legislature, the Annual Reports of the State, the historical series of statisticians of the IBGE, the messages sent by the Executive to the Parliament, the plan of Brizola's government, decrees and laws. All through this work, the speech and the initiatives announced for Brizola and the PTB are compared with the actions accomplished for its administration and the related results. This essay presents thus a full sight concerning the initiatives of the government connected to a reflection on Brizola's movement as subject in the politician sphere.

KEY-WORDS: Leonel Brizola. Politics. Education in the RS. The Agrarian Reform. Estatization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 A POLÍTICA POSSUI REGRAS.....	18
1.1 UM TRABALHISTA NO PODER.....	18
1.1.1 O BINÔMIO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	22
1.1.2 OS MUITOS LADOS DA MESMA MOEDA.....	27
1.2 O JOGO DUPLO COMO NORMA DE GOVERNO.....	31
1.2.1 AS POSTURAS DE BRIZOLA.....	38
1.2.2 A SOMBRA DO GOLPE.....	42
2 AS APARÊNCIAS ENGANAM.....	51
2.1 AS PRIORIDADES SOCIAIS DO PTB.....	51
2.1.1 A EDUCAÇÃO COMO BANDEIRA.....	55
2.1.2 SOB RAM NÚMEROS, FALTAM VAGAS.....	61
2.2 O II PLANO DE OBRAS.....	68
2.2.1 APOIO NO PARLAMENTO, RECURSOS E IMPOSTOS ABUNDANTES.....	76
2.2.2 AS ESTRADAS DA PRODUÇÃO.....	83
3 AS BANDEIRAS NACIONALISTAS.....	88
3.1 REFORMA AGRÁRIA.....	88
3.1.1 PROGRAMAS E VERBAS.....	95
3.1.2 A FAZENDA SARANDI.....	105
3.1.3 O BANHADO DO COLÉGIO E OS ENFRENTAMENTOS FINAIS.....	110
3.2 ESTATIZAÇÕES DE MULTINACIONAIS.....	114
3.2.1 O LONGO PERCURSO DA ENCAMPAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA.....	118
3.2.2 O PROCESSO ENVOLVENDO A TELEFONIA.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
FONTES DOCUMENTAIS.....	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matrícula Geral – Ensino Primário Fundamental Comum.....	57
Tabela 2: Unidades Escolares – Ensino Primário Fundamental Comum.....	60
Tabela 3: Ensino Primário – Rede Estadual.....	63
Tabela 4: Ensino Primário – Redes Municipais.....	63
Tabela 5: Ensino Médio Comum (ginasial e colegial) – Rede Estadual.....	65
Tabela 6: Ensino Médio Comum (ginasial e colegial) – Redes Municipais.....	65
Tabela 7: Ensino Normal – Rede Estadual.....	65
Tabela 8: Ensino Normal – Redes Municipais.....	65
Tabela 9: Ensino Industrial – Rede Estadual.....	66
Tabela 10: Ensino Agrícola – Rede Estadual.....	66
Tabela 11: Despesa realizada com o II Plano de Obras (Cr\$).....	72
Tabela 12: Relação entre dívida e impostos.....	77
Tabela 13: Peso de impostos e empréstimos no total arrecadado com ambos.....	77
Tabela 14: Arrecadação com a Taxa de Educação (Cr\$).....	80
Tabela 15: % da despesa destinado à Secretaria da Agricultura.....	92
Tabela 16: Arrecadação da Taxa de desenvolvimento Agrícola (Cr\$).....	98
Tabela 17: II Plano de Obras – Investimento previsto em Mecanização, Assistência e Incentivo à Produção (Cr\$ milhões).....	99
Tabela 18: Verbas para a Diretoria de Terras e Colonização (Cr\$).....	99
Tabela 19: Verbas para a Ceth (Cr\$).....	99
Tabela 20: Taxa de Eletrificação e Comunicações.....	126
Tabela 21: Taxa de Educação.....	126

INTRODUÇÃO

Populista, agitador, caudilho, incitador das massas, comunista, legalista, golpista, nacionalista, líder carismático. Inúmeros adjetivos foram atribuídos a figura de Leonel Brizola ao longo das últimas cinco décadas. O presente trabalho, que toma por base a consulta a documentos como os Anais da Assembléia Legislativa dos anos de 1958 a 1964, as mensagens enviadas pelo Executivo ao Parlamento, o roteiro do programa de governo de Brizola quando à frente do Executivo gaúcho, os Balanços Gerais do Estado entre os anos de 1955 e 1966, decretos governamentais, leis estaduais e federais do período entre 1959 e 1962 e séries históricas de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem por objetivo analisar aspectos considerados prioritários no governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, como os investimentos em educação, infra-estrutura e alterações da estrutura fundiária.

A análise inclui a argumentação, embasada na documentação e em referenciais teóricos que incluem estudos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, Norberto Bobbio e Paul Veyne¹, de que o governo Brizola pode ser considerado como inserido dentro das práticas desenvolvidas no campo político e nas condições estabelecidas dentro do jogo político naquele momento da história do país, com todos os fatores aí incluídos, que vão de interesses individuais a conquista e manutenção do poder. Sendo assim, guardadas as diferenciações características entre doutrinas partidárias e agentes políticos, e apesar do discurso contundente e da série de planejamentos e obras anunciadas, o governador se movimentou dentro das regras do embate político, conforme será demonstrado a seguir.

Entre pesquisadores, o governo Brizola, que ocorreu entre os anos de 1959 e 1962, é, via de regra, associado ao termo ruptura, mas para tratar da definição de duas situações distintas. Na primeira delas, para caracterizar a própria gestão do ex-governador – que teria rompido com práticas políticas que visavam beneficiar aos setores mais conservadores, instaurando projetos voltados para a distribuição de renda e o desenvolvimento com base em investimentos em infra-

¹ Ver: BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2000. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UNB, 1995.

estrutura e alterações na matriz produtiva do Estado. Esta ruptura, ou seja, o próprio mandato de Brizola, teria se caracterizado como uma espécie de marco na história do Rio Grande do Sul, com alterações significativas em áreas como a Educação (uma das prioridades do governo), a geração de energia, a infra-estrutura de transportes ou a estrutura agrária. Teria, até, gerado repercussões nacionais em relação a determinados processos (como o das encampações de subsidiárias de empresas multinacionais) e provocado tanto a desaprovação como a reação dos chamados setores conservadores, cujos representantes, inclusive no Parlamento gaúcho, gradativamente foram atribuindo ao governador trabalhista objetivos que incluíam a desestabilização da ordem vigente.

A segunda possibilidade de uso do termo ruptura em relação ao governo do então petebista no RS marca um episódio mais específico: a Legalidade, em 1961. A partir dele, Brizola teria alterado não só a composição política do governo, mas também dado início a iniciativas realmente identificadas com as propostas defendidas pelos setores ‘de esquerda’ de um modo geral, entre eles os comunistas. Segundo Córdula Eckert², a partir de 1961 houve uma ruptura na proposta política assumida até então por Brizola no governo, ocasionada tanto pela Legalidade como pela derrota da chapa do Marechal Henrique Teixeira Lott e de João Goulart no Estado nas eleições presidenciais de 1960.

Se em relação à definição de alterações ocorridas a partir do final do terceiro ano do governo de Leonel Brizola o termo ruptura pode até ser aceitável, na medida em que trata de mudanças em determinadas diretrizes de gestão, apesar de que, quanto às ações efetivadas esta ruptura não fique clara, e pareça mais apropriada a expressão adaptação da proposta política, o mesmo não ocorre em relação ao uso do termo ruptura para caracterizar a própria gestão de Brizola. Quanto ao primeiro aspecto, a necessidade de esmiuçar os motivos que levaram Brizola a adotar posturas mais identificadas com os setores de esquerda constitui parte relevante para o

² ECKERT, Córdula. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Itaguaí (RJ): UFRRJ, 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. A divisão do governo Brizola a partir da Legalidade não é novidade. Foi utilizada por Eckert e também, por exemplo, nos trabalhos de Maria Assunta Campilongo Zanzfeliz e Mercedes Cánepa. Ver: CÁNepA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. ZANFELIZ, Maria Assunta Campilongo. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura 1958-1962*. Porto Alegre: UFRGS, 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia, Política e Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. É Eckert quem destaca que o principal objetivo da política agrária de Brizola no início do governo não era a reforma agrária e sim a legitimação de terras devolutas. Prova disso, segundo a autora, seria o fato de a secretaria da Agricultura, até outubro de 1961, quando houve a ruptura da aliança PTB/PRP, ter sido ocupada pelo integralista Alberto Hoffmann.

trabalho que se segue. Depois da Legalidade, houve de fato um giro à esquerda. Este movimento, contudo, coloca outras questões como apontar se Brizola voltou-se à esquerda porque perdeu o apoio dos setores mais conservadores ou de centro, se algum dia ele teve estes apoios, se após a projeção nacional obtida com a Legalidade ele vislumbrou a possibilidade de chegar rapidamente à presidência da República e se, sendo assim, sua aproximação com as bandeiras levantadas também pelos comunistas e socialistas fazia parte de uma estratégia de conquista das massas. Dizer que Brizola foi cada vez mais isolado pelos conservadores ou pelos setores integrados pelas chamadas classes médias, ou que na verdade disputava espaço e voto com os comunistas, são assertivas corretas, mas ainda simplificadas. O que ele vislumbrou neste giro à esquerda, se pensava em mantê-lo e o quanto suas ações foram voluntárias, são pontos ainda em aberto.

Sobre estes aspectos, o presente trabalho apresenta algumas proposições. Estas proposições indicam que a aproximação com as bandeiras de esquerda e nacionalistas, principalmente a de instituição de um projeto de reforma agrária e a de encampação de subsidiárias de empresas multinacionais eram processos já em curso, como é demonstrado documentalmente, e muito provavelmente teriam prosseguimento com ou sem a interferência particular do governador. Este soube, sem dúvida, apropriar-se de maneira adequada de reivindicações que não diziam respeito apenas ao PTB ou às diretrizes do governo, mas sim integravam solicitações de parcelas significativas da sociedade.

Em segundo lugar, e neste caso a aproximação com reivindicações à esquerda no espectro do campo político precisa ficar bem esclarecida, há um longo percurso entre a edição de um decreto ou lei e o anúncio de determinadas prioridades e a efetivação de medidas concretas que façam com que o anunciado ou previsto legalmente torne-se uma ação de fato, atendendo às reivindicações em questão. Esta alteração – a tão batida diferença entre a teoria e a prática, o discurso e a ação – é fundamental na análise do governo Brizola porque o que a documentação mostra é que ela é bastante significativa.

É a partir desta diferença também que este estudo defende que o termo ruptura não pode ser utilizado para caracterizar a gestão de Brizola. A documentação consultada para sua confecção mostra que tanto o mandato de Brizola quanto à reação dos chamados setores conservadores, ou as relações entre Brizola e estes setores, precisam ser relativizadas e, seu estudo, mais detalhado. “A história é feita da mesma substância que a vida de cada um de nós. [...] O tecido da história é o que chamaremos uma intriga, uma mistura muito humana e muito

pouco científica de causas materiais, de fins e de acasos, uma fatia de vida.”³ A síntese, feita por Paul Veyne para caracterizar a história, define bem o período – e, mais do que ele, a rede formada por acontecimentos, ações, acasos, pensamentos, costumes, situações, subjetividades, impressões... – de que trata este trabalho. Como em uma teia na qual os fios se entrecruzam, no recorte proposto na dissertação há um sem número de fatores a serem considerados.

É possível identificar com certa clareza que sim, Brizola adotou determinadas práticas defendidas também pelos setores de ‘esquerda’ e, sim, os trabalhistas não eram, em tese, os representantes da elite econômica. Mas se pode também dizer que ter um integralista na secretaria da Agricultura do Estado fazia com que as prerrogativas da pasta certamente estivessem distantes da prática de redistribuição de terras. Ou que o distanciamento dos representantes da chamada elite econômica não era assim tão grande quanto às vezes se quis fazer parecer. Ao contrário do que possa parecer, Brizola não se pautou por uma forma inovadora de gestão, e seu mandato não se caracterizou como um grande marco na história do Rio Grande do Sul. Pelo contrário, assim como fizeram seus adversários, ele se movimentou, e bem, dentro das regras estabelecidas do jogo político.

Estas regras incluem a apropriação de processos que resultem em dividendos para a conquista e manutenção do poder (como a nacionalização das multinacionais), a superdimensão dada a ações que não se concretizaram (como os resultados da desapropriação da Fazenda Sarandi, em Nonoai), o anúncio antecipado de obras que nem sempre aconteceram (como a conclusão das Estradas da Produção), o fornecimento de grandes números a respeito das realizações do governo (como aqueles relativos ao número de matrículas abertas na rede pública estadual) e a atribuição do insucesso de processos em determinadas áreas (como as negociações a respeito das encampações) aos adversários políticos. Somados, estes movimentos, e um discurso que repetia sua concretização, ajudaram a construir uma imagem mitificada tanto do governador como de sua gestão, na qual Brizola se destacaria como uma liderança política nacionalista, que valorizava muito a educação devido a sua origem humilde, e que não se acanhava ante o enfrentamento de interesses de elites nacionais associadas ao capital internacional, além de estabelecer detalhados planejamentos que viriam a sanar os problemas estruturais do Estado, promovendo seu desenvolvimento.

³ VEYNE, Paul. op. cit. p. 42-44.

Outro ponto abordado neste estudo diz respeito aos elementos que permitiram que o mesmo sujeito, no caso Brizola, fosse considerado, no decorrer de um curto espaço de tempo, ou simultaneamente, comunista e populista, ou comunista e fascista⁴, e se (quanto e como) a auto-imposta herança política de Getúlio Vargas contribuiu para essas duplas caracterizações. Poderia ser qualquer outro sujeito, mas Brizola, inegavelmente, possui inúmeros atrativos. No início do governo, a oposição já o definia como caudilho, golpista e ditador. A figura de Getúlio Vargas e a época do Estado Novo o acompanharam não só no período aqui em questão, mas ao longo de toda a sua trajetória. Ele raramente será considerado um democrata. E, é importante lembrar, ao se auto-determinar herdeiro de Vargas e assim das conquistas para os trabalhadores, da estatura de estadista, Brizola também acabava por chamar a si termos bem menos edificantes, como populista e adepto da conquista do poder pela força.

Antes e depois da Legalidade, Brizola era acusado de tentativa de um golpe que subvertesse as instituições democráticas. Sua forma de fazer política – via de regra composta por expedientes que incluíam os modos exaltados e ameaçadores – muito provavelmente ajudou a acirrar os ânimos. Tanto que, após o golpe, ele foi apontado por parte da esquerda nacional como um dos principais responsáveis pelo acirramento de posições que culminou com o 1º de abril de 64. Mais do que perseguido, ele foi ignorado.⁵ Tamanha riqueza de nuances não é assim tão facilmente atribuída a um único sujeito, seja ele considerado peça importante pelos que se dedicam a contar a história dos que estão em cima ou dos que estão embaixo na política ou na sociedade. É preciso que se diga, ainda, que várias das obras que tratam sobre a figura de Brizola ou sobre seu governo no Rio Grande do Sul estão por demais impregnadas de paixões partidárias, vinculações afetivas e admirações incontestes. João Trajano Sento-Sé, em seu estudo sobre o brizolismo⁶, menciona as dificuldades em realizar um trabalho que não seja rotulado como contrário ou favorável quando o tema da pesquisa inclui uma figura que inspirou avaliações tão contraditórias como Brizola.

⁴ANAIAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. v. CXXI. p. 119. Pronunciamento de Cândido Norberto (PSB). “Quem conhece o Sr. Leonel Brizola – e todo o Rio Grande do Sul o conhece – sabe que ele não chega a ser sequer um homem com tendências esquerdistas, com inclinações socializantes. O seu passado e o seu presente provam exatamente o contrário, provam que o Sr. Leonel Brizola possui uma irreversível vocação para a direita, até mesmo para o fascismo”. 97ª sessão, em 10/09/58. Sobre o mesmo assunto: v. 120. p. 393, 85ª sessão, em 26/08/58.

⁵ Sobre este assunto ver: SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/FGV, 1999.

⁶Tbid.

É dentro da perspectiva abordada por Sento-Sé que se desenvolve o trabalho que segue. Ele não é um trabalho contra Brizola, o brizolismo, o PTB ou a gestão petebista. Ele apenas tenta demonstrar o quanto o ex-governador ou sua gestão se inseriram dentro das normas existentes do jogo político. Leonel Brizola era, como seus adversários e correlegionários, um político em atuação dentro do relativamente jovem sistema republicano democrático brasileiro, com suas práticas características. Seu exemplo, e o da conjuntura política de então, podem ser enquadrados na teoria política maquiavélica⁷, que separa moral (como sistema de códigos de conduta que levam em conta a honestidade, a fidelidade, a tolerância, e o fazer o bem) de política. A utilização de determinados discursos ou a defesa de algumas práticas por parte de Brizola, por exemplo, precisam ser consideradas também como fator importante de aglutinação de parcelas significativas do eleitorado e não apenas como prioridades de governo determinadas tão somente pela história particular do governador ou por suas crenças pessoais.⁸

Mas, cabe ressaltar, este não é um trabalho que defenda a preponderância de aspectos estruturais sobre ações de indivíduos e grupos. Dentro da perspectiva abordada, a prática da política leva em conta a existência de uma rede de acontecimentos que se entrecruzam e dentro da qual também funcionam como causas motrizes da história “a natureza das coisas, a liberdade humana e o acaso”⁹. A metodologia utilizada não é quantitativa. Os referenciais teóricos partem da construção do trabalho com base nas sucessivas divisões em blocos (as duas rupturas do governo Brizola a serem consideradas; a aproximação/afastamento das chamadas elites; a separação entre as ações de Brizola e as práticas que os adversários lhe atribuíam), mas as diversas separações, acima expostas, são utilizadas como recurso próprio do processo de inferência, sem um viés estruturalista. Neste caso, os dados quantitativos são utilizados para qualificar e complementar a metodologia qualitativa.

Estabelecer categorias, dividir, reagrupar os documentos por temas, levando em conta não apenas a ordem cronológica, mas utilizando-a como um instrumento que auxilia na análise da evolução de práticas e discursos, ao mesmo tempo em que se observa a recorrência ou não de determinadas questões, constituem parte do trabalho científico. “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra

⁷ Ver: MAQUIAVEL. Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: UnB, 1994.

⁸ Ver BOURDIEU, Pierre. op. cit.

⁹ VEYNE, Paul. op. cit. p. 126.

maneira. [...] Instauradora de signos, expostos a tratamentos específicos, esta ruptura pressupõe a necessidade de uma operação técnica.”¹⁰

Talvez o motivo mais visível para a confecção deste estudo seja o fato de que, até hoje, ou por dar conta de acontecimentos recentes, ou por fatores diversos, o período em questão no Rio Grande do Sul ainda não recebeu a devida atenção por parte dos pesquisadores. Constitui-se, assim, em época no Estado sobre a qual existem muitas suposições, mitos até, mas pouco conhecimento a respeito de detalhes que podem, inclusive, contribuir para o esclarecimento de outros pontos. Sendo os aspectos citados referentes ao governo de Leonel Brizola e a análise posterior que se fez dos mesmos melhor esclarecidos, será possível, talvez, também compreender melhor, através de uma parte da trajetória de uma liderança política, como determinadas ações de indivíduos ou grupos podem ser interpretadas de formas diversas, legitimando respostas, às vezes desproporcionais, a estas mesmas interpretações, e não às ações de fato. As associações feitas entre Leonel Brizola e os variados matizes ideológicos, bem como a imagem de um governo que priorizou a educação e o desenvolvimento foram construções elaboradas a partir de uma série de fatores que não o fato de terem os mesmos se concretizado na medida em que foram anunciados. É neste sentido que é possível, como assinala Le Goff¹¹, conduzir o trabalho como um *case study*, um recorte de caso que ajuda a explicar uma parte da história do Estado.

Cabe esclarecer ainda um outro ponto. A escolha de um ‘grande homem’ e as fontes utilizadas podem dar a alguns a sensação de um trabalho ligado à uma forma muito conservadora de se estudar história política. Em primeiro lugar, em um regime dito democrático os discursos de agentes políticos específicos, no caso dirigentes partidários e representantes dos partidos na Assembléia Legislativa, representam uma das formas pelas quais a população exprime suas avaliações. Ao mesmo tempo, um dos papéis desempenhados pelas lideranças político-partidárias é o de influenciar conceitos e opiniões. Céli Jardim Pinto¹² lembra que partidos e postos

¹⁰ DE CERTEAU, Michel. *A operação historiográfica*. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 81-83. Para o autor, um trabalho é científico quando opera uma redistribuição do espaço. “... e consiste, primordialmente, em se dar um lugar pelo estabelecimento das fontes, quer dizer, por uma ação instauradora e técnicas transformadoras.”

¹¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p.47. “...um estudo monográfico, limitado no espaço e no tempo, pode ser um excelente trabalho histórico, se levantar um problema e se se prestar à comparação, se for conduzido como um *case study*.”

¹² PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 55. “A construção de sujeitos, e portanto o próprio discurso político, está vastamente relacionada com o caráter de luta que a construção deste tipo de discurso envolve. A luta é o jogo do significado, é o jogo da construção do antagonismo: cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo.”

governamentais são locais privilegiados de enunciação do discurso e discorre sobre as formas como o discurso político é elaborado. Em segundo lugar, os Anais do Legislativo, por exemplo, contêm muito mais do que os pronunciamentos dos deputados. Ali estão também toda a série de documentos que os parlamentares solicitam sejam transcritos, de decisões judiciais a encíclicas religiosas, passando por pronunciamentos de chefes de Executivos, entrevistas de personalidades e notícias de jornais.

No decorrer do longo período de maturação deste trabalho, cujas primeiros esboços apareceram ainda durante o curso de graduação em História, os Anais do Legislativo, como primeira fonte consultada, tiveram relevante importância para o desenvolvimento de toda a argumentação. Em um primeiro momento, a idéia era formatar um estudo a respeito da vinculação estabelecida entre a imagem de Leonel Brizola e o comunismo tanto no decorrer do período abordado como nos anos posteriores, situação que despertava um interesse de longa data. Esta vinculação, em alguns casos, se estende até os nossos dias. A tal ponto que quem viaje pelo Estado não tenha dificuldade em encontrar interlocutores que tachem o ex-governador de comunista.

Para buscar subsídios ao trabalho ‘direto na fonte’, deu-se início a consulta nos Anais do Legislativo. A documentação abriu um extenso leque de novas possibilidades, uma vez que remetia para leis e práticas de governo que estavam em desacordo com aquelas anunciadas na propaganda petebista. Se o governador e os deputados que apoiavam o governo destacavam o caráter inovador da gestão brizolista, os investimentos pesados em infra-estrutura e uma ‘revolução’ na educação, por que Brizola era cobrado de forma sistemática pelos deputados oposicionistas por atrasos no pagamento de servidores, inclusive professores, as críticas à situação financeira do Estado eram constantes, as posições políticas adotadas pelo governador questionadas e as acusações de superfaturamento em obras ou o não cumprimento de promessas feitas à população maculavam a administração em tese voltada para o desenvolvimento e as políticas sociais?

Para tentar responder a estas questões, os discursos dos deputados eram insuficientes, mesmo que a documentação constante nos Anais fornecesse uma série de indicativos importantes ante uma análise mais atenta. Por isso, as informações existentes ali foram cruzadas com uma série de outros documentos conhecidos pela seriedade com que são elaborados, como os Balanços Gerais do Estado, as séries históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) e os pareceres sobre as contas de governo emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Foi neste cruzamento de fontes que vários dos feitos brizolistas tão exaltados no discurso acabaram por se mostrar bastante modestos.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro são abordadas as questões centrais relativas ao campo político e à prática da política, e como Leonel Brizola e seu partido, o PTB, se posicionavam no interior deste campo dentro do contexto histórico em que estavam inseridos. O segundo capítulo traz uma série de dados quantitativos a respeito de áreas consideradas com prioritárias durante a gestão brizolista, principalmente a da educação. O objetivo é mostrar, por meio da documentação, que os números anunciados nem sempre podem ser comprovados. No terceiro capítulo são abordados temas polêmicos, que envolvem duas bandeiras nacionalistas – a reforma agrária e a estatização de multinacionais – cuja defesa foi encampada pelo governo de Brizola em seu período final.

1 A POLÍTICA POSSUI REGRAS

Neste capítulo serão analisadas algumas das posturas adotadas pelo político Leonel Brizola, com ênfase nas diferenças existentes entre o que ele anunciava como sendo suas convicções ou as iniciativas que seriam tomadas à frente do governo e as atitudes que tomava enquanto sujeito do campo político e chefe do poder Executivo. A argumentação, que toma por referência principalmente as teorias desenvolvidas por Pierre Bourdieu e Norberto Bobbio¹³ a respeito de política e campo político pretende fornecer indicações de como Brizola se movimentava dentro de um cenário de práticas políticas conhecidas e institucionalizadas, que inclui promessas nem sempre cumpridas, acusações para desqualificar adversários, alianças e negociações cuja finalidade é mais a conquista e manutenção do poder político do que o chamado bem comum e a apresentação de fatos e números que nem sempre podem ser comprovados. Neste campo o critério a respeito do que pode ser considerado como verdadeiro ou correto é bastante flexível, e muitas vezes distante do que se costuma considerar como ético. A partir da movimentação de Brizola, serão expostos também alguns dos resultados e conseqüências que suas posturas tiveram sobre sua figura como homem público.

1.1 UM TRABALHISTA NO PODER

Em 1958 concorreram ao Executivo gaúcho Leonel de Moura Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), coligado com o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Social Progressista (PSP), e Walter Peracchi Barcellos, do Partido Social Democrático (PSD), em aliança com o Partido Libertador (PL), com a União Democrática Nacional (UDN), na chamada

¹³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2000.

Frente Democrática, e com o apoio do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Os três integrantes da Frente já haviam garantido a vitória de Ildo Meneghetti nas eleições de 1954. Quanto aos socialistas, em A PEDIDOS nos jornais de grande circulação e através de pronunciamentos do deputado Cândido Norberto, justificaram seu voto em Peracchi Barcellos afirmando que, como democratas, não poderiam apoiar Brizola¹⁴. Mais do que isso, em alusão ao apoio do PRP e do PSP aos petebistas, ressaltaram que seus votos não estavam sendo negociados¹⁵.

A aliança do PTB com o PRP, partido que representava os integralistas¹⁶, e o PSP de Adhemar de Barros foi motivo de críticas veementes dos adversários, que questionavam a coligação de Brizola com um partido de orientação fascista. Petebistas e integralistas defendiam-se afirmando que os interesses do Rio Grande estavam acima das suas diferenças. Na Assembléia Legislativa, os integrantes da Frente Democrática acusavam Brizola de, para fechar o acordo com o PRP, ter se comprometido a atender a alguns pontos da plataforma integralista, como a privatização de serviços públicos do Estado. O PTB assegurava que suas linhas ideológicas não seriam quebradas pela aliança e que a questão relativa à privatização de serviços públicos – leia-se monopólio estatal da energia elétrica via Comissão Estadual de Energia Elétrica¹⁷ – era ponto já fechado no partido, que tinha posição contrária à dita privatização.

Ainda mais incômodo para o PTB do que a aliança com os integralistas naquela eleição de 1958, no entanto, foi o apoio dos comunistas, que insistiram em abrir seus votos para Brizola, mesmo que o candidato os repudiasse publicamente. Além do apoio do Partido Republicano (PR), legenda então utilizada pelos comunistas para concorrer a cargos eletivos, uma vez que o PCB estava na ilegalidade, Brizola recebeu o apoio direto de Luís Carlos Prestes. Este, em viagem a Porto Alegre nos primeiros dias de setembro, fizera questão de declarar que os

¹⁴ Sobre a eleição ver: CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis Estadual e Nacional no RS (1945 – 1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

¹⁵ Sobre este assunto ver: ZANFELIZ, Maria Assunta Campilongo. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura 1958-1962*. Porto Alegre: UFRGS, 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia, Política e Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Segundo Zanfeliz: “PRP e PSP, na história política do RS, sempre foram uma espécie de ‘partidos de leilão’”. p. 36. Para a autora, em 1958 os integralistas teriam se acertado com Brizola após suas exigências terem sido atendidas. O PTB, por sua vez, ao buscar neutralizar as reações de grupos mais conservadores e garantir a vitória, acabou obtendo também a maioria na Assembléia.

¹⁶ Sobre a atuação do PRP no período ver: FLACH, Ângela. *Os vanguardistas do anticomunismo: o PRP e os perrepietas no Rio Grande do Sul (1961 – 1966)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

¹⁷ A Cee respondia pela geração de energia no Estado e a CEERG, subsidiária da Electric Bond and Share, depois encampada durante o governo Brizola, respondia pela distribuição de energia em Porto Alegre e em Canoas. Após a encampação, a Cee assumiu a distribuição sendo, posteriormente, transformada em empresa de economia mista.

comunistas deviam votar em Brizola para assegurar a vitória dos ‘nacionalistas’ e derrotar o candidato ‘do entreguismo’. As declarações de Prestes causaram uma série de A PEDIDOS nos jornais, a começar por esclarecimentos do próprio candidato petebista que, em uma manifestação intitulada ‘Aos Meus Conterrâneos de Todo o Rio Grande’, assegurava seu desejo de ser eleito pelo voto livre e consciente, que ele considerava impossível aos comunistas, procurava estabelecer diferenças claras entre trabalhismo e comunismo e, ainda, tentava atrelar os comunistas a seus adversários na campanha eleitoral:

...profundas razões doutrinárias e políticas nos separam. [...] cumpre dizer que o trabalhismo é nacionalista, o comunismo é internacional, o comunismo é materialista, o trabalhismo se inspira na doutrina social cristã; o comunismo é a abolição da propriedade, o trabalhismo defende a propriedade dentro de um fim social; o comunismo escraviza o homem ao Estado e prescreve o regime de garantia do trabalho, o trabalhismo é a dignificação do trabalho e não tolera a exploração do homem pelo Estado, nem do homem pelo homem; o comunismo educa para formar uma sociedade de formigas, o trabalhismo educa para o progresso, para a liberdade, para a elevação da pessoa humana. O comunismo existe onde pontifica o capitalismo reacionário e explorador e desaparece nas comunidades e países bem organizados sob o ponto de vista social e humano. Por todos estes motivos, não sou o candidato para receber os seus votos. E eles sabem, melhor do que ninguém, que os amigos e propagandistas do regime vigente na Rússia, estão justamente do outro lado, dando apoio consentido à Frente Democrática...¹⁸

Conforme Zanfeliz¹⁹, foram publicados também A PEDIDOS de dom Vicente Scherer, congratulando-se com Brizola por este não ceder às pressões comunistas, e de dom Jaime de Barros Câmara, denunciando um pacto secreto do PTB com o PCB.

Faltando menos de 30 dias para o pleito estadual, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul o assunto que dominava a pauta, em setembro de 1958, não poderia ser outro. As eleições do dia 3 de outubro e as coligações partidárias centralizavam os debates. Os pronunciamentos de dois deputados que apoiavam Peracchi Barcellos e, portanto, eram adversários de Brizola, fornecem algumas pistas sobre as divergências existentes quanto à vinculação do líder petebista aos comunistas ou de sua associação ao totalitarismo. Para Manoel Braga Gastal (PL)²⁰:

¹⁸ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXI. p.120-121. Pronunciamento de Mariano Beck (PTB), com transcrição da nota divulgada por Brizola repudiando o apoio dos comunistas. 97ª sessão, em 10/09/58.

¹⁹ ZANFELIZ, Maria Assunta Campilongo. op. cit.,

²⁰ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXI. p. 114.

Já agora se concretiza no panorama político do Rio Grande do Sul a mais estranha das coligações partidárias. É o PTB apresentando um candidato, o Sr. Engenheiro Leonel Brizola que recebeu, por paradoxal que isto possa parecer, apoio das duas extremas: da extrema direita, representada pelo Partido de Representação Popular [...] e de outro lado o Partido Comunista, representado pelo sr. Luiz Carlos Prestes e seus seguidores. [...] o Rio Grande do sul já conhece de sobejo as vinculações entre o Partido Trabalhista e os comunistas do Rio Grande do Sul. Vou dizer e vou confirmar que o sr. Leonel Brizola tem tido toda espécie de ligações com os comunistas do Rio Grande do Sul [...]

Na mesma linha seguia o deputado Cândido Norbeto (PSB):²¹

Não há notícia no Rio Grande do Sul de govêrno que tenha prendido e espancado tantos comunistas e com tanta insistência, como o fez o Governo do Sr. Ernesto Dornelles, que é o governo do Sr. Leonel de Moura Brizola.

Após as eleições, Prestes confirmou que os comunistas votaram em Brizola,²² que venceu Peracchi Barcellos por uma diferença de aproximadamente 170 mil votos. Ainda em novembro de 1958 e, portanto, antes de assumir o governo, mas já com maioria na Assembléia Legislativa assegurada pelas alianças partidárias, Brizola conseguiu aprovar no Legislativo, não sem que houvesse uma tentativa de veto por parte do ainda governador Ildo Meneghetti (PSD), o projeto do II Plano de Obras²³. Ainda em 1958, a Assembléia Legislativa aprovaria a lei que possibilitava a criação das secretarias de Administração, Economia, Energia e Comunicações, Saúde, Segurança Pública, Trabalho e Habitação e Transportes e Armazéns. Do total de pastas, três ficariam inicialmente com os partidos aliados. A recém-criada Secretaria da Saúde, que substituiu o antigo Departamento Estadual de Saúde, ficou com o Partido Social Progressista (PSP), tendo à frente Lamaílson Pôrto. Já a outra sigla aliada, o Partido de Representação Popular (PRP), que abrigava os integralistas, ficou com outras duas pastas importantes: Obras Públicas (Mário Maestri) e Agricultura (Alberto Hoffmann).

²¹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXI. p.119.

²² Sobre o apoio dos comunistas a Brizola na eleição de 58 ver: ZANFELIZ, Maria Assunta Campilongo. op. cit. p. 47. A autora defende que o apoio aos chamados candidatos nacionalistas, independente dos partidos, foi uma das táticas adotadas pelo PC na conjuntura 1958/64. Segundo ela, os comunistas pretendiam, assim, ampliar sua área de influência, obtendo 'maior poder de barganha'. Sobre as estratégias comunistas ver também: PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros* – história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

²³ O I Plano de Obras havia sido formulado por Brizola quando ele era secretário de Obras Públicas, no governo de Ernesto Dornelles, e aprovado pela Assembléia Legislativa em 1953.

1.1.1 O BINÔMIO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

No discurso proferido na sessão solene de posse na Assembléia Legislativa em 31 de janeiro de 1959, o governador Leonel Brizola mostrava-se conciliador e aberto à negociação com os adversários políticos. Iniciava invocando o nome de Deus, exortava possíveis ódios, rancores e sentimentos de vingança, e assegurava que, findo o pleito eleitoral, não havia vencedores ou vencidos.²⁴ Além do tom, seus movimentos iniciais, que incluíam a divulgação de detalhados levantamentos e estudos técnicos a respeito da situação do Estado, apontavam para a direção já indicada quando de sua passagem pela prefeitura de Porto Alegre (entre 1955 e 1958, quando o principal lema da campanha foi ‘Nenhuma criança sem escola’), de investimentos baseados no binômio educação e desenvolvimento que, por sua vez, se desdobraria em um chamado “decálogo” de prioridades que incluía, pela ordem²⁵:

1. Educação Popular
2. Saúde pública. Abastecimento d’água. Saneamento
3. Política social. Habitação popular.
4. Política Agrária e Produção Agro-Pastoril.
5. Política Econômica. Iniciativa Privada. Cooperativismo. Finanças e Orçamento.
6. Industrialização. Indústrias Básicas.
7. Energia Elétrica e Carvão.
8. Transporte e Armazenagem.
9. Comunicações.
10. Organização, planejamento e outras iniciativas e prestações de serviços. Política

²⁴ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RS. v. 75. p. 8-9. Discurso de posse do governador. 1ª Sessão, em 31/01/59.

²⁵ Ver: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961. p. 18. Ver também: GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Roteiro do Programa de Governo do Engenheiro Leonel Brizola*. Elaborado pelo Gabinete de Administração e Planejamento. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1962. p. 12. Ainda em relação a este assunto, o binômio educação/desenvolvimento, vale lembrar, continuou a ser nos anos posteriores a principal bandeira do Partido Democrático Trabalhista. O PDT foi a sigla criada por Brizola em 1980, depois de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) conceder a legenda petebista ao grupo de Ivete Vargas (filha de Getúlio), e da qual ele se tornou a principal liderança.

Municipalista. Outras diretrizes de ação política e administrativa do Governo do Estado.

Os 10 pontos apontados como diretrizes, pode-se dizer que, em tese, integram a plataforma de todos os governos. Em geral, os representantes de qualquer sigla asseguram, sempre, que vão investir em educação ou saúde. E não se manifestam contrariamente à existência de políticas para a sustentação agrária e o desenvolvimento industrial. Por isso, a pequena introdução feita acima tem o objetivo de situar minimamente o leitor quanto às possibilidades de Brizola ao assumir o governo do Estado em 1959: apesar da oposição, que era ferrenha, e graças também ao apoio do PRP e do PSP, ele possuía maioria na Assembléia, uma boa margem de negociação e possibilidade amplas de obtenção de recursos. Estas observações merecem destaque porque, via de regra, o governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul é visto sob uma ótica mais estrutural, ampla, que prioriza aspectos econômicos. Esta visão tradicional, em geral de embasamento marxista, defende que ele teria assentado seu governo sobre um projeto nacionalista, que pretenderia a inclusão sem grandes sobressaltos, limitada e consentida dos trabalhadores à sociedade industrial em expansão, buscando para isso a negociação com os setores produtivos em paralelo com a consolidação de alguns dos interesses das classes populares, e colocando em prática políticas de distribuição de renda e ampliação de conquistas de caráter social.²⁶

Como estas políticas distributivas não atenderiam aos interesses das classes dominantes, representadas no Rio Grande do Sul por partidos como o PSD, a União Democrática Nacional (UDN) ou o Partido Libertador (PL), uma vez que estes setores veriam suas pretensões prejudicadas, o discurso de uma oposição que representava elites descontentes teria se voltado

²⁶ A respeito deste tipo de argumentação, ver: CÁNÉPA, Mercedes Loguercio. op.cit. ECKERT, Córdula. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Itaguaí: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências do desenvolvimento Agrícola) Instituto de Ciências Humanas e Sociais. GEHLEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Porto Alegre: UFRGS, 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Política e Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio*. Camaquã, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. MIRANDA, Samir Perrone de. *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso de governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2003. ZANFELIZ, Maria Assunta Campilongo. op. cit. Sobre estas argumentações, cabe destacar que as apresentadas por ECKERT e HARRES relativizam as políticas adotadas pelo governador e também pelo PTB, demonstrando suas ambigüidades.

contra o líder petebista, atribuindo-lhe objetivos que não teria e bem menos nobres do que o da efetiva distribuição de renda. Entre eles estariam a tentativa de golpe, referida com insistência pela oposição durante seus quatro anos de governo e também depois, quando passou a exercer suas atividades políticas na Guanabara, sem contudo se descuidar do eleitorado gaúcho. Incluiriam-se neste discurso da oposição a pseudovinculação do líder petebista aos comunistas e as acusações de que defenderia interesses pessoais e de correlegionários.

Ainda dentro deste tipo de argumentação, os planos iniciais de investimentos do governo Brizola apontariam para mudanças significativas em aspectos sociais – a importância atribuída aos recursos destinados à educação – para uma reativação do setor primário e investimentos consideráveis em infra-estrutura (armazenagem e transportes) e para a auto-suficiência em setores estratégicos (energia e comunicações). Vistas sob esta ótica, e em conjunto, ações como as encampações, as desapropriações de terras, a criação da Caixa Econômica Estadual, entre outras, parecem apontar para um governo dinâmico, preocupado com a modernização da matriz produtiva do Estado, de investimentos pesados em políticas sociais e de apoio aos movimentos populares referido por vários autores. Sob este ponto de vista, o governo se aproxima da gestão política ideal, uma vez que prioriza, ao mesmo tempo, desenvolvimento econômico e condições sociais adequadas a maior parte possível da população.²⁷ Mas, mesmo que se adapte bem a um determinado modelo teórico, esta argumentação, que às vezes parece traduzir as máximas da doutrina trabalhista, não será a defendida aqui.

Isto porque há uma contradição quando se considera, por exemplo, que o governo Brizola foi um marco no sentido dos investimentos em políticas sociais, distributivas e de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, como fiel representante do trabalhismo, propôs uma participação limitada dos trabalhadores na sociedade de forma a defender a hegemonia burguesa, uma espécie de participação negociada tanto em direção aos que estavam excluídos do processo de divisão da riqueza gerada como em direção àqueles que a possuíam. Primeiro porque, caso se considere como verdadeiro que a doutrina trabalhista pressupunha a participação limitada e consentida dos trabalhadores dentro de um sistema capitalista, de forma a garantir a hegemonia

²⁷ Sobre este tipo de argumentação ver: CÂNEPA, Mercedes Loguercio. op. cit. DALMAZO, Renato Antônio. *Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul: 1940 – 1974*. In: **Teses** – Secretaria do Planejamento e da Administração (Fundação de Economia e Estatística) Porto Alegre: nº 16, dez. 1992. MÜLLER, Geraldo. *A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.) **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. MIRANDA, Samir Perrone de. op. cit. OLIVEIRA, Franklin de. *Rio Grande do Sul, um novo nordeste: o desenvolvimento econômico e as disparidades regionais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

da burguesia²⁸ (como, aliás, dentro da visão marxista, é a finalidade da ‘ideologia burguesa’), também é verdade que este processo é incontrolável, principalmente dentro de um sistema democrático, e que, portanto, não garante a hegemonia.

Fazendo-se uma explanação simplista, pode-se dizer que se um indivíduo não tem qualquer direito social, e, devido à aplicação de determinadas políticas, associadas a sua capacidade de reivindicação, passa a ter, por exemplo, direito à educação, o que se segue, e a história é uma sucessão de exemplos deste tipo, é que ele tende a reivindicar em seguida outros direitos, e assim sucessivamente. Isto é observável não apenas em termos de direitos sociais ou políticos, e não há para tanto um período que possa ser definido como mais ou menos lento, e também não precisa significar um avanço no sentido de uma história universal de conquistas onde o amanhã é sempre melhor do que o ontem. É apenas uma constatação que pode ser observada na sociedade, no mercado de trabalho ou até em relações pessoais.²⁹ Segundo porque, se o objetivo final é a manutenção da hegemonia, então não há mudança significativa no cenário de fundo e, portanto, o governo não pode ser apontado como inovador.

Pois é justamente a clareza quanto aos aspectos ‘modernizadores’ do governo Brizola, quanto a um ‘consenso’ em relação à atuação ‘equilibrada’ do governador até a ruptura que teria sido consequência do episódio da Legalidade ou quanto à ruptura que sua gestão teria significado no sentido de alavancar o desenvolvimento do Estado em sintonia com uma melhor distribuição de renda que não aparece nos documentos consultados para a confecção deste trabalho. Isto não é o mesmo que dizer que os governos do PTB e do PSD tiveram as mesmas prioridades. Mas não é possível ignorar também que PSD e PTB, ambos idealizados por Getúlio Vargas, podiam por

²⁸ Sobre esta questão ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945 – 1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

²⁹ A questão dos direitos (fundamentais, sociais, políticos, civis), a discussão a respeito de sua existência ‘natural’ em alguns casos ou da conquista gradual dos mesmos e de como ela se dá não tem relação direta com o objetivo deste trabalho e é aqui utilizada como exemplo para contrapor um determinado tipo de argumentação. Contudo, é tão importante que está no foco dos clássicos da ciência política, da história e da filosofia. Uma sistematização a respeito das doutrinas dos direitos do homem e da ampliação que foi sendo concedida aos conceitos de liberdade e igualdade pode também ser encontrada em BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2000. cap. 9. Entre os clássicos, merecem destaque: HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (em especial cap. XIII). LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. MONTESQUIEU, Charles. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (especialmente livros Segundo, Terceiro, Oitavo e Décimo-Primeiro). ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Hermes, s/d.

vezes funcionar como dois lados da mesma moeda.³⁰ Por vezes envolvidos em disputas ferrenhas, como acontecia no Rio Grande do Sul, onde o PSD era considerado o mais “udenista” do país, por vezes fortes aliados (como nas eleições nacionais), os dois partidos, que em tese aglutinariam os antigos interventores (PSD) e os sindicalistas e reformistas (PTB), respectivamente, na prática nem sempre apresentavam assim tantas diferenças. Sobre este assunto, a argumentação de Pierre Bourdieu a respeito da organização dos campos políticos é de grande valia, uma vez que explica o quanto estes mesmos campos se movimentam, estabelecendo posições relacionais, e variáveis.³¹

O PTB, fundado em 1945 tendo como lideranças os interventores estaduais nomeados por Vargas durante o Estado Novo, foi criado como forma de o grupo que se aglutinava em torno de Vargas contrapor a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN. Fundada em abril daquele mesmo ano, a UDN, por sua vez, reunia aqueles que haviam se oposto ao Estado Novo de Vargas e foi, até a extinção dos partidos determinada pelo Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965, a principal adversária do PSD, enquanto que o PTB se caracterizou como seu mais freqüente aliado. Além disso, em seu programa o PSD, assim como o PTB, defendia pontos como a legislação trabalhista e a intervenção do Estado na economia, o ensino primário gratuito e obrigatório, o desenvolvimento da organização sindical, a garantia do salário mínimo e a extensão do seguro social a todos os cidadãos.³²

³⁰ Sobre as diferenças entre PTB e PSD ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. op. cit. A autora lembra que o PSD, também fundado em 1945, o PTB e Getúlio comporiam “uma unidade diversificada na preservação de laços de poder no novo regime político que se constituía.” (com o fim do Estado Novo). p. 29. Faz ainda uma análise das diferenças entre o PTB e o PSD, trata sobre as correntes existentes dentro do primeiro e de suas alianças e movimentações, além de abordar os elementos de ligação entre Getúlio Vargas e o partido. Sobre a movimentação do PTB entre os trabalhadores e os setores conservadores ver também: GOMES, Ângela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

³¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. “O fato de todo o campo político tender a organizar-se em torno da oposição entre dois pólos (que, como os partidos no sistema americano, podem eles próprios ser constituídos por verdadeiros campos, organizados segundo divisões análogas), não deve fazer esquecer que as propriedades recorrentes das doutrinas ou dos grupos situados nas posições polares, ‘partido do movimento’ e ‘partido da ordem’, ‘progressistas’ e ‘conservadores’ são *invariantes* que só se realizam na relação com um campo determinado e por meio dessa relação.” p. 179.

³² Sobre os postulados do programa do PSD ver: OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *Partidos políticos brasileiros: o Partido Social Democrático*, 1973. Sobre os conflitos e alianças entre PTB, PSD e UDN ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

1.1.2 OS MUITOS LADOS DA MESMA MOEDA

Nos discursos dos parlamentares gaúchos transparecem outras pequenas questões, às vezes mesmo pendengas minúsculas, que vão de explicações pessoais a denúncias inflamadas, e indicam nuances que passam despercebidas em análises mais estruturais, que priorizam aspectos como as medidas anunciadas pelo governo e os decretos e leis que as regulamentam, sem, contudo, detalhar sua aplicação. Estas nuances incluem a apropriação, por parte de Brizola, de algumas transformações nos processos e situações econômicas ou sociais que muito provavelmente ocorreriam mesmo sem a sua intervenção. Este conjunto e o corpo de documentos pesquisados fazem, por isso, que o trabalho que segue se aproxime muito mais das considerações feitas por Paul Veyne, para quem “...os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos uma intriga, uma mistura muito humana e muito pouco científica de causas materiais, de fins e de acasos, uma fatia de vida.”³³. Cabe ressaltar aqui, porém, aproveitando ainda mais a argumentação do autor, que a tão discutida subjetividade da pesquisa histórica está na escolha da intriga e não no fato de “falarmos de algum lugar”³⁴. Esta ressalva serve de esclarecimento ao leitor no sentido de que não se faça uma confusão a respeito do objetivo deste trabalho. Não se defende aqui que todos os argumentos tenham sua dose de verdade. Ao contrário. Alguns deles se desmancham quando são cruzadas diferentes fontes de dados. E, sim, seria ingenuidade desconsiderar a subjetividade de todos os discursos, mas ela está muito mais relacionada ao tema escolhido e aos motivos da escolha, que são subjetivos, tanto que têm importância para um pesquisador, mas podem ser absolutamente ignorados por outro. E mesmo que a intenção não seja entrar em um longo debate teórico sobre historiografia, o ‘cenário’ ou a intriga escolhidos, por si só, sempre serão subjetivos, justamente porque contêm a fatia de vida que Veyne apontou com tanta precisão.

À esta fatia de vida, e que pode ser observada tanto na movimentação de Brizola dentro do cenário político da época como na de seus opositores, ou nas alianças fechadas pelo PTB, o presente estudo sobrepõe considerações sobre a prática da política. Para tanto, são utilizados

³³ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UNB, 1995. p. 44.

³⁴ Ibid. p. 46. “O que temos o hábito de considerar como um acontecimento histórico pode explodir em uma multidão de objetos de conhecimento. É a confusão sobre este ponto de vista que é responsável pela doutrina segundo a qual todo o conhecimento histórico é relativo, determinado pela nossa ‘situação.’”

como referência trabalhos de Pierre Bourdieu³⁵ e Norberto Bobbio³⁶, sendo que este, por sua vez, retoma os clássicos (entre eles Maquiavel, Montesquieu, Weber, Hegel, Kant, Croce e Pareto) ao analisar um problema antigo, a relação entre ética e política, resumida pelo seguinte questionamento: pode a política ser submetida às regras da moral comum?

Não é o objetivo aqui acrescentar argumentos ao assunto, já abordado com exatidão e propriedade na história do pensamento ocidental. Mas sim defender que Leonel Brizola era, a exemplo de seus antecessores e sucessores, um político em atuação dentro do relativamente jovem sistema republicano democrático em vigor no país. Ele se movimentava dentro de um cenário de práticas políticas conhecidas e institucionalizadas, que inclui promessas que nem sempre são cumpridas, acusações, às vezes sem qualquer comprovação, como forma de desqualificar adversários, estabelecimento de alianças que tenham como finalidade atender ao objetivo de conquista do poder político, apresentação de acontecimentos e indicadores que sempre favoreçam sua permanência ou a de seu partido ou grupo político no poder e um critério bastante ‘elástico’ sobre o que pode ser considerado como verdadeiro. Ou seja, parece que seu exemplo, e o da conjuntura política de então se enquadra bem na teoria política maquiavélica, que separa moral (como sistema de códigos de conduta que prime pela honestidade, a fidelidade, a tolerância, e o fazer o bem, para citar apenas alguns) de política.³⁷

A questão não é defender se a moral e a política devem ou não ser separadas, mas sim observar que no período que é objeto deste estudo as ações dos políticos em questão, entre eles Brizola, apontavam para esta separação. Mais do que isso, apesar de no discurso estas ações sempre possuírem por justificativa o chamado bem comum³⁸, na prática muitas vezes os motivos

³⁵ BOURDIEU, Pierre. op. cit.

³⁶ BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. op. cit. caps. 2- 6.

³⁷ BOURDIEU, Pierre. op.cit. “Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo, *illusio, involvement, commitment*, investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo: todos os que têm o *privilégio* de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples *prazer* de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no fato de participar do jogo, de o reconhecer deste modo como *valendo a pena* ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de *conluio originário* bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos. Esta solidariedade de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito (*obsequium*) do próprio jogo e das leis não escritas que o definem, pelo mesmo investimento fundamental no jogo de que eles têm o monopólio e que precisam de perpetuar para assegurarem a rentabilidade dos seus investimentos, não se manifesta nunca de modo tão claro como quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal.” p. 172-173.

³⁸ BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. op. cit. Além de um apanhado bem completo sobre a relação entre moral e política, os autores destacam que, mesmo dentro da teoria maquiavélica, o fim só justificariam os meios no

pareciam ser bem menos nobres e a separação entre o que são as ‘negociações’ inerentes ao sistema democrático e aquelas que na verdade visavam interesses de conquista e manutenção do poder não é fácil de ser feita.³⁹

Em relação ao PTB, a política de alianças, que traduziu também o que o partido era nacionalmente, garantiu, por exemplo, a eleição de Brizola em 1958, independente de, para isso, ser necessária uma aproximação aos integralistas ou a siglas de aluguel em um momento e, em seguida, uma idêntica aproximação aos comunistas. O próprio partido, como é de se esperar, possuía diferenças doutrinárias e correntes internas⁴⁰ e as divergências ficavam claras nos pronunciamentos dos petebistas no Legislativo.⁴¹

Os Anais do Legislativo, por meio dos quais é possível apreender um pouco daquele pedaço de história, estão repletos de exemplos deste tipo, impensáveis caso se proceda uma análise com base em um código ético com posturas bem determinadas em relação aos valores que devem reger a conduta. Assim, o mesmo governador duramente criticado pelos deputados pessedistas no Legislativo apoiou a candidatura do general Henrique Teixeira Lott à presidência

caso de a ação política ‘imoral’ ser justificada por ‘grandes coisas’ ou ‘a saúde da pátria’. “Perseguir o poder pelo poder significaria transformar um meio em um fim em si mesmo.” Tomando como exemplo a corrupção, os autores lembram que “... o que torna moralmente ilícita toda forma de corrupção política (deixando de lado o ilícito jurídico) é a fundamentadíssima presunção de que o homem político que se deixa corromper colocou o interesse individual à frente do interesse coletivo, o bem próprio à frente do bem comum, a saúde da própria pessoa e da própria família à frente da saúde da pátria. E assim fazendo, faltou ao dever de quem se dedica ao exercício da atividade política, cumprindo uma ação politicamente incorreta.” p.202.

³⁹ BOURDIEU, Pierre. op. cit. “...o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. [...] Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos *interesses políticos instituídos* lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses de seus mandantes. E isto passa-se sem que nada permita fazer a prova completa de que os interesses assim universalizados e plebiscitados dos mandatários coincidam com os interesses não expressos dos mandantes, pois os primeiros têm o monopólio dos instrumentos de produção dos interesses políticos, quer dizer, politicamente expressos e reconhecidos, dos segundos.” p. 164-168.

⁴⁰ Sobre a doutrina getulista e a de Alberto Pasqualini e sobre os petebistas reformistas e os radicais ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945 – 1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

⁴¹ Sobre as divergências entre os petebistas no Parlamento gaúcho: ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 161. p. 124-129. Pronunciamentos divergentes dos petebistas Alcides Costa e Paulo Couto sobre a existência de mísseis soviéticos em Cuba. 132ª sessão, em 29/10/62. v. 139. p. 238-240. Pronunciamento de Sereno Chaise (PTB) manifestando-se contra o pedido do petebista Guilherme do Valle para que fosse consignado um voto de saudação ao povo cubano, em decorrência do primeiro ano da revolução ocorrida naquele país. “...tenho dúvidas quanto a situação exata do movimento cubano. Foi uma revolução popular para depor uma ditadura que se transformou numa nova e mais violenta ditadura.” 52ª sessão, em 26/07/60. v. 134. p. 185-186 e 217-219. Pronunciamentos divergentes dos petebistas Antônio Bresolin e Guilherme do Valle a respeito do nacionalismo e da postura dos Estados Unidos em relação à América Latina. 199ª e 200ª sessões, em 19 e 20/11/59.

da República pelo PSD, enquanto que o PSD do RS apoiou o candidato Jânio Quadros. A UDN, partido que surgiu para contrapor a ditadura de Vargas e cujos deputados constantemente acusavam Brizola de estar planejando um golpe contra o regime democrático, menos de 20 anos depois apoiou o golpe militar que resultaria em décadas de outra ditadura. No Legislativo gaúcho um dos parlamentares mais atuantes, o jornalista Cândido Norberto, trocou de partido três vezes durante o período que é objeto desta análise. Primeiro foi deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) – que havia sido fundado por dissidentes da UDN. Deste, passou para o Partido Libertador (PL), de doutrina oposta ao primeiro, e, por fim, engrossou as fileiras do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), encabeçado por Fernando Ferrari, e que reunia dissidentes do PTB. No Parlamento, o maior defensor da encampação dos serviços de energia elétrica era o próprio Cândido Norberto e entre os que mais defendiam a encampação dos serviços telefônicos estava o udenista Synval Guazelli. O mesmo que, em maio de 1961, depois de uma visita a Cuba, elogiava no Parlamento a situação em que se encontrava o país após a revolução que colocou Fidel Castro à frente do governo.⁴²

A postura de Brizola, que ora criticava e fazia queixas a respeito do governo federal – primeiro comandado por Juscelino Kubitschek, do PSD, depois por Jânio Quadros, do minúsculo PTN, e apoiado pela UDN, e em seguida por João Goulart, também do PTB – e ora apoiava este mesmo independente do partido que o comandasse, traduz esta movimentação política pouco afeita a um sistema rigoroso de defesa de determinadas práticas e repúdio a outras ou a um estabelecimento claro de que era considerado correto ou incorreto. Após o primeiro ano de governo, o governador passou a abordar publicamente e de forma enfática as dificuldades econômicas do Estado, pedindo o auxílio de toda a sociedade, e atribuindo os motivos da crise à política desenvolvida pelo governo federal.

Em maio de 1960 o deputado Ariosto Jaeger (PSD), comentando a exposição feita pelo governador aos deputados sobre o assunto, era taxativo: “...hoje pela manhã, nesta Casa, perante os deputados, **afirmou, em síntese, o governador Leonel Brizola o seguinte: o Estado do Rio Grande do Sul parou em seu desenvolvimento industrial, pecuário e agrícola.**”⁴³ A crise,

⁴²ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 146. Pronunciamentos de Synval Guazelli. p. 315. 19ª sessão, em 22/05/61. p. 349. 20ª sessão, em 23/05/61. Sobre a revolução cubana e os posicionamentos dos deputados, consultar ainda: pp. 34-44, 64-66, 126, 140 e 212, no mesmo volume.

⁴³Sobre o jogo duplo de Brizola em relação ao governo da União ver: ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 136. p. 138-140. Pronunciamento de Ariosto Jaeger (PSD) sobre exposição feita pelo governador Leonel Brizola na Assembléia Legislativa no início de 1960 a respeito da situação do RS. 6ª sessão, em 29/04/60.

abordada exaustivamente no Parlamento e reiteradamente por Brizola, é um indicador de que faltam peças na argumentação que defende o governo como de ênfase no desenvolvimento do Estado e realizador de uma efetiva redistribuição de renda. Brizola havia conseguido aprovar um Plano de Obras que permitia investimentos de Cr\$ 35 bilhões em quatro anos e este valor estava longe de ser considerado pequeno. O governo apontado como inovador é cobrado sistematicamente e desde o primeiro ano pelo atraso no pagamento dos salários do funcionalismo público, por suas ausências constantes⁴⁴, por acobertar irregularidades, beneficiar afiliados políticos e tributar exageradamente a produção. O chamado ‘jogo duplo’ de Brizola vai estar presente nos discursos dos deputados ao longo de seus quatro anos de governo, e pode ser fartamente exemplificado.⁴⁵ É sobre ele que trata o próximo item desta análise.

1.2 O JOGO DUPLO COMO NORMA DE GOVERNO

A constatação do chamado ‘jogo duplo’ de Leonel Brizola à frente do governo do RS e no período imediatamente posterior, até o golpe civil militar de abril de 1964, constitui peça

⁴⁴ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 151. p. 174. Pronunciamento de Luciano Machado (PSD) “... um Governo que nos seus dois primeiros anos não esteve presente à realidade do Rio Grande do Sul, um Governo que 85 vezes se afastou do Palácio Piratini, 85 vezes está registrado o afastamento do Sr. Leonel Brizola do palácio Piratini, percorrendo o país, sendo que em certas ocasiões o sr. Governador, com um séquito de sete Secretários de Estado, deixou acéfalo o Governo do Estado e se transportou ao rio de Janeiro.” outubro de 61.

⁴⁵ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 132. p. 144. Pronunciamento de Cândido Norberto (PSB). “O Governo do Estado do Rio Grande do Sul aqui faz fanfarronada com o Governo da República, através da palavra do seu titular, que vai para o rádio e trata o Governo da República até de maneira ridícula. [...] Quando chega ao Rio, às vezes se faz de fanfarrão, ditando entrevistas violentas, e, às vezes, faz de cordeiro. [...] era preciso que se fôsse tremendamente ingênuo para pensar que o Presidente da República não houvesse compreendido o jogo duplo que está sendo feito pelo Governador do Rio Grande do Sul, que sendo solidário, politicamente, com ele, para efeito de tirar vantagens, a ele se opõe, a ele critica; expõe-o à malquerença popular, para tirar, também, efeitos eleitoreiros, que os gestos de oposição ensejam. 146ª sessão, em 09/09/59. v. 139. p. 02. Pronunciamento de Lauro Leitão (PSD). “Diga ao povo, o Sr. Leonel Brizola, se já mudou de pensamento com relação ao Governo da República, por isso que, há um ano, mais ou menos, em palestra proferida no Rio de Janeiro [...] procurou dar aulas de administração ao Sr. Juscelino, inclusive pedindo-lhe que diminuísse o ritmo das obras em Brasília.” 42ª sessão, em 05/07/60. v. 150. p. 02. Pronunciamento de Luciano Machado (PSD). “Apontado numa reunião de Governadores pelo senhor Jânio Quadros como o melhor Governador do Brasil, o senhor Leonel Brizola caiu do corpo e alma nos braços do Presidente e passou a exercer papel de relevo nos seus planos de governo.” 91ª sessão, em 11/09/61. v. s/n p. 122. Pronunciamento de Hed Borges (PSD): “...o Sr. Leonel Brizola não soube nem sequer respeitar a ausência do Sr. Presidente da República para vir a Porto Alegre atacar o seu Ministro da Fazenda, o seu Ministro da Guerra, o seu Ministro do Trabalho, críticas que, realmente feitas indiretamente, atingem frontal e diretamente o sr. Presidente da República, [...] a verdade é que o Sr. João Goulart tem recebido oposição mais acentuada de seus próprios companheiros políticos, do que dos seus adversários.” 37ª sessão, em 09/05/63.

importante em uma análise a respeito de sua gestão, porque ajuda a compreender um pouco da movimentação do líder petebista, da sua forma de fazer política e, ainda, a como, e com base nesta fórmula, apesar de os números e realizações do governo estarem distantes daqueles propalados pelo governador e seu partido, ele conseguiu se afirmar como tendo promovido uma administração de ruptura com as estruturas então vigentes associada a investimentos em infraestrutura e desenvolvimento econômico e social. Ao mesmo tempo, porém, esta análise se propõe a mostrar que este ‘jogo duplo’ teve também resultados desfavoráveis para a figura do líder petebista que, em um curto espaço de tempo, passou de potencial candidato à sucessão de João Goulart a liderança política indesejável, inclusive entre o campo político à esquerda no país.⁴⁶

⁴⁶ Sobre o fato de Brizola ter sido apontado como um dos responsáveis pelo acirramento de posições que resultou no golpe militar e o repúdio de parte significativa de militantes e lideranças políticas à esquerda ver: SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/FGV, 1999. p.52-55. “...ao longo de 15 anos entre o golpe e as vésperas da anistia, Brizola não só esteve banido do país e impedido de atuar diretamente nos rumos da política nacional, como também seu nome foi suprimido da imprensa censurada e do acesso daqueles que não lhe eram muito próximos.[...] Tido como incendiário e subversivo, Brizola ficou durante um longo tempo como o grande responsável pela radicalização que acabou por levar ao golpe militar.” p. 93. “Reunidas, as impressões das lideranças comunistas (com exceção de Prestes, que rompe com o partido logo após a chegada do exílio), das novas lideranças sindicais e da Igreja progressista sobre Brizola, e o significado de sua história política, guardam uma curiosa relação com aquelas emitidas pelos setores conservadores. Assim como os militares da linha dura, os comunistas tendiam a considerar a movimentação encampada por Brizola, no pré-64, um dos fatores decisivos para a precipitação do golpe. Assim como os militares que lideraram o golpe e alguns dos setores civis que o apoiaram, as lideranças do novo sindicalismo viam nele o espectro do legado varguista que deveria ser sepultado.” Ver também: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Saga, s/d. p. 304. “As respostas às invectivas de Brizola eram freqüentes e indignadas. San Tiago (Dantas) qualificou-o de membro da ‘esquerda negativa’, que não tinha um real interesse em realizar um crescimento econômico não-inflacionário. João Calmon, deputado conservador e um dos dirigentes da rede de jornais e de TV de Assis Chateaubriand, acusou Brizola de protetor da subversão. Deputados centristas exigiram que o presidente repudiasse os ataques de seu cunhado contra o Congresso. Altos oficiais do Exército, moderados, liderados pelo Ministro da Guerra, Krueel, advertiram Jango contra tais denúncias de oficiais conservadores como, por exemplo, a que fizera Brizola contra o general Murici, em Natal, no mês de maio (de 1963). Também aconselharam Jango a precaver-se contra a coalizão de Brizola com os organizadores radicais esquerdistas entre os oficiais inferiores (sargentos, etc.). Até o Embaixador dos Estados Unidos ofereceu sua contribuição ao debate, caracterizando a campanha contra o capital estrangeiro dos brizolistas como a técnica da ‘grande mentira’ aperfeiçoada pela primeira vez por Goebbels.” E, ainda: FERREIRA, Jorge. *O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. In: **1964 – 2004 40 Anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil** (Anais do seminário UFRJ UFF CPDOC APERJ). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p.44. “Muitas interpretações, com tendências a personalizar a História, culpam a atuação de Leonel Brizola por desgastar politicamente João Goulart e de ter provocado o golpe militar. Seu radicalismo e sua pregação revolucionária teriam minado a autoridade do presidente e aberto caminho para sua deposição. Ora, analisando os componentes da FPM, ali estavam presentes líderes sindicais, camponeses, estudantes, e dos subalternos das Forças Armadas, grupos marxistas-leninistas, políticos nacionalistas. Essa era a esquerda da época que reconheceu em Leonel Brizola a liderança do movimento. Ele, naquele momento, interpretava suas idéias, crenças e projetos e, exatamente por isso, foi reconhecido como líder. Se ele era radical, tinha pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas igualmente eram radicais, pregavam a revolução e defendiam o rompimento com as instituições. Ambos falavam a mesma linguagem e tinham objetivos em comum. Essa era a esquerda brasileira em época de radicalização.”

Uma certa dose de jogo duplo faz parte da prática política e pode até ser utilizada como mecanismo de negociação. No caso de Brizola, pode-se dizer que ela norteou sua relação com os três políticos que chefiaram o Executivo federal durante seu mandato às frentes do Estado do RS: Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e o próprio João Goulart.⁴⁷ No caso de Jânio, por exemplo, a troca de elogios entre os dois governantes, que em tese eram adversários, foi alvo constante de especulações na imprensa e entre políticos. Não apenas em relação à política desenvolvida pelos presidentes da República, mas também em relação a posturas sobre a prática da política, o respeito às regras democráticas e o próprio funcionamento do Estado, os parlamentares de oposição destacavam as posições ambíguas de Brizola. Após a renúncia de Jânio Quadros e o episódio da Legalidade, em 1961, quando Brizola mobilizou forças de forma a garantir a posse de João Goulart, o governador passou a criticar duramente a solução negociada de adoção do sistema parlamentarista, cuja finalidade maior foi diminuir os poderes de Jango. Chamava o novo sistema de ilegalidade consentida, afirmava que Goulart havia “tolerado a usurpação” e exigia a realização de um plebiscito para que a população decidisse qual o sistema mais adequado, o que acabou acontecendo em janeiro de 1963, com resultado pró-presidencialismo e nova alteração.

No Legislativo, contudo, os parlamentares de oposição o acusavam de ser contra a mudança por ela contrariar seus projetos pessoais.⁴⁸ Por fim, também em relação ao papel desempenhado pelos militares o governador assumia posições alternadas. O Brizola legalista que

⁴⁷ A postura ambígua de Brizola frente aos três presidentes é fartamente explorada pelos parlamentares de oposição no Legislativo gaúcho. Ver: ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 136. p. 138-140. Pronunciamento de Ariosto Jaeger (PSD) sobre exposição feita pelo governador Leonel Brizola na Assembléia Legislativa no início de 1960 a respeito da situação do RS. No pronunciamento, Jaeger destacou as críticas feitas por Brizola ao governo de Juscelino Kubitschek durante a exposição ao Parlamento (na qual o governador responsabilizou o presidente pelo acelerado processo inflacionário do país, criticou as diferenças de preços praticados nas vendas de matérias-primas do Estado e as compras de produtos manufaturados do Centro do Brasil e estacou que o governo federal investia apenas 2% do total de recursos no RS). Mas, ao mesmo tempo, o deputado pessedista lembrava que um dos motes da campanha de Brizola ao governo do Estado em 1958 foi o destaque que deu para sua ‘amizade’ com o governo da União. “...o candidato Leonel Brizola classificava a situação rio-grandense da seguinte maneira: ‘Estamos divididos em dois grupos: Um deles que goza de prestígio junto ao poder central e que representa o poder advindo do poder federal. O outro, o que prejudica o Estado, o que deverá desaparecer da face da terra...’ 6ª sessão, em 29/04/60.

⁴⁸ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 150. p. 227-228. Pronunciamento de Lauro Leitão (PSD): “Convém lembrar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por exemplo, o fato de que o Sr. Leonel Brizola, quando da Constituinte Estadual, não só votou favoravelmente à Emenda Parlamentarista, como também fez uma declaração de voto, confessando-se o mais convicto adepto do Parlamentarismo. E agora [...], vendo na adoção do parlamentarismo a frustração dos seus próprios interesses, das suas próprias pretensões, desde logo saiu a campo para atacar e criticar o Congresso, dizendo, inclusive, que o Congresso havia cedido à pressão de forças militares. [...] Quando tomou conhecimento da renúncia do Sr. Jânio Quadros, o Sr. Leonel Brizola telefonava para São Paulo, procurando um contato com o presidente renunciante, para que S. Exa. reconsiderasse a atitude, percebendo o Sr. Leonel Brizola, que, com a renúncia [...], teria de assumir o cargo de Presidente o Sr. João Goulart, com o que ficaria incompatibilizado para concorrer à Presidência da República.” 101ª sessão, em 25/09/61.

dizia que o Congresso havia cedido às pressões militares quando aprovou uma mudança inconstitucional era o mesmo que criticava o Congresso e afirmava que os militares sentiam-se desconfortáveis ante o cenário nacional.⁴⁹ Cândido Norberto (PL), em pronunciamento realizado em julho de 1962 no Parlamento gaúcho, ironicamente lembrava que, apesar do alegado desinteresse do governador nos assuntos federais após a implantação do sistema parlamentarista, o RS havia ficado com postos-chave na política nacional, como a presidência do Banco do Brasil (Ney Galvão) e do Banco de Desenvolvimento Econômico (Leocádio Antunes), além do Ministério das Minas e Energia (Francisco Brochado da Rocha). Ariosto Jaeger (PSD), ainda em julho, denunciava o jogo duplo como norma de governo.⁵⁰

É evidente que as denúncias recorrentes da oposição a respeito dos planos do governador e sobre as irregularidades de seu governo também devem ser consideradas como integrantes do mesmo conjunto de movimentações e práticas políticas nas quais se destacam os elementos já apontados anteriormente (como a maquiagem de dados, a atribuição de uma importância exagerada a acontecimentos irrelevantes, a construção de acusação sem provas e até a invenção quase anedótica de posições e ações para os adversários)⁵¹, e que não se enquadram dentro do que se conhece como um sistema ético que prime pela retidão e a honestidade. No período que é objeto deste trabalho, e em outros tantos, as posições dos sujeitos políticos variam de acordo com o contexto. Assim, ao contrário de um indivíduo que, por exemplo, possui uma posição favorável ao sistema parlamentarista e a defende por uma questão de princípios, por crer que é o sistema

⁴⁹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 158. p. 96-97. Pronunciamento de Sereno Chaise (PTB), com transcrição de manifesto de Leonel Brizola ao país lançado em julho de 1962. No documento, Brizola salienta que o sistema parlamentarista é ilegítimo, exige a realização de um plebiscito junto com as eleições de 7 de outubro e destaca a ânsia dos militares em tomar uma providência, ressalvando, porém, que os mesmos ‘sabem’ que a iniciativa cabe, primeiro, ‘ao povo e aos dirigentes civis’. 51ª sessão, em 06/07/62.

⁵⁰ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 158. p. 91-92. Pronunciamento de Ariosto Jaeger (PSD). 51ª sessão, em 06/07/62. Ver também: p. 16-17. Pronunciamento de Cândido Norberto (PL), com transcrição de entrevista de Brizola. “...o Sr. Leonel Brizola – fato público, notório, sabido – conseguiu para o Estado do Rio Grande do Sul através de intervenção sua, de intermediação sua, os dois lugares mais importantes deste País”, avalia Norberto em relação às nomeações para os dois bancos. A escolha de Francisco Brochado da Rocha também é ironizada pelo deputado. “...escolheram, entre 3.500.000 habitantes do nosso Estado, exatamente quem: o assessor do Sr. Governador, a pessoa mais chegada ao Sr. Governador, e ele não tem nada que ver.” 47ª sessão, em 02/07/62.

⁵¹ Sobre este último ponto existem nos Anais do Legislativo debates que, pela carga de criatividade, merecem referência. Em um deles, ocorrido antes das eleições presidenciais de 1960, cujos principais candidatos eram o Marechal Henrique Teixeira Lott (PSD) e Jânio Quadros (UDN), o petebista Sereno Chaise precisou desmentir, em plenário, a informação de que, se eleito, Lott mandaria aplinar os morros existentes em Soledade (terra natal de Chaise). ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 139. p. 206. “...não é verdade, repito, que ali tivesse afirmado Lott) que iria aplinar os morros daquele Município (Soledade). [...]Para mim, pode ele tirar todos os morros de Soledade, pois isso importa menos do que o reatamento das relações comerciais com a Rússia.” 50ª sessão, em 21/07/60.

mais adequado para o exercício da democracia, ou o que evita a concentração de poder, ou o que possibilita a participação da maior parcela possível da população nas decisões de Estado, para os políticos – e a série de exemplos já citados dá esta medida – a posição parece variar de acordo com o contexto, os interesses partidários, de grupos ou poder.

É por isso que parte dos deputados gaúchos conseguiu argumentar que o parlamentarismo adotado naquela ocasião, apesar de ferir os princípios constitucionais e de ter sido implantado à revelia de uma consulta direta a população, tinha fins nobres como o bem comum e a manutenção da ordem necessária para o bom funcionamento do Estado. Mesmo que este fim nobre na verdade possa ser traduzido como uma solução negociada entre grupos dominantes da esfera política e que permitia que, ao mesmo tempo, o vice-presidente eleito pelo voto popular tomasse posse, mas não tivesse postas as condições para concentrar poder a ponto de promover mudanças significativas e de resultados imprevisíveis que incluíam até o estabelecimento de um estado de exceção; e aumentar a participação no núcleo do Executivo dos setores mais conservadores. Setores estes sobre os quais, vale lembrar, também pesavam as acusações de almejar um governo no qual o Executivo contasse com amplos poderes. Conforme Pierre Bourdieu:

Uma tomada de posição, como o nome diz às mil maravilhas, é um ato que só ganha sentido relacionalmente, na diferença e pela diferença, do desvio distintivo. O político avisado é o que consegue dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social de suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço das tomadas de posição atuais e, sobretudo, potenciais ou, melhor, do princípio dessas tomadas de posição a saber, o espaço das posições objetivas no campo e das atitudes dos seus ocupantes: este ‘sentido prático’ das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes posições é o que lhe permite ‘escolher’ as tomadas de posição convenientes e convencionadas, e evitar as tomadas de posição ‘comprometedoras’...⁵²

Brizola, contudo, parece ter extrapolado os limites do jogo duplo e adotado uma tomada de posição – radical, e já perceptível no início do governo – que acabou tanto por se mostrar ineficiente aos seus objetivos como, ao mesmo tempo, gerar mais desconfianças e servir como argumento às forças políticas adversárias. Assim, parece bastante evidente que não apenas em relação aos números e realizações apresentados por sua gestão, mas também no que se refere a questões fundamentais do jogo político, como a forma de governo defendida e o respeito à

⁵² BOURDIEU, Pierre. op. cit. p. 172.

democracia, há contradições bem evidentes entre seus discursos e ações. Apesar de se auto-definir como legalista e defensor do sistema democrático, ele foi de forma recorrente apontado pelos adversários como adepto da tomada do poder pela força.

É importante que se diga que, para formular tais acusações, aqueles que lhe faziam oposição tomavam por base seus próprios pronunciamentos públicos. Assim, por exemplo, o governador que em maio de 1961, após os incidentes que marcaram a passagem de Luis Carlos Prestes pelo Estado, baixou uma Ordem de Serviço intitulada Recomendação ao Secretário de Segurança para Garantir Livres Manifestações, na qual informava: “Todos sabem que não morro de amores pelo Sr. Luiz Carlos Prestes e muito menos pelos seus comunistas, mas estamos numa democracia, onde todos têm liberdade de manifestação”⁵³; era o mesmo que, poucos meses antes, quando do encerramento da campanha para a presidência da República, havia declarado em tom ameaçador que, caso o general Henrique Teixeira Lott, seu candidato, perdesse as eleições, haveria uma rebelião popular⁵⁴.

A sensação que se tem, ao examinar os documentos, confirma o que já foi exposto por diversos estudos que se dedicaram a tratar sobre as condições do período no país: de que a tomada do poder pela força parecia ser uma questão de tempo, restava saber quem seria mais rápido.⁵⁵ Se for considerado que a tradição republicana democrática do país era praticamente insipiente, que menos de três décadas antes Getúlio Vargas havia mantido o Brasil sob ferrenha ditadura por um período de sete anos e que, depois dela, voltou ao poder eleito pelo voto popular, não deve causar espanto o fato de que, mesmo que de forma velada, diversos sujeitos e correntes políticas, entre eles Brizola, parte das esquerdas ou do chamado bloco conservador ou de direita,

⁵³ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 146. p.343.

⁵⁴ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 160. p.6

⁵⁵ Sobre este assunto ver, entre outros: TOLEDO, Caio Navarro de. *A democracia populista golpeada*. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **1964 – Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 37-38. “Nos meses seguintes (após o pedido frustrado de estado de sítio em outubro de 1963), uma pergunta passou a dominar a cena política: *Quem dará o golpe?* Para a direita, era Goulart quem o articulava através de seu ‘dispositivo militar’ e com a colaboração dos setores nacionalistas e populares. [...] Convencido de que a direita golpista ‘fechava o cerco’, Jango começou a se voltar para a esquerda.” FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável?* In: **1964 – 2004 40 Anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil** (Anais do seminário UFRJ UFF CPDOC APERJ). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p.27. “...meu argumento e que entre 1961 e 1964 escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas e reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre essas reformas. [...] No início de 1964 a oposição ao governo havia crescido e ampliado sua base de apoio, à medida que outros grupos foram se juntando ao bloco anti-governamental. O confronto entre os dois grupos políticos competidores acirrou o crescente consenso negativo com relação às possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democráticas. E, naquele momento, diferentemente do que ocorrera em 1961, a bandeira da legalidade foi capturada pela coalizão golpista. De acordo com o argumento desenvolvido pelas forças oposicionistas, a ‘defesa da democracia’ exigia a ruptura das regras democráticas.”

independente de partidos, acreditassem que o mais viável fosse a instauração de um sistema autoritário de governo.⁵⁶

É importante que se diga, ainda, que os temores de determinados setores da sociedade quanto à instauração de um regime comunista no país não eram totalmente descabidos. Em tempo de Guerra Fria e após o fenômeno do stalinismo, era fácil associar o comunismo a um regime totalitário⁵⁷, em uma época em que os valores liberais e democráticos eram colocados como o campo de oposição aos valores comunistas. De mais a mais, a pesquisa em documentos do PCB e do PC do B⁵⁸, o conhecimento do pensamento clássico dos intelectuais da revolução russa⁵⁹, os desdobramentos da revolução cubana, a realidade da China e da então União Soviética⁶⁰ demonstram o quanto a associação entre comunismo e democracia foi, ela também, uma construção feita posteriormente, e que muito deve a historiadores e intelectuais ‘engajados’.

⁵⁶ Sobre quem apoiou o golpe, ou a conjuntura que o possibilitou, a bibliografia também é extensa. Ver, entre outros, e além das duas obras acima citadas: FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática** (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. CASTRO, Celso. *O golpe de 1964*. Disponível em <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 11 nov. 2006. “O golpe foi saudado por importantes setores da sociedade brasileira. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, vários governadores de estados importantes (como Carlos Lacerda, da Guanabara, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo) e amplos setores da classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como forma de por fim à ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica.” MERQUIOR, José Guilherme. In: HALL, John. **Os estados na história**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 413. “O colapso da democracia em 1964 parece ser mais bem explicado não por causas exógenas à política, mas por uma análise historicista da situação sócio-política interna: instabilidade governamental, a desintegração do sistema de partidos, a virtual paralisação das atividades legislativas, atitudes equivocadas do Presidente Goulart, não só com relação a sua própria sucessão; a ameaça de uma indefinida reforma agrária; a inquietação militar com a revolta dos sargentos sancionada pelo governo; e um crescente radicalismo tanto da esquerda quanto da direita. E tudo isso combinado a uma inflação elevada e, claro, ao fantasma ameaçador da revolução cubana.”

⁵⁷ Ver: ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁵⁸ Ver: REIS Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.32-39. Segundo o autor, os comunistas do PCB “...não desistiam formalmente do caminho pacífico, mas já estimulavam enfrentamentos armados, tomadas de terras. Era preciso começar a reforma ‘na prática’”. Já para PCdoB e POLOP: “O desprezo pelo jogo institucional era uma dedução. Não se chegava ao boicote da luta legal. Mas subestimavam-se as eleições enquanto fatores de transformação. Não restava outra saída e, a rigor, tratava-se de uma imposição objetiva: a luta armada era a única alternativa possível.” Ver ainda: PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

⁵⁹ Ver: LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *Estado, ditadura do proletariado e poder soviético*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

⁶⁰ VER: FERREIRA, Jorge. *O socialismo soviético*; REIS Filho, Daniel A. *As revoluções russas*. In: **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

Isto não é o mesmo que dizer, contudo, que o golpe de 1964 na verdade foi um contragolpe preventivo à possibilidade de instauração de uma ditadura à esquerda.⁶¹ Pelo contrário. Este tipo de argumentação serviu apenas como forma de justificar e legitimar o movimento, quando, na verdade, aconteciam sucessivas tentativas de implantar o referido acima: um governo ‘forte’, desprovido dos mecanismos de equilíbrio entre os poderes característicos das repúblicas democráticas modernas era a opção cogitada por muitas das lideranças políticas, com todas as facilidades que trazia embutidas para o exercício do poder.

1.2.1 AS POSTURAS DE BRIZOLA

Como mais um ator dentro do campo político e não como um ‘guerreiro’ ou ‘líder intrépido a desafiar poderosos adversários’⁶² é que Brizola estava absolutamente inserido dentro do contexto conspiratório daquele período. Se esse contexto conspiratório já foi detalhado em uma série de pesquisas, aqui será a forma como Brizola se colocou dentro dele o que merecerá destaque. O ex-governador, a exemplo de Getúlio Vargas, mas em menor medida, eletrizava as massas prometendo reformas profundas, mas boa parcela da classe média e da elite o via com desconfiança, considerando-o radical demais. Ao chamar para si a herança política de Vargas, chamava também qualificações bem menos edificantes, como ditador e defensor da tomada do poder pela força. No discurso e nas ações de Brizola são identificáveis diversos elementos do

⁶¹ Sobre a tese do contragolpe preventivo ver: SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Porto Alegre: L&PM, 1978. CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A opção política brasileira*. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. p. 228-229. “A partir de 1964, face à ameaça de caos social, que poderia descambar num autoritarismo de esquerda, afastamo-nos novamente do modelo consensual, temporariamente inviabilizado pelas graves tensões da modernização. À míngua de objetivos sociais claros e de um mínimo de eficiência instrumental, o regime democrático representativo, baseado em ilimitado pluralismo partidário, com excessiva autonomia dos subsistemas de representação política e de administração regional, provou-se incapaz de manter uma elevada taxa de industrialização sem (a) excessiva inflação, (b) desordem social, e (c) grave desequilíbrio externo. O renascimento de um Executivo forte se impôs em 1964 como elemento de contenção do populismo distributivista, do regionalismo dispersivo e do personalismo político.”

⁶² SENTO-SÉ, João Trajano. op. cit. p.62-63. “O que confere densidade à *persona* pública de Brizola, tal como veiculada em suas biografias, são os seus feitos como ator político, suas escolhas e projetos. [...] O período de governo gaúcho é pontuado por dramas, nos quais Brizola aparece como o guerreiro disposto à auto-imolação, enfrentando adversários ‘ocultos’, em certas ocasiões, semi-ocultos em outras. [...] Brizola aparece como o líder intrépido a desafiar poderosos adversários políticos, econômicos e ideológicos. [...] Mais uma vez a figura do herói gaúcho irrompeu o cenário nacional de armas na mão. Aliás, a fase final da biografia de Brizola (antes do exílio), no período que vai até 64, explora não somente o líder político, nacionalista e administrador exemplar, comprometido com as causas populares, mas também, e crescentemente, a imagem do guerreiro.”

getulismo/trabalhismo, como a aproximação das massas e do movimento sindical, a promoção de reformas sociais, o estabelecimento de alianças à esquerda e à direita, a preponderância da popularidade pessoal sobre o partido. Mas, também, a não desconsideração de chegar ao poder e governar pela força, em um regime de exceção. A vinculação Brizola/Vargas continuou a acontecer mesmo durante o regime militar, após a volta do regime democrático ao país, depois do retorno de Brizola a política em um novo partido, o PDT, e até sua morte, em 2004. Hoje ele é considerado o último dos representantes de um jeito de se fazer política que é dado como extinto. Um jeito no qual populismo, trabalhismo e getulismo se confundiam.⁶³

Sua insistência em adotar posturas que podem ser classificadas como de confronto direto (como a defesa ríspida da aprovação das Reformas de Base ‘na lei ou na marra’, as críticas veementes ao Congresso Nacional, as ameaças constantes aos que se negassem a colaborar com as mudanças e a exigência da realização de um plebiscito para decidir sobre uma Assembléia Constituinte), sem as diplomacias e rapapés característicos do jogo político, dão margem para uma série de interpretações:

Desde a crise político-militar de agosto de 1961, ingressamos neste período de ilegalidade consentida. Naqueles dias [...] a Nação sob o arbítrio militar, testemunhava o colapso do poder Civil. [...] Os nossos próprios irmãos das classes armadas contemplan com tristeza e desolação esse quadro deprimente. Sentem na sua formação patriótica que é urgente fazer alguma coisa. [...] Sofrem os nossos irmãos militares as mesmas angústias que atormentam o povo, mas sabem que o gesto de inconformismo e as iniciativas para a solução do problema cabem em primeiro lugar ao povo e aos dirigentes civis. [...] exigimos que com as eleições de 7 de outubro próximo seja realizado o plebiscito para que a Nação decida, livre e soberanamente, sob qual regime deseja viver. Este é um direito que o atual Parlamento não pode negar ao povo

⁶³ Sobre este assunto ver, entre outros: BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1992. No que se refere às vinculações entre trabalhismo e populismo, enquanto grande parte dos autores destaca as características do trabalhismo como uma forma de populismo, Miguel Bodea afirma que as lideranças trabalhistas só são alçadas a sua condição de lideranças dentro de uma estrutura partidária, que, por sua vez, teria sua importância diminuída dentro do conceito clássico de populismo como a fórmula na qual prevalece a relação direta entre povo e liderança política. FERREIRA, Jorge. (org.) *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. GOMES, Ângela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p.54 “Getulismo é trabalhismo, se nesta associação a dimensão privilegiada for a ideológica, ou seja, aquela de uma proposta política fundada na resolução da questão social e na mobilização dos trabalhadores pelo sistema sindical corporativista. Mas getulismo não é trabalhismo em termos partidários e, em decorrência, não se identifica com o PTB. Neste sentido, talvez se possa arriscar que getulismo fosse mais populismo: um estilo de fazer política que tinha em Vargas seu mestre maior, mas que fazia escola.” Sobre os petebistas reformistas, os radicais, a relação do PTB com o PCB e o movimento sindical ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB – do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. A autora faz uma análise detalhada das diferenças entre o PTB e o PSD, das correntes existentes dentro do partido e de suas alianças e movimentações, além de tratar dos elementos de ligação Vargas/PTB.

brasileiro. E, se negar, terá que assumir as responsabilidades [...] E não terá como se surpreender com as eclodões inconformismo e revolta que fatalmente sobrevirão [...] A posição das Forças Armadas e a decisão das classes trabalhadoras de ir à greve geral, em apoio ao Presidente, são uma advertência à maioria parlamentar, às cúpulas partidárias e aos grupos políticos...⁶⁴

No Legislativo gaúcho, os parlamentares de oposição não se cansavam de apontar Brizola como ‘subvertor da ordem’⁶⁵ logo após o episódio da Legalidade e à sua insistência em realizar um plebiscito para definir qual o sistema de governo preferido pela população, mesmo após o presidente João Goulart ter aceitado o sistema parlamentarista e o primeiro-ministro Tancredo Neves. As acusações dos deputados de oposição a Brizola merecem algumas observações. A ordem a que eles se referem com insistência está intrinsecamente ligada à concepção de Estado. Isto porque o Estado tem como uma de suas funções primordiais a manutenção da ordem, o que é ponto pacífico na teoria política. A possibilidade, no caso em estudo aqui, e após a contextualização feita, é a de aliar esta questão, a da ordem, a uma segunda questão, a da categoria que em teoria política é conhecida como cesarismo. Resumidamente, conforme Norberto Bobbio⁶⁶, a forma de governo pessoal presente em qualquer época da história nos momentos de passagem de uma forma de governo para outra através de revoluções violentas. Também de forma sucinta, na concepção mais conhecida, à direita, o fenômeno que decorre da degeneração da democracia a partir da qual são desencadeados embates dos quais acaba resultando a necessidade de um governo pessoal forte e carismático.

⁶⁴ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 158. p. 96-97. Pronunciamento de Sereno Chaise (PTB), com transcrição de manifesto de Leonel Brizola ao país lançado em julho de 1962. 51ª sessão, em 06/07/62.

⁶⁵ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 150. p.215. Pronunciamento de Paulo Brossard (PL). “O governador está vivamente empenhado em promover uma generalizada subversão da ordem.” 100ª sessão, em 22/09/61. v. 160. p. 02. Pronunciamento de Paulo Brossard (PL). “A Nação está assistindo, com ansiedade, ao movimento subversivo, aberto, claro, inequívoco que vem desenvolvendo, na antiga capital da República, o Governador do Rio Grande. [...] Diz o Governador que ‘se o Congresso dependesse de mim já não estaria funcionando’. Eis a confissão, com todas as palavras, dos objetivos conspiratórios, totalitários, anti-democráticos do Governador do Estado.” 93ª sessão, em 04/09/62. v. 166. p.158. Pronunciamento de Mário Mondino (PDC). “Realmente, S. Exa. tem pregado, a meu ver, uma solução ilegal, uma solução insurrecional, que não é uma solução democrática.[...] Está fazendo aquilo que os comunistas costumam chamar de provocação.” 38ª sessão, em 10/05/63.

⁶⁶ BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. op. cit. p. 128. Sobre cesarismo, ver também: SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da história universal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. Sobre esta questão, a da necessidade do estabelecimento de um governo forte, ver ainda as observações de CAMPOS, Roberto. op. cit. Interessante destacar ainda sobre este ponto é que um dos maiores acusadores no Parlamento gaúcho de que Brizola estava interessado em subverter a ordem era o deputado Paulo Brossard. Jurista já conhecido, Brossard certamente possuía amplo conhecimento a respeito da relação entre tensionamento de posições e estabelecimento de governo ‘forte’.

Ora, se os deputados acusavam Brizola de tentar subverter a ordem, se o chamavam constantemente de incendiário e se, ao mesmo tempo, levantavam recorrentes suspeitas de que ele, em diferentes momentos no período que é objeto deste estudo, esteve a planejar um golpe de Estado, parece possível que as provocações e incitações feitas por Brizola tivessem como objetivo, também, pressionar por um acirramento de posições que resultaria, na visão dos políticos da época, na necessidade de um ‘governo forte’, como já havia ocorrido com Vargas e para a frente do qual Brizola poderia perfeitamente se apresentar. Por isso, ao mesmo tempo, são atribuídos a ele adjetivos como o de fascista, anti-democrático e totalitário. Ainda antes da Legalidade, Brizola insistia na possibilidade de instituição de uma ditadura no país, atribuída por ele à grave crise que o país estaria enfrentando e ao alto custo de vida:

A prevalecer as atuais condições, nós estamos marchando muito possivelmente para uma ditadura que, no início – com lealdade afirmo – seria consagradoramente recebida pelo povo, mas pouco depois este povo ficaria decepcionado. [...] Sou contra qualquer golpe ou quartelada, venha de onde vier. E se eu puder resistir, até pela fôrça, resistirei. Mas reconheço que a atual ordem constitucional como está não pode continuar... O pior, porém, é que precisamos reformulá-la profundamente. Sem violência, nem derramamento de sangue. Pelos caminhos do processo democrático, mesmo que o povo tenha de sair às ruas para reclamar esta indispensável reforma do regime.⁶⁷

Uma certa confusão, também não raro proposital, misturava conceitos como socialismo, comunismo e nacionalismo a idéias de ‘conspirações’, tentativas de golpes de Estado e regimes de exceção tão presentes naqueles dias. Os integrantes do PTB, que havia sido organizado por Getúlio Vargas para disputar com os comunistas a liderança e o voto entre operários e sindicalistas, assumiam posições muitas vezes contraditórias. Em pronunciamento sobre a Juventude Operária Católica (JOC), em 1961, o deputado Mário Mondino (PDC) destacava que o movimento era uma alternativa às ‘justas reivindicações da classe operária dentro do regime democrático’ contrastando com ‘as tendências revolucionárias e subversivas dos movimentos marxistas e as táticas anti-cristãs do capitalismo.’ As suspeitas entre adversários políticos, que trocavam acusações sobre tentativas de golpe e de subversão da ordem democrática serviam constantemente como motivação para os debates.

⁶⁷ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. s/n. p. 252-255. Pronunciamento de Justino Quintana (PTB), com transcrição de entrevista de Brizola no Rio de Janeiro. 232ª sessão, em 15/12/59.

1.2.2 A SOMBRA DO GOLPE

Em 1958, por exemplo, quando da insubordinação de oficiais da aeronáutica contra a permanência do ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott⁶⁸, como interino da Aeronáutica, a tentativa de um ‘golpe de direita’ foi vinculada aos ‘trustes internacionais’.⁶⁹ Da mesma forma, pouco antes da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, eram freqüentes os pronunciamentos de deputados petebistas acusando o então presidente de ditador e as explicações para a renúncia de Quadros que apontam que seu objetivo era retirar-se da presidência do país para voltar ao poder com o apoio popular e aí ter força suficiente para estabelecer um regime de exceção⁷⁰ reforçam a análise feita acima com relação a Brizola. Ney Ortiz Borges afirmava ser a forma de governo de Jânio uma ameaça aos princípios constitucionais. Sereno Chaise considerava que o país estava sendo governado em ‘uma ditadura constitucional’.⁷¹

Mas a associação entre a tentativa de um golpe de Estado e grupos de esquerda aliados a Leonel Brizola ou à instalação de uma ditadura nos moldes soviéticos era ainda mais freqüente, mesmo no período anterior a 1961. Ao ponto de encontros políticos se transformarem em verdadeiros ‘cavalos de batalha’. Em 30 de julho de 1960 aconteceu no Theatro São Pedro, em Porto Alegre, um encontro de apoio à candidatura de Henrique Teixeira Lott à presidência da República, a Convenção Nacionalista. Os discursos proferidos pelas lideranças políticas ali presentes, entre elas Brizola, alimentaram os pronunciamentos dos adversários políticos no Parlamento, sobre a possibilidade da tomada do poder pela força, com apoio dos comunistas e o

⁶⁸ Lott, ministro da Guerra de Café Filho (PSP), era conhecido como legalista por ter apoiado a queda de Vargas, sido uma espécie de ‘barreira’ a um golpe que impedisse a realização das eleições em 1954 e, no ano seguinte, de novo, assegurado a posse de Juscelino, frente à ameaça de que o novo presidente, eleito por maioria insignificante de votos, não fosse conduzido ao cargo.

⁶⁹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXIII. p. 437. Pronunciamento de Rubaldo Schuch (PRP), com transcrição do Manifesto do III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. “Estão querendo esses traidores da democracia aproveitar-se da crise econômico-financeira do país para pôr em execução diabólico plano organizado de desordens e insubordinações militares, visando a desmoralização [...] querem assim abrir caminho, a custa da inquietação e do desespero do nosso povo, para implantação de uma ditadura militar ou civil [...] Os trabalhadores sabem que são as primeiras vítimas das ditaduras; filhas espúrias dos trustes internacionais que estrangulam a nascente economia das nações mais fracas.” Em 19/11/58.

⁷⁰ Sobre este assunto ver: HAMILTON, Duda; MARKUN, Paulo. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

⁷¹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 149. p. 330. Pronunciamento de Ney Ortiz Borges (PTB). 82ª sessão, em 18/08/61. p. 233. Pronunciamento de Sereno Chaise. 77ª sessão, em 11/08/61.

endosso de Brizola, e o ‘falso nacionalismo manietado à Rússia’ pregado pelos comunistas.⁷² A oposição entre democracia e ordem e comunismo era, por exemplo, um dos argumentos utilizados pelos anticomunistas⁷³ no período pré-golpe para desqualificar as posições dos adversários ou dos políticos que a eles pudessem ser aproximados, caso de Brizola. Cabe destacar, porém, que as acusações de totalitário e as sugestões de vinculação aos comunistas não parecem ter surtido de imediato grande efeito sobre a popularidade do governador, uma vez que ele elegeu-se em 1962 o deputado mais votado, pelo estado da Guanabara. Mas, conforme já especificado, teve conseqüências regionais significativas e duradouras, de forma que delas se lançou mão em mais de uma ocasião, em pleitos realizados décadas depois do golpe.

As suspeitas entre adversários políticos, que trocavam acusações sobre tentativas de golpe e de subversão da ordem democrática eram conhecidas desde antes da instauração do Estado Novo e passaram a ser uma constante quando Getúlio Vargas permaneceu por 15 anos consecutivos no poder. O próprio Vargas foi ‘apeado’ do governo em 1945 e as eleições presidenciais daquele ano marcadas por uma série de movimentos que visavam seu retorno, o que acabou acontecendo em 1951. Depois de seu suicídio, em 1954, foram muitos os embates e trocas de acusações entre as forças políticas antes que ficassem asseguradas as eleições e a candidatura Juscelino Kubitschek/João Goulart. A própria presidência foi ocupada por diversos substitutos, a começar pelo vice de Vargas, João Café Filho, seguido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, por sua vez substituído pelo vice-presidente do Senado, Nereu Ramos (PSD), após a Câmara dos Deputados ter declarado o primeiro impedido de exercer o cargo. Todas as reviravoltas, que incluíram ainda uma resolução da Câmara e do Senado no sentido de impedir que Café Filho retornasse ao cargo e a decretação de estado de sítio durante um curto período, aconteceram em meio às movimentações políticas encabeçadas pela UDN, e cujo objetivo era, primeiro, impedir a candidatura Juscelino e, depois, sua posse. Neste caso, a

⁷² ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 140. Pronunciamento de Porcínio Pinto. p. 21. “Houve um Congresso Nacionalista. Congresso esse de encomenda. Nele tomaram parte os mais altos representantes do Partido Comunista Brasileiro que afirmaram que ali estavam para atacar as nossas instituições, para atacar, inclusive, todas as organizações religiosas...” 55ª sessão, em 02/08/60. Pronunciamento de Euclides Kliemann (PSD). p. 04. “...tive eu ocasião de ouvir pelo rádio o comício, como declarou um orador – o comício trabalhista, pessedista, [...] e comunista realizado no Teatro São Pedro [...] Parece mentira que se faça uma reunião, alardeada como nacionalista [...] para, em realidade, fazer-se [...] propaganda extremista.”

⁷³ Sobre anticomunismo ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002. Ver também: RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

garantia da posse do novo presidente foi obtida através da mobilização militar que ficou conhecida como Movimento 11 de Novembro, e que teve à frente Lott, então ministro da Guerra.

No início de 1960, pouco depois de transcorrido um ano do governo Brizola no Rio Grande do Sul, surgiram as primeiras denúncias de que o governador, aliado à parte do exército e ao cunhado e vice-presidente da República, João Goulart, estaria entre os principais articuladores de uma tentativa frustrada de golpe contra o governo de Juscelino Kubitschek. As denúncias, veiculadas na imprensa, ganharam repercussão na Assembléia Legislativa. O início da crise teria sido a reforma ministerial promovida por Juscelino em julho de 1959, que resultara na indicação de Sebastião Paes de Almeida para a pasta da Fazenda. Brizola, descontente, teria começado a pregar publicamente contra o governo federal, inclusive em suas palestras semanais feitas pela Rádio Farroupilha. A estratégia de Juscelino, de ‘socorrer’ o Rio Grande do Sul com empréstimos que totalizaram Cr\$ 6 bilhões, não teria surtido o efeito de silenciar o governador. Brizola estaria buscando cobertura militar através do III Exército, comandado pelo general Osvino Alves, articulando o lançamento de uma candidatura própria do PTB e tentando a militarização de postos-chave do Ministério da Guerra.

Juscelino, no entanto, teria conseguido abortar a conspiração – com o apoio do marechal Odílio Denny e da UDN – desencadeando ações em vários níveis, como o lançamento de uma nota oficial que servia de recado aos golpistas, o estabelecimento de um diálogo com o vice João Goulart e mudanças no sistema de segurança pública. Entre as várias versões para o projeto de golpe noticiado na imprensa, destacava-se a que apontava o Rio Grande do Sul e o Pará como os estados onde seriam deflagrados os primeiros levantes. Depois de negar os convites de Brizola para participar da conspiração, o general Osvino Ferreira Alves teria encaminhado um relatório ao ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, candidato à sucessão de Kubitschek, e este revelado os planos ao presidente. Mesmo antes de se espalharem as acusações, Brizola dizia que o país marchava para uma ditadura e que a ordem constitucional deveria ser alterada.⁷⁴

Pouco tempo depois, os adversários políticos do governador iriam acusá-lo de planejar um golpe após a realização das eleições presidenciais de 1960, aproveitando-se de declarações feitas

⁷⁴ Sobre o possível golpe de Brizola no final de 1959 ver: ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 132. p. 557-559. Pronunciamento de Arthur Bachini (UDN), com transcrição de reportagem da Revista Manchete intitulada ‘A Manchete conta a história da crise: o golpe vinha do Sul’. 160ª sessão, em 28/09/59. Ver também: v. s/n. Pronunciamento de Justino Quintana (PTB), com transcrição de entrevista de Brizola no Rio de Janeiro. p. 252-255. 232ª sessão, em 15/12/59. v. s/n. Pronunciamento de Poty Medeiros (UDN). p.20. 7ª sessão da Comissão Representativa, em 07/01/60. v. 151. Pronunciamento de Hélivio Jobim (PSD), com transcrição de matéria do Jornal de Brasil de 05/01/60. p. 419- 422. 121ª sessão, em 23/10/61.

pelo próprio líder petebista. No encerramento da campanha de Lott no Rio Grande do Sul, Brizola havia afirmado que, caso o candidato pessedista perdesse, haveria uma rebelião popular. Também viriam a dizer que o golpe seria deflagrado caso Lott vencesse as eleições.⁷⁵

Um ano depois, a ainda hoje mal explicada e súbita renúncia de Jânio Quadros e a luta vitoriosa pela posse de João Goulart deram a Brizola uma projeção nacional que talvez ele mesmo não esperasse. Mas se os acontecimentos o pegaram de surpresa, ele não o demonstrou. O governador soube tirar proveito imediato dos acontecimentos e inclusive utilizá-los para pavimentar, de forma ainda mais rápida, sua trajetória rumo à Presidência da República. Mais uma vez, contudo, surgiram as suspeitas de que estaria a gestar um golpe de Estado.⁷⁶ Como se sabe, no dia 25 de agosto de 1961, após sete meses no cargo, o então presidente Jânio Quadros renunciou. Sua alegação para a saída do cargo mais importante da Nação ficaria famosa: atribuía seu gesto às forças ocultas que, até hoje, permanecem mais ou menos desta forma. Apesar de muitas explicações, os episódios que envolveram a renúncia de Jânio Quadros não foram completamente esclarecidos. Em algumas versões, bastante conhecidas, o presidente, de temperamento instável e impressionado com a experiência cubana, (isso sem falar nos exemplos de Getúlio Vargas, Charles de Gaulle e Juan Perón), é colocado como idealizador de uma manobra radical: teria pretendido voltar ao cargo conduzido por um povo que se mobilizaria pelo seu retorno, concedendo-lhe tamanha confiança que ele poderia, finalmente, fechar o Congresso e governar de forma ‘absoluta’. A tese é reforçada pelo fato de Jânio ter renunciado à candidatura em 1959, ocasião na qual, após mobilização popular, ele voltou e ganhou as eleições.

O certo é que, naquele 25 de agosto, quando Jânio renunciou e as denúncias de tentativas de golpe de Estado eram corriqueiras no país, o vice-presidente João Goulart, que deveria assumir em seu lugar, fora enviado em missão oficial à China. Se é verdade que Jânio esperava pelas manifestações populares a seu favor, então cometeu um grande equívoco, porque elas realmente começaram a acontecer quase que de imediato após a renúncia, mas exigiam era a posse de Jango. Encabeçados pelo marechal Odílio Denys, ministro da Guerra, os militares confirmaram que não queriam a volta de João Goulart e este optou por retardar seu retorno,

⁷⁵ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 160. p.07. “...àquele tempo, o esquema estava formado para o golpe, caso fosse eleito o Marechal Henrique Teixeira Lott, o qual, com a sua ingenuidade, prestou-se e presta-se, ainda hoje, a essas manobras distorcidas...” Pronunciamento de Mário Mondino (PDC). 93ª sessão, em 04/09/62

⁷⁶ Sobre um possível golpe de Brizola e as denúncias sucessivas de golpe em 1961 ver: ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 150. p. 164-165. 97ª sessão, em 19/09/61. p. 190-196. 99ª sessão, em 21/09/61. p. 229-230. 101ª sessão, em 25/09/61. p. 298. 103ª sessão, em 27/09/61. v. 151. p. 421-422. 121ª sessão, em 23/10/61.

fazendo uma escala em Paris. Três dias após o fim do governo Jânio Quadros, o governador Leonel Brizola, em meio a sacos de areia e portando uma metralhadora, posicionou-se em frente ao microfone e fez um discurso emocionado em defesa da posse do cunhado. O microfone, ligado por linha telefônica à torre da rádio Guaíba, estava no porão no Palácio Piratini. Começava a rede, e a campanha da Legalidade. Mais do que a posse de Goulart, a Legalidade garantiria a Leonel Brizola uma posição de destaque nacional, transformando-o em uma espécie de novo símbolo dos tão exaltados valores ‘gaúchos’.

A forma como se deu a resistência no Rio Grande do Sul e sua influência nacional também possuem muitas versões, parecendo, em alguns casos, que a importância de Brizola nas negociações nacionais foi superdimensionada. Apesar de toda a movimentação do governador, João Goulart aceitou a solução negociada do parlamentarismo, que de uma forma ou outra significou alteração ilegítima da Constituição e redução do poder do presidente. Mas Brizola não terminou sua campanha quando Jango voltou. No Rio Grande do Sul, o governador e vários dos representantes do PTB na Assembléia Legislativa passaram a pressionar pela realização de um plebiscito que ouvisse a população sobre qual o sistema de governo o país deveria possuir.

Após este breve resumo dos acontecimentos de agosto de 1961, a este trabalho interessa que, a partir do episódio da Legalidade, muitas alterações aconteceriam no governo de Leonel Brizola, sendo que os rótulos de agitador e incendiário seriam, a partir de então, utilizados em larga medida para descrevê-lo ou às suas ações. No Parlamento gaúcho, que manteve sessão permanente durante toda a crise, os deputados de oposição, encerrado o impasse, se dividiram quanto à defesa ou crítica a Brizola, encarregando-se de várias versões sobre a renúncia de Jânio, a atitude do Congresso Nacional, a adoção do sistema parlamentarista de governo e as posições tomadas pelo governador gaúcho⁷⁷.

⁷⁷ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 150. p. 03-04. Pronunciamento de Luciano Machado (PSD). “Numa evidente preparação psicológica, chegavam ao Brasil os membros da Missão Russa e o senhor Jânio Quadros [...] colava ao peito do revolucionário esquerdista internacional ‘Che’ Guevara a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. Pretendia o senhor Jânio Quadros implantar uma ditadura no Brasil, afirma o Governador Cid Sampaio. [...] tenho, sem dúvida, elementos para supor que muitos ditadores-mirins deviam andar por aí sonhando com poderes discricionários e quando viram frustrados seus planos se transformaram açodadamente em neolegalistas.” Durante a Legalidade, Machado e outros seis deputados do PSD, entregaram ao comandante do III Exército, general José Machado Lopes, um telegrama e um ofício onde afirmavam não concordar com a resistência mantida por Brizola, por acreditarem que o Congresso Nacional deveria decidir qual a solução legal manteria a ordem e a democracia. Pronunciamento de Cândido Norberto (PL): “A mim não importa que o Sr. Leonel Brizola, ou outros que hoje empunham a bandeira legalista, muitas vezes tenham sido líderes, inspiradores de movimentos golpistas.[...] Até chegou-se a dizer, hoje, pela rua, que o Sr. Jânio Quadros havia preparado um esquema golpista, e neste estava de corpo e alma o Sr. Leonel Brizola. [...] Admito até que o Sr. Leonel Brizola tenha mudado o seu

Todos se diziam legalistas, até mesmo os acusados pelos adversários políticos de ‘terem desaparecido’ ou ‘viajado’ durante os dias em que permaneceu o impasse a respeito da posse de Goulart e as trincheiras no Palácio Piratini. A necessidade de se afirmarem como legalistas é mais um indicativo do quanto à possibilidade de um governo de exceção fazia parte daquele contexto. Os parlamentares discutiam sobre a existência ou não da ordem militar para bombardeio do Palácio Piratini durante a resistência, a oposição acusava Brizola de tentar se apropriar da Legalidade, como se houvesse sido o único a defendê-la no Rio Grande do Sul. Entre os mais inflamados críticos de Brizola encontravam-se os deputados pessedistas. Não por acaso, o PSD foi o partido mais beneficiado pela adoção do novo regime, uma vez que o primeiro-ministro, Tancredo Neves, militava em suas fileiras.

Após a Legalidade, também Brizola iria insistir na questão do golpe (até porque ele havia sido tentado por aqueles que se opunham à posse de João Goulart), assegurando que o processo, a ser desencadeado por seus adversários – e da legalidade – havia apenas ‘hibernado’.

A beleza desta festa não esconde as cicatrizes abertas em nossa alma cívica pelos que obedecendo a plano sinistramente preestabelecido, lançaram-se na aventura golpista, tentando a destruição da ordem legal, o aniquilamento das garantias democráticas...[...] Posso falar com esta franqueza porque não me animam as paixões de poder que empolgam os políticos que se divorciam do povo. [...] Não alimento ilusões. Cometi um crime muito grave: o de defender a sobrevivência da legalidade e das liberdades democráticas. [...] Pensamos claro e alto: queremos um Brasil que se reencontre consigo mesmo, equidistante tanto de Nova Iorque quanto de Moscou; com ambos mantendo diálogos, mas não se submetendo a nenhuma das forças que hoje disputam a hegemonia mundial.⁷⁸

Em setembro de 1961 Brossard se pronunciou a respeito de declarações do general Oromar Osório, sobre a possibilidade de novos desdobramentos da crise política no Rio Grande do Sul. “Apenas, antes de comentar as declarações de um General do Exército [...] observei que os planos do Governador do Rio Grande do Sul são notoriamente revolucionários, subversivos,

plano de ação na última hora, e em vez de sustentar a bandeira do pseudogolpe, ou da bandeira golpista, tenha entendido de sustentar a bandeira legalista.[...] O que importa é que o Sr. Leonel Brizola cumpriu com o seu dever de cidadão.” 91ª sessão, em 11/09/61.

⁷⁸ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 150. p. 194-195. Pronunciamento de José Vecchio (PTB), com transcrição do discurso de Leonel Brizola pronunciado durante o desfile do 20 de setembro de 1961. 99ª sessão, em 21/09/61.

desordeiros.”⁷⁹ No mesmo pronunciamento em que relembra a possibilidade do golpe de 1959, Hólvio Jobim (PSD), no final de 1961, definia os comunistas e ditadores que não se intitulam como tal, citando explicitamente o governador:

Assenhoram-se de movimentos de opinião que tenham o rótulo e o aspecto de legitimidade democrática, para, na vitória, surgirem na crítica, tornando-se donos do poder. [...] São, no meu entender, mais nocivos, do que aqueles que abertamente confessam seu credo vermelho. São falsos democratas, que fazem o jogo comunista. Vestem a pele do lobo, mas não querem ser lobo. [...] Se democracia é ordem, é trabalho organizado livremente, em que a liberdade de um encontra a limitação em igual direito do outro, aqueles que se votam à agitação, como é useiro e vezeiro o Governador do estado, estão solapando o regime e a ordem democrática.⁸⁰

A campanha deflagrada por Brizola ainda em 1961 em favor do plebiscito (que acabaria por acontecer em janeiro de 1963, determinando a volta ao sistema presidencialista) para uma nova definição do regime de governo e a criação da Frente de Libertação Nacional (movimento gestado por Brizola e pelo governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira, com o objetivo de ‘promover a independência nacional’ e aberto à adesão de todos os partidos políticos)⁸¹ resultaram em uma reação cada vez mais acentuada por parte dos setores conservadores. Novamente foi levantada a possibilidade de o governador estar a planejar a tomada do poder pela força. A oposição passou a trilhar um caminho que pode ser bem esquematizado em relação ao líder petebista. Chamava Brizola de agitador, associava a agitação à subversão do regime democrático, ou seja, à ocorrência de um golpe de estado e à instalação de uma ditadura e a ditadura, por sua vez, à instalação de um regime comunista no país. “...de longa data trabalham certos elementos, certos setores mancomunados com os mais conhecidos elementos subversivos, particularmente comunistas, associados ambos a mesma empresa sinistra de destruir a democracia e, com ela, as liberdades.”⁸² A frase de Paulo Brossard (PL), foi pronunciada no plenário do Legislativo poucas horas após Brizola ter lançado um Manifesto à Nação, no início

⁷⁹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 150. p. 298. 103ª sessão, em 27/09/61. Pronunciamento de Paulo Brossard (PL).

⁸⁰ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 151. p. 421-422. Pronunciamento de Hólvio Jobim (PSD). 121ª sessão, em 23/10/61.

⁸¹ SOBRE A ATUAÇÃO DAS FRENTE PARLAMENTARES VER: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB : do getulismo ao trabalhismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 233-255 e *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). op. cit.

⁸² ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 158. p. 91. Pronunciamento de Paulo Brossard (PL). 51ª sessão, em 06/07/62.

de julho de 1962. No documento o então governador afirmava a ineficácia do sistema parlamentarista, que definia como cobertura legal para a espoliação do país, e alertava para a eclosão de revoltas que aconteceriam caso a população não pudesse decidir sobre o sistema de governo. Além disso, dispensava aos militares, ou a parte deles, deferências que, aos olhos de seus adversários, aumentavam as dúvidas quanto às suas pretensões para a instauração de um regime de exceção.

Quanto a Brizola, suas declarações fortes e suas posturas de enfrentamento, que só se intensificaram depois que deixou o Executivo gaúcho, fizeram com que as acusações de conspirador continuassem a pesar sobre sua figura. Em outubro de 1963 o presidente João Goulart solicitou ao Congresso Nacional pedido de decretação de Estado de Sítio, que não foi concedido e só serviu para concentrar ainda mais opiniões contra ‘as esquerdas’. No final do ano, devolveu ao Legislativo o Orçamento de 1964, sob a alegação de que ele havia sido alterado. Além disso, criou-se um impasse com a possibilidade de Brizola ser indicado para o Ministério da Fazenda. Novamente, proliferaram acusações mútuas de tentativa de golpe. Na Assembléia gaúcha, o deputado Arthur Bachini (UDN) sugeria que se Jango não tinha autoridade para nomear seus ministros, que renunciasse ao posto.

No dia 29 de dezembro de 1963, o governo Ildo Meneghetti, através do chefe da Casa Civil, Plínio Cabral, denunciava a existência de um golpe das forças radicais de esquerda, organizado para os primeiros dias de janeiro. A denúncia teve repercussão nacional, originando uma convocação extraordinária da Assembléia Legislativa. Foram convidados a prestar esclarecimentos os secretários do Interior e Justiça, José Antônio Aranha, e de Segurança Pública, Antônio Pires. Aranha, em seu discurso no Parlamento, informou que os conspiradores utilizavam-se de codinomes, que o codinome do chefe da conspiração era Osvaldo e que ele não era Brizola. O ex-governador foi apontado como um dos comandados. Poucos dias antes, em discurso proferido na então URGS, por ocasião da solenidade de formatura dos alunos da escola de Geologia, o já deputado federal Leonel Brizola parecia não deixar margem para dúvidas:

A nossa opção histórica, neste momento, não é entre sistemas ou formas de governo, mas entre permanecer na servidão econômica ou ganharmos a plenitude efetiva de nossa soberania. [...] Que cada um de nós, a nossa rua, o nosso bairro, o nosso local de trabalho seja capaz de organizar o seu COMANDO NACIONALISTA. [...] precisamos nos organizar acima de tudo

para os lances e lutas inevitáveis que deverão assinalar os caminhos de nossa libertação.⁸³

As acusações não cessariam nem após o golpe de abril de 1964 e da instauração do regime militar no país. Brizola viria a ser apontado como o principal articulador do movimento que ficou conhecido como Operação Pintassilgo, cujo objetivo seria tomar o RS e instalar um governo provisório a partir do Uruguai e depois, a partir do final de 1965 e após diversas tentativas fracassadas da primeira operação, uma das lideranças da Guerrilha do Caparaó, cujo objetivo seria organizar a luta armada contra o regime imposto ao país por meio de treinamento e financiamento oriundos de Cuba.

⁸³ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. s/n. p. 248-249. Transcrição de discurso de Leonel Brizola proferido em 07/12/63, no Salão de Atos da URGS.

2 AS APARÊNCIAS ENGANAM

A seguir serão abordados temas caros à gestão de Leonel Brizola. Eles dizem respeito a algumas das estatísticas de governo referentes aos investimentos e ações desenvolvidos em áreas de interesse social, com destaque para a educação. Principal ‘bandeira’ do governo e do então governador, a educação e as ações que teriam sido desenvolvidas durante a passagem de Brizola pelo Executivo gaúcho ajudaram a construir uma imagem de Brizola como um homem público extremamente preocupado com a qualificação educacional da população, como forma de melhorar as condições de vida de modo geral e permitir a tão almejada igualdade. Um certo volume de dados estatísticos e números constantes neste capítulo pode, por vezes, tornar a leitura um pouco ‘árida’. Os dados, porém, são indispensáveis para a análise, porque fornecem informações a respeito de um outro item da prática da política e que as vezes pode induzir ao erro: pode ser resumido na diferença entre o que um político diz ou assegura que faz e aquilo que ele faz ou implementa no exercício de sua função pública. Via de regra, quando se trata de política, as aparências enganam.

2.1 AS PRIORIDADES SOCIAIS DO PTB

Durante sua gestão, Leonel Brizola foi cobrado sistematicamente e desde o primeiro ano de governo pelo atraso no pagamento dos salários do funcionalismo público, principalmente professores e policiais. Suas constantes ausências servem para que deputados opositoristas denunciem intenções de pavimentar a carreira política fora do Rio Grande do Sul, num salto que envolveria a eleição à presidência da República.⁸⁴ O governo é acusado de superfaturar a compra

⁸⁴ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 151. p. 174. Pronunciamento de Luciano Machado (PSD) “... um Governo que nos seus dois primeiros anos não esteve presente à realidade do Rio Grande do Sul, um Governo que 85 vezes se afastou do Palácio Piratini, 85 vezes está registrado o afastamento do Sr. Leonel Brizola do palácio Piratini, percorrendo o país, sendo que em certas ocasiões o sr. Governador, com um séquito de sete Secretários de Estado, deixou acéfalo o Governo do Estado e se transportou ao rio de Janeiro.” Em outubro de 61. v. 152. p. 606 Pronunciamento de Paulo Brossard (PL). O deputado lista os constantes afastamentos de Brizola para viagens, principalmente ao estado da Guanabara. Conforme o parlamentar, teriam sido 14 ausências em 1959, 22 em 1960 e 15 até o final de novembro de 1961. 149ª sessão extraordinária, em 30/11/61.

do prédio para a instalação da Caixa Econômica Estadual, de tributar exageradamente a produção, de acobertar irregularidades envolvendo o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), de colocar afiliados políticos em cargos públicos e mantê-los com verbas do II Plano de Obras⁸⁵, de conceder auxílios e subvenções que seriam pagos por seus sucessores⁸⁶, de pagar valores extremamente altos a empreiteiras pela construção das Estradas da Produção⁸⁷ e de agravar a situação econômico-financeira do Rio Grande do Sul.

Com base nas constantes acusações, o primeiro ponto a ser considerado nesta análise são alguns dos indicadores relativos às áreas de Educação, Saúde e Saneamento Básico no Estado. Isto porque os serviços públicos ofertados nas três áreas são considerados fundamentais para avaliar uma administração que se diz preocupada com os aspectos sociais. Além disso, a preponderância do social era enfatizada no discurso dos trabalhistas, constando inclusive no programa definitivo do PTB que, por sua vez, consolidou as propostas de programa do PTB do Rio Grande do Sul. Entre os 27 pontos elencados como fundamentais para o partido, os 11º, 12º, 13º, 14º e 15º estabeleciam, respectivamente:

⁸⁵ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXIII. p. 327-328. O item ‘f’ do parágrafo VIII do II Plano de Obras previa a admissão de pessoal para o planejamento, direção e execução dos trabalhos e serviços relacionados com o Plano “correndo o pagamento dos salários à conta das dotações das obras e serviços em que atuarem e procedendo-se a dispensa dos admitidos quando da ultimação das mesmas, mediante a indenização legal”. 147ª sessão extraordinária, em 15/11/58.

⁸⁶ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 160. p.51 Pronunciamento de Porcínio Pinto. “...uma infinidade de decretos concedendo auxílios e subvenções, a inúmeras entidades assistenciais e educacionais, disseminadas pelo interior do Rio Grande do Sul. [...]constatei que os auxílios concedidos serão pagos, - na sua maior parte, o próprio decreto o diz - em apólices a serem emitidas de acordo com a Lei do Plano de Obras, e cujo resgate está marcado para 1963, 1964 e, até, 1965. [...muitas entidades que recebem essa apólice, umas premidas pelas circunstâncias, e outras, porque delas se querem ver livres, vendem-nas por preços irrisórios, até por Cr\$ 400,00 uma apólice de Cr\$ 1.000,00. [...] Entram no negócio os agiotas, que poderão adquirir milhões ou bilhões de cruzeiros em apólices, que serão pagas pelo Estado, num tempo razoável de 2 ou 3 anos. E poderão adquiri-las por preço vil, por menos de 40% do seu valor para, no vencimento, o Estado resgatá-las por preço ao par, ainda acrescido dos juros de 10%.” 73ª sessão, em 06/08/62.

⁸⁷ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 160. p. 52-53. Pronunciamento de Cândido Norberto (PL). “Quando se fala em Estradas da Produção, têm-se a impressão de que são estradas pavimentadas, de alto gabarito, como diz o Sr. Governador, mas são Estradas de terra batida e mal batida, precaríssimas estradas iniciadas e não concluídas, não ligando nada com nada. [...] Tenho [...] os últimos preços que o Estado está pagando para o consórcio e confesso a V. Exa. Que estou, mais do que nunca, estarrecido e não sei como é possível que estas coisas aconteçam aos olhos do povo. É verdade que o povo não conhece todos os detalhes deste negócio. E vou dizer mais: hoje tenho elementos de convicção para declarar que a concorrência era ilegal; não apenas preparada por um grupo adrede organizado por elementos vinculados ao Governo, mas ilegal, já que não atendeu a certos requisitos exigidos por Lei. Há, no trecho que dá acesso à barragem de Fandango, uma irregularidade tão grande que, em qualquer país onde houvesse governo, polícia e justiça, funcionando mesmo, um contrato deste porte estaria anulado.” Mais do que as irregularidades, Norberto denuncia a falta de vontade política, entre os próprios parlamentares, para que progridam os trabalhos da Comissão de Inquérito que, no Legislativo apurava as possíveis irregularidades. “A verdade é que, não sei como, os fatos se combinam, as circunstâncias se entrelaçam e, no fim, não há sessão, não há reunião, não há trabalho. Enquanto isto, tudo o que de errado, de escabroso, de inconveniente existe nesta negociata contínua; continuam a enganar o povo, com o dinheiro do povo”.

11º - Concretização do programa do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, de modo a assegurar completa proteção aos trabalhadores e às suas famílias.

12º - Aumento do nível de vida, a fim de assegurar uma alimentação conveniente, assim como habitação própria e a preço acessível, melhor trato, recreio e educação das massas, considerada a pobreza como um perigo para a paz social.

13º - Subvenção a todas organizações destinadas à beneficência, à recreação e à saúde dos trabalhadores.

14º - Bem-estar infantil, educação primária obrigatória e gratuita; educação secundária e profissional também gratuitas, bem como possibilidade de ensino superior a todas as vocações.

15º - Criação de escolas pré-vocacionais em todos os pontos do país para os menores enquanto não atingirem a idade de trabalhar.

Na Mensagem enviada pelo governador Leonel Brizola à Assembléia Legislativa em 1960, a importância de investimentos nas políticas sociais é também fartamente destacada. “Entendemos, Senhores Deputados, que desenvolvimento não se faz senão visando valorizar aquilo que já foi definido como o melhor capital e a maior riqueza de uma Nação: a criatura humana. Por isso mesmo, o crescimento econômico só alcança sentido quando também se converte em desenvolvimento social.”⁸⁸ Brizola, na verdade, repetia, com outras palavras, o discurso já conhecido do pensamento de Alberto Pasqualini, que colocava a eliminação da denominada “usura social” como o objetivo básico do trabalhismo.⁸⁹

A começar por duas áreas tidas como chaves para o desenvolvimento social, se considerados os volumes de investimentos, não há grandes variações entre a gestão Brizola e os governos imediatamente anterior e posterior. Assim, por exemplo, o Departamento de Saúde, que a partir do governo Brizola se transformou em Secretaria, ficava, em média, com valores entre 3% e 5% do Orçamento. Nos anos entre 1959 e 1962, que são o objeto deste estudo, eles foram de 3,76%; 4,06%; 3,67% e 3,99%. Para um governo que destacava suas preocupações com os aspectos sociais, os percentuais destinados à saúde pública podem ser considerados

⁸⁸ Ver: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961. p. 18. Ver também: GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Roteiro do Programa de Governo do Engenheiro Leonel Brizola*. Elaborado pelo gabinete de Administração e Planejamento. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1962.

⁸⁹ Sobre este assunto ver: PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958. *As idéias políticas e sociais de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1954.

extremamente baixos. Na Secretaria de Obras Públicas, que congregava a Diretoria de Saneamento e Urbanismo em 1959 e, a partir de 1960, a Diretoria de Saneamento e o Serviço de Urbanismo, os investimentos também representaram, durante a gestão Brizola, percentuais bastante baixos do total da despesa do Estado, variando sempre ao redor de 3%. A Diretoria de Saneamento e Urbanismo, em 1959, ficou com um percentual de 0,69% da despesa quando considerados os créditos ordinários (sem suplementações). Nos anos seguintes, a Diretoria de Saneamento, desmembrada do Serviço de Urbanismo, ficou com valores equivalentes, respectivamente, a 0,11%, 0,08% e 0,08% da despesa geral.⁹⁰ Além disso, tanto a Secretaria da Saúde como a de Obras Públicas foram inicialmente comandadas pelos partidos aliados ao governo. Obras, que em seguida acabaria voltando para o PTB, ficou primeiro com o Partido de Representação Popular (PRP) e, Saúde, com o Partido Social Progressista (PSP).

No que se refere às contas do governo vale citar que, a exemplo dos anteriores, os quatro exercícios tiveram orçamentos deficitários, conforme os relatórios da Contadoria Geral do Estado constantes nos Balanços Gerais dos anos de 1959, 1960, 1961 e 1962. Em 1959 o déficit representou 3% da despesa realizada; em 1960, 0,5%; em 1961, 4,28% e, em 1962, 4,98%.⁹¹ Os balanços são documentos elaborados pela Contadoria Geral da Secretaria da Fazenda onde constam informações detalhadas sobre as contas de cada exercício e comparações entre as despesas inicialmente fixadas nas peças orçamentárias aprovadas no Legislativo e aquelas realizadas após suplementações ou cortes. Ainda em relação às contas, o governo era cobrado pelos deputados opositores a respeito do aumento no percentual do Imposto Sobre Vendas e Consignações, ocorrido em 1959.⁹² Conforme os dados da Contadoria Geral do Estado, o imposto, que quando da aprovação da lei que instituiu o II Plano de Obras, no final de 1958, teve

⁹⁰ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Contadoria Geral do Estado. *Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 1959*. Apresentado ao Secretário da Fazenda, Siegfried Emanuel Heuser, e assinado pelo contador-geral do Estado, Holy Ravanello. Porto Alegre, 30 de abril de 1960. p.199. *Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 1960*. Apresentado ao Secretário da Fazenda, Gabriel Obino, e assinado pelo contador-geral do Estado, Holy Ravanello. Porto Alegre, 3 de maio de 1961. p. 202-203. *Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 1961*. Apresentado ao Secretário da Fazenda, Gabriel Obino, e assinado pelo contador-geral do Estado, Holy Ravanello. Porto Alegre, 30 de abril de 1962. p. 218-219. *Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 1962*. Apresentado ao Secretário da Fazenda, Emilio Kaminski, e assinado pelo contador-geral do Estado, Holy Ravanello. Porto Alegre, 30 de abril de 1963. p. 251-252. É importante ressaltar que, em alguns casos, havia suplementações de valores por meio da abertura de créditos extraordinários. Entre eles, são mais frequentes nos Balanços os destinados ao Plano de Saneamento do Estado. Isto não desqualifica a argumentação, uma vez que as destinações em créditos ordinários demonstram a importância atribuída a esta ou aquela secretaria, como ficará demonstrado em relação a educação.

⁹¹ Ibid. *Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 1962*. p.19.

⁹² ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 134. Pronunciamento do deputado Paulo Brossard (PL). 200ª sessão, em 20 de novembro de 1959. p. 217-218.

sua alíquota reduzida de 3,65% para 3,6%, era a principal fonte de recursos financeiros e, a partir do final de 1959, teve novo aumento de alíquota, que dessa vez passou de 3,6% para 4%.

Após a exposição destes dados, a análise que segue vai dar destaque à área da educação, por ser, de forma recorrente, apontada como prioridade do governo de Leonel Brizola. Tanto que, conforme destacado anteriormente, o binômio Educação e Desenvolvimento norteava todos os planos de investimentos da gestão do então governador. Na eleição para a prefeitura de Porto Alegre, em 1955, o slogan de Brizola durante a campanha foi “Nenhuma criança sem escola”. A importância da educação e as iniciativas que o PTB viria a tomar na área integram a propaganda partidária da sigla. Segue-se, por isso, uma comparação entre o quanto do orçamento estadual foi destinado à educação no governo Brizola e nos governos imediatamente anterior e posterior, utilizando para tanto dados dos Balanços Gerais do Estado. Também serão confrontados os números das séries históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹³ com aqueles divulgados oficial e extra-oficialmente pelo governo petebista.

2.1.1 A EDUCAÇÃO COMO BANDEIRA

Na Mensagem à Assembléia Legislativa de 1960, a importância da educação da população merece páginas de destaque e o governador mostrava-se taxativo quanto aos resultados iniciais de seu Plano Educacional que tinha, entre seus principais programas, o Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário⁹⁴.

⁹³ As séries históricas do IBGE estão disponíveis em <www.ibge.gov.br>. Sob o título *Estatísticas do século XX*.

⁹⁴ GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961. A mensagem, no capítulo intitulado Educação Popular, define o que é o Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário, instituído por meio do Decreto nº 10.401, de 1959, e elenca suas metas. Segundo o documento, em janeiro de 1959 existiam no RS 290 mil crianças sem escola. Os dois principais objetivos do Plano eram suprir o déficit escolar apurado e combater o analfabetismo. Para tanto, os dados apresentados no documento indicavam que em 1959 haviam sido construídas 352 escolas e admitidos 2.147 professores para o Ensino Primário, além de um aumento de 55.127 matrículas. Em 1960 os números eram de 248 escolas construídas, mais 3.086 professores e mais 79.098 matrículas. E a projeção para 1961 indicava, para o Ensino Primário Comum e Rural, 72 mil novas matrículas, nomeação de 600 professores, contratação de outros 1.100 e mais uma admissão de 700 docentes. “Por outro lado, o Plano de Descentralização do Ensino Primário (Sedep), juntamente com o Ensino Particular, através da cessão de professores em troca de matrículas, e com a distribuição de bolsas de estudos deverão somar 228.000 alunos, prevendo-se, assim, que a meta principal que é alcançar-se o total de 300.000 novas matrículas, será atingida no ano em curso. Assim, o desenvolvimento do Plano de Expansão se constituiu em preâmbulo promissor do “ANO DA ESCOLARIZAÇÃO”, assim chamado o exercício em curso.” p.

Educação foi a palavra que o candidato pronunciou com apaixonada insistência durante a campanha eleitoral. Educação foi o problema em que o governo do estado, neste período concentrou com maior energia sua obstinada determinação. Educação não como privilégio ou direito só facultado aos que possam pagá-la ou obtê-la nos grandes centros urbanos ou rurais, mas serviço que a Pátria deve a todos os seus filhos, sobretudo àqueles que pertencem às classes populares, às classes economicamente menos privilegiadas.

Por isto, nossa política educacional é popular – visa elevar o nível mental e moral das grandes massas e assim incorporá-las ao trabalho produtivo e à vida ativa do estado e do País, à vida criadora da inteligência e da cultura.[...]

Senhores Deputados: apenas para dar a esta Assembléia a idéia da magnitude do nosso Plano Educacional e da energia com que nos devotamos cotidianamente à sua execução, permito-me mencionar que o resultado destes dois anos de esforços e lutas foram, só em relação ao ensino primário, a abertura de duas mil novas escolas distribuídas por todo o Estado, significando trezentas mil novas matrículas e importando na admissão de doze mil novas professoras.

E isto representa apenas a primeira etapa do Plano de escolarização. Quando atingirmos a segunda etapa, em março de 1962, nenhuma criança em idade escolar no Rio Grande do sul deixará de ter a sua matrícula tranqüilamente assegurada.

O conhecimento, a cultura, o saber, as tecnologias são fatores que, nos programas de desenvolvimento, têm importância essencial, precedem os próprios investimentos e as inversões.⁹⁵

Os dados do IBGE indicam, por exemplo, que entre 1955 e 1964 (período que abrange os dois governos de Ildo Meneghetti, inclusive o período pós-golpe, e o de Leonel Brizola) há um crescimento quase constante (na comparação ano a ano) no número de matrículas no Ensino Fundamental Comum tanto na rede estadual como nas redes municipais, conforme indica a tabela abaixo:

45-46. Em relação aos dados apresentados na mensagem e sobre sua data, cabe observar que, apesar de ela estar catalogada como datada de 1960 na Biblioteca do Legislativo, os números existentes no documento referentes ao ano de 1960 estão fechados e existem dados projetados de 1961, o que indica que talvez ela seja datada deste último ano e não de 1960.

⁹⁵ GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961. p. 19-21.

Tabela 1**MATRÍCULA GERAL – ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM***

ANO	ESCOLAS ESTADUAIS	VARIAÇÃO %	ESCOLAS MUNICIPAIS	VARIAÇÃO %
1955	178.932	–	294.867	–
1956	195.954	9,51	305.080	3,46
1957	223.544	14,07	310.980	1,93
1958	261.019	16,76	315.494	1,45
1959	306.616	17,46	310.069	-1,72
1960	335.532	9,43	315.462	1,73
1961	364.366	8,59	319.117	1,15
1962	424.782	16,58	351.854	10,25
1963	441.459	3,92	362.524	3,03
1964	465.357	5,41	385.994	6,47

*FONTE: IBGE/Estatísticas do Século XX - Indicadores de Educação

De fato, entre as três maiores taxas de crescimento, duas se deram durante o governo Brizola (em 1959 e em 1962). A segunda maior, contudo, é a do último ano da primeira gestão de Meneghetti. Assim, os três maiores crescimentos são registrados no primeiro ano de Brizola, no último de Meneghetti e no último de Brizola, respectivamente. Vale, porém, a ressalva de que o último ano de governo é aquele no qual em geral são realizados maiores investimentos na grande parte das áreas, uma vez que isto está diretamente relacionado à proximidade dos processos eleitorais, nos quais os eleitores acabam influenciados pelas ações e números mais recentes apresentados pelos governantes. Nos outros dois anos da gestão Brizola as taxas são compatíveis com aquela registrada em 1956, na comparação com 1955, e ficam abaixo da de 1957. É evidente, contudo, na análise dos dados, que em 1963 e 1964 há uma queda acentuada no percentual de crescimento do número de matrículas no Ensino Fundamental Comum na rede estadual, sendo que, nestes dois anos, as taxas são inclusive bem inferiores às da primeira gestão Meneghetti.

Já nas redes municipais as taxas de crescimento anual no número de matrículas no Ensino Fundamental Comum no período ficam bem abaixo daquelas registradas na rede do Estado. As maiores são verificadas em 1962 (10,25%), 1964 (6,47%) e 1956 (3,46%). Ou seja, o incremento mais significativo se deu no último ano da gestão Brizola. Mas os demais anos de seu governo apresentaram variações bem modestas sendo que, em 1959 ela foi inclusive negativa (a única em que houve decréscimo se tomados os nove anos em questão).

As informações a respeito do número de matrículas nas redes municipais não são compatíveis com aquelas apresentadas pelo governo Brizola em relação ao Plano de Expansão Descentralizada do Ensino Primário. O Plano, coordenado pelo Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (Sedep) integrava o Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário e previa a realização de convênios com municípios e entidades particulares. No caso dos convênios com os municípios estes entravam com o “esforço administrativo” e o Estado fornecia os “meios técnicos e financeiros” para possibilitar o incremento na rede e, conseqüentemente, no número de matrículas.⁹⁶

Na Mensagem que enviou à Assembléia Legislativa quando da abertura dos trabalhos do Parlamento em 1962, último ano de sua gestão, Brizola informava que dos 156 municípios existentes no Estado, 153 já haviam firmado acordo com o governo dentro do Plano, e que 148 já haviam enviado seus planos de construção de unidades escolares, o que totalizava 4.110 prédios, com possibilidade de atender a 250 mil crianças. A própria mensagem, porém, é contraditória. “Até o momento foram construídos aproximadamente 3.000 prédios, dos quais uma terça parte, são de 2 salas de aula. [...] A Rede Escolar do Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário, já em funcionamento, conta com 1.900 escolas, 2.300 professores, sendo freqüentadas por 85.000 alunos.”⁹⁷

Na verdade, quando tomados os números das séries históricas do IBGE, em todas as redes municipais, entre 1958 e 1962, o aumento no número de matrículas foi menos da metade daquele indicado na mensagem do governador, e totalizou 36.360. Também contraditórias são as informações referentes à rede estadual propriamente dita. Conforme consta na mensagem de 1960, nos dois primeiros anos de sua gestão haviam sido criadas 134.225 matrículas na rede estadual do Ensino Primário (outras 72 mil eram projetadas para 1961, o que totalizaria, em três anos, 206.225 novas matrículas, dado que, somado às 85.000 dos convênios com os municípios, fechariam as cerca de 300 mil novas matrículas previstas na Mensagem de 1962). Mas os números do IBGE indicam que nos dois primeiros anos de governo teriam sido criadas 74.513 novas vagas e não 134.225. Vale ressaltar ainda que os dados dizem respeito à matrícula geral e

⁹⁶ GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961. p. 50.

⁹⁷ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1962. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1963. v. I.

não à efetiva. A matrícula efetiva considera os números referentes à evasão escolar, enquanto que a geral não. E os índices de evasão, e também de repetência, no período que é objeto deste estudo eram considerados dois grandes problemas da educação.

Conforme indica Claudemir de Quadros⁹⁸ a partir de levantamentos realizados em Anuários de Estatísticas Educacionais e Culturais da Secretaria Estadual da Educação e Cultura (SEC) dos anos de 1959 e 1961, somente os índices de repetência chegavam, no ensino público estadual e municipal, na época, à faixa dos 40%. Já a evasão oscilava, genericamente, entre 10% e 18%. A pesquisa realizada pelo autor também indica para um crescimento constante dos números referentes ao ensino público pelo menos desde 1950.⁹⁹

Em relação aos números de escolas registrados nas séries do IBGE também é possível fazer algumas observações, apesar de que soam repetitivas. Neste caso, as maiores taxas de crescimento anual registradas ocorrem entre os anos de 1957 e 1961 (que abrangem tanto parte do primeiro governo Meneghetti como do de Brizola). As três maiores são referentes aos anos de 1959 (17,28%), 1958 (14,69%) e 1960 (13,43%). O crescimento percentual é constante, mas bem variado. Tanto que no último ano da gestão de Brizola o percentual de crescimento no número de unidades escolares cai a 3,52%, e depois, nos anos de 1963 e 1964 (já na gestão de Ildo Meneghetti), se mantêm a taxas inferiores a 6%. Em comum, em termos de número de matrículas e número de escolas, estão os crescimentos registrados no ano de 1959, o primeiro do governo Brizola, que são os mais significativos do período.

Já em relação ao número de escolas municipais de Ensino Primário Fundamental, o ano de maior crescimento percentual é o de 1962, que destoa dos demais, por apresentar taxa superior a 10%. O ano de 1961 possui taxa semelhante aos de 1963 e 1964 e os anos de 1959 e 1960 têm taxas inferiores aos da primeira gestão Meneghetti, o que também não condiz com o apresentado

⁹⁸ QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2003. p. 47-50 e 80-86. Apesar de considerar que o projeto educacional do governo Brizola "...resultou em uma significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público no RS", o autor também verificou as discrepâncias entre os dados divulgados pelo governo e aqueles que constam nas estatísticas por ele pesquisadas (além dos Anuários da SEC, relatórios da Comissão de Prédios Escolares publicados em 1963). p. 65-66 e 81-85.

⁹⁹ Ibid. p. 48-49. "No período de nove anos que antecedeu o governo de Leonel Brizola (1950-1958), percebe-se um crescimento quantitativo generalizado de alguns indicadores educacionais. Entre 1950 e 1958, no âmbito do ensino estadual, o número de estabelecimentos escolares passou de 899 para 1.795; o número de professores aumentou de 6.468 para 12.244. No que se refere às matrículas, nota-se que a matrícula geral passou de 164.837, em 1950, para 306.171 em 1958. A frequência média à escola, descontada a evasão, aumentou em 71,97%; as aprovações aumentaram em 109,94%, e as conclusões de curso, em 149%." (Não há, com relação a estes números, indicação do autor a respeito da fonte dos dados).

pela propaganda de governo. Na mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa no início de 1962, o governador informava que os convênios com os municípios haviam possibilitado, até aquele momento, a construção de três mil prédios. Em seguida, informava que a Rede Escolar do Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário contava com 1,9 mil escolas. Mesmo deixando de lado a contrariedade dos números, e se for considerado apenas o menor deles – 1,9 mil – há uma diferença considerável entre o informado pelo governo e o registrado nas estatísticas do IBGE.

Se forem comparados os números de unidades escolares nos municípios em 1962 e em 1958, a diferença é de 1.481 escolas. Como a Mensagem muito provavelmente não inclui as escolas construídas ao longo do ano e os dados do IBGE são dos totais fechados no ano em questão, se tomados por referência os números de 1961 e 1958, a diferença cai ainda mais, para apenas 599 escolas. É preciso assinalar também que os números do IBGE computam todas as escolas dos municípios e não apenas as construídas por meio de convênios com o governo estadual. Sendo assim, mesmo que todas as prefeituras tivessem erguido novas unidades escolares apenas através dos acordos firmados dentro do Plano de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (Sedep), os dados são divergentes. Os números completos podem ser conferidos na tabela que segue:

Tabela 2
UNIDADES ESCOLARES - ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM*

ANO	ESTADUAIS	VARIAÇÃO %	MUNICIPAIS	VARIAÇÃO %
1954	1.187	-	6.785	-
1955	1.222	2,94	6.970	2,72
1956	1.328	8,67	7.187	3,11
1957	1.483	11,67	7.330	1,98
1958	1.701	14,69	7.480	2,04
1959	1.995	17,28	7.500	0,26
1960	2.263	13,43	7.632	1,76
1961	2.552	12,77	8.079	5,85
1962	2.642	3,52	8.961	10,91
1963	2.800	5,98	9.392	4,80
1964	2.942	5,07	9.808	4,42

*FONTE: IBGE/Estatísticas do Século XX - Indicadores de Educação

2.1.2 SOBRAM NÚMEROS, FALTAM VAGAS

Após as análises acima, e como forma de fornecer um maior conjunto de dados, forma buscados, também junto às estatísticas compiladas pelo IBGE, os números totais de matrículas, escolas e professores tanto do Ensino Primário como do então chamado Ensino Médio – que incluía os ciclos Ginásial e Colegial (Científico mais Clássico) –, e dos Ensino Normal e Técnico (no qual estavam inseridos os ensinos Agrícola, Industrial e Comercial) das redes estadual e municipais do início e do fim do governo de Leonel Brizola. A título de esclarecimento, no caso do Ensino Primário, é feita uma comparação entre os números fechados dos anos de 1958, e, portanto, os dados finais da primeira gestão de Ildo Meneghetti, e aqueles fechados de 1962, que contemplam os dados existentes ao final da gestão Brizola. No caso do Ensino Extra-Primário (Médio Comum, Normal, Técnico, Agrícola e Industrial) são utilizados os números existentes no início do ano letivo de 1959 (princípio do governo Brizola) e no início de 1963 (começo da segunda gestão de Meneghetti). A diferença se dá por exigência das fontes, uma vez que é assim que as tabelas do IBGE disponíveis para consulta estão dispostas.¹⁰⁰

A observação das tabelas do IBGE referentes ao Ensino Primário mostra que, na rede estadual, durante o governo de Leonel Brizola, foram criadas cerca de 133 mil novas matrículas e 941 escolas e contratados 7,7 mil professores. Já nas redes municipais foram, arredondando-se os dados, 30,4 mil novas matrículas, 1,5 mil escolas e 3,2 mil professores. Assim, mesmo que fossem somadas todas as novas matrículas da rede estadual com as das redes municipais (como se o Estado respondesse por todas elas, o que não acontecia), os números não chegam às mais de 300 mil novas matrículas, às cinco mil novas escolas ou aos 25 mil professores contratados divulgados com insistência pelo governo Brizola durante sua gestão e que passaram a fazer parte dos dados apresentados por petebistas e pedetistas ao longo das últimas cinco décadas. A propaganda de governo, inclusive, conforme já referido, é bastante contraditória.

Algumas das contradições em relação aos números são especificadas a seguir. Na Mensagem à Assembléia Legislativa de 1960 o governador afirmava que nos dois primeiros anos

¹⁰⁰ Não havia como comparar os números do Ensino Primário ao início dos anos de 1959 e 1963 porque eles não estão disponíveis. De qualquer forma, a diferença não chega a ser prejudicial uma vez que, em ambos os casos, é possível identificar o número de matrículas e unidades escolares e o número de professores contratados durante o governo Brizola, que são os dados que interessam ao trabalho.

de governo, só em relação ao Ensino Primário, haviam sido entregues pelo governo duas mil novas escolas. No mesmo documento, com dados referentes a 1959 e 1960 e projeções para 1961, informava que nos dois primeiros anos de governo haviam sido criadas 134.225 novas matrículas, contratados 7.121 novos docentes e construídas 600 novas escolas. Para 1961 eram projetadas mais 72 mil novas matrículas e 1,2 mil novas escolas, e já teriam sido contratados ou nomeados outros 1,7 mil professores, aos quais se somariam ainda mais 700, num total de 2,4 mil. A Mensagem informa ainda que através dos convênios (com municípios e com a rede particular) do Plano de Descentralização do Ensino Primário seriam somados outros 228 mil alunos. Ora, se as 134.225 novas matrículas então anunciadas no Ensino Primário estadual forem somadas as 72 mil previstas para 1961 e as 228 mil do Plano de Descentralização, o resultado seria que, ao final de 1961, existiram já 434.225 mil alunos matriculados.

Já na Mensagem enviada à Assembléia em 1962 o governador falava em 300 mil novas matrículas na rede estadual e mais 85 mil matrículas criadas por meio dos convênios com os municípios, o que totalizaria 385 mil novas matrículas até o início do último ano de governo. Na mesma Mensagem, conforme indicado anteriormente, são fornecidos dois dados diferentes para o número de escolas construídas em convênio com os municípios (três mil e 1,9 mil). Ainda na Mensagem de 1962, são colocados como metas, e não realizações, duas mil novas escolas, 300 mil novas matrículas e 12 mil novos professores para 1961 e 4,5 mil novas escolas, 420 mil novas matrículas e 20 mil novos professores em 1962. No mesmo documento, ao informar os números de matrículas gerais no Ensino Primário Estadual (excluídas as escolas do Sedep), por ano, o governo indica que elas passaram de 281.370 em 1958 para 460.694 em 1961. Quando tratou dos números da Educação do governo petebista, durante pronunciamento realizado na Assembléia Legislativa em julho de 1962, o deputado Sereno Chaise (PTB) disse que o Plano Educacional do governo Brizola havia possibilitado a construção de quase cinco mil novas escolas, a admissão de mais de 25 mil novos professores estaduais e a criação de 420 mil novas matrículas.¹⁰¹

O que é possível perceber nos diversos documentos é uma mistura constante, e muito provavelmente intencional, entre projeções e ações concretizadas nos quatro anos de governo, e que podem facilmente induzir ao erro. Os próprios termos utilizados nas Mensagens do Executivo são ambíguos. Na Mensagem de 1960 o governador diz que a abertura de duas mil

¹⁰¹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 158. p. 119. Pronunciamento de Sereno Chaise (PTB). 52ª sessão, em 09/07/62.

novas escolas de Ensino Primário “significam” 300 mil novas matrículas e “importam” na admissão de 12 mil novas professoras.¹⁰² Depois, informa que com a entrada em funcionamento de mais 1,2 mil escolas no ano de 1961 (o que é uma projeção, apesar do tom afirmativo) serão oferecidas matrículas para mais 72 mil alunos. As afirmações constam de um item intitulado Metas do Plano de Expansão do Ensino Primário.¹⁰³ Ou seja, além de os números dados como fechados não estarem de acordo com aqueles apurados pelo IBGE, há também termos dúbios nos documentos do governo, que tanto podem significar um fato consumado como um projeto. As tabelas que seguem contêm os números consolidados do IBGE:

Tabela 3
ENSINO PRIMÁRIO – REDE ESTADUAL

ANO*	MATRÍCULAS**	ESCOLAS	PROFESSORES
1958	216.095	1.701	9.495
1962	349.738	2.642	17.252
Diferença	+ 133.643	+ 941	+ 7.757

*No final do ano/ **Matrícula efetiva

Tabela 4
ENSINO PRIMÁRIO – REDES MUNICIPAIS

ANO*	MATRÍCULAS**	ESCOLAS	PROFESSORES
1958	274.255	7.480	10.299
1962	304.682	8.961	13.487
Diferença	+ 30.427	+ 1.481	+ 3.188

*No final do ano/ **Matrícula efetiva

FONTE: IBGE/Estatísticas do Século XX – Indicadores de Educação

Em relação ao Ensino Extra-Primário, as contradições não são tão grandes, quando considerados os números referentes ao Ensino Secundário (Médio Comum) ou ao Ensino Normal. Os dados do IBGE mostram que, nos quatro anos em questão, no ensino Extra-Primário (rede estadual), em todas as suas categorias, foram criadas 22.693 novas matrículas e 66 escolas e admitidos 635 novos professores. Já nas redes municipais, no mesmo período, foram 1.107 novas matrículas, duas unidades escolares e 97 professores. De acordo com os levantamentos realizados

¹⁰² GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961. p. 20.

¹⁰³ Ibid. p. 45-47.

por Quadros, entre 1959 e 1961 ingressaram no Ensino Secundário 9.147 novos alunos e, no Ensino Normal, no mesmo período, 4.014 alunos.¹⁰⁴ Na Mensagem enviada ao Legislativo em 1960, no item Matrículas do Ensino Secundário, a informação era de que, em 1959, haviam sido matriculados 91.462 alunos e, em 1960, 102.708 alunos. O documento ressalva, contudo, que os números incluíam todos os estabelecimentos de ensino secundário existentes no Estado, do que se depreende que foram contabilizados, inclusive, os alunos de estabelecimentos particulares. Quando trata do total de matrículas do Secundário na rede estadual, a Mensagem informa que o número, em 1960, era de 29.898 e, em 1959, de 26.442, bem mais de acordo, portanto, com as estatísticas do IBGE, conforme ficará demonstrado a seguir. A aproximação entre os números também acontece em relação ao Ensino Normal, no qual, conforme a Mensagem de 1962, existiam 2.937 matriculados em escolas oficiais e 5.779 em oficializadas (particulares).¹⁰⁵ De qualquer forma, em ambas as situações, o documento, que servia como uma mais espécie de prestação de contas do Executivo perante os parlamentares a respeito das realizações do governo, primeiro inclui os dados da rede particular de ensino para, depois, tratar daqueles que se referem à rede estadual, fornecendo mais um exemplo do tipo de informação que pode induzir o leitor ao erro.

Por fim, no caso do Ensino Técnico, nível para o qual também foi criado um Plano de emergência de expansão, a Mensagem de 1960 indica que a meta era a criação de 30 mil matrículas no Ensino Industrial (incluindo redes públicas e particular) e de oito mil no Ensino Agrícola (também entre redes públicas e particular).¹⁰⁶ Além disso, segundo o documento, existiam matriculados na rede estadual do Ensino Industrial 4.312 alunos em 1959 e 8.670 no primeiro semestre de 1961. Os números estão muito abaixo daqueles registrados pelo IBGE, que indicam 1.221 matrículas em 1959 e 2.773 em 1963, ou seja, bastante distantes da meta de 30 mil. Situação semelhante pode ser observada nos números do Ensino Agrícola. Pelos dados constantes na Mensagem, as matrículas da rede estadual foram de 1.325 em 1959 e 2.408 no primeiro semestre de 1961 e os projetos até aquele momento realizados ou em curso apontavam para uma capacidade potencial de cinco mil matrículas. Mas, segundo os indicadores do IBGE, as matrículas eram bem mais modestas: foram 665 em 1959 e 1.016 em 1963. Os dados

¹⁰⁴ QUADROS, Claudemir de. op. cit. p. 70.

¹⁰⁵ GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961. p. 77-79.

¹⁰⁶ Ibid. p. 51-53.

consolidados do IBGE podem ser observados nas tabelas que seguem. Não foram especificados os números do Ensino Técnico Comercial porque a rede era particular.

Tabela 5

ENSINO MÉDIO COMUM (GINASIAL E COLEGIAL) – REDE ESTADUAL

ANO*	MATRÍCULAS	ESCOLAS	PROFESSORES
1959	25.998	72	1.852
1963	44.099	125	1.973
Diferença	+ 18.101	+ 53	+ 121

*Ao final do primeiro mês letivo

Tabela 6

ENSINO MÉDIO COMUM (GINASIAL E COLEGIAL) – REDES MUNICIPAIS

ANO*	MATRÍCULAS	ESCOLAS	PROFESSORES
1959	1.801	8	124
1963	2.798	7	185
Diferença	+ 997	- 1	+ 61

*Ao final do primeiro mês letivo

Tabela 7

ENSINO NORMAL – REDE ESTADUAL

ANO*	MATRÍCULAS	ESCOLAS	PROFESSORES
1959	2.455	22	452
1963	5.144	41	927
Diferença	+ 2.689	+ 19	+ 475

*Ao final do primeiro mês letivo

Tabela 8

ENSINO NORMAL – REDES MUNICIPAIS

ANO*	MATRÍCULAS	ESCOLAS	PROFESSORES
1959	142	01	17
1963	193	03	42
Diferença	+ 51	+ 02	+ 25

*Ao final do primeiro mês letivo

Tabela 9
ENSINO INDUSTRIAL – REDE ESTADUAL**

ANO*	MATRÍCULAS	ESCOLAS	PROFESSORES
1959	1.221	18	468
1963	2.773	14	484
Diferença	+ 1.552	- 04	+ 16

*Ao final do primeiro mês letivo/** Em relação ao Ensino Industrial, não há, conforme os dados do IBGE, redes municipais constituídas no RS no período.

Tabela 10
ENSINO AGRÍCOLA – REDE ESTADUAL**

ANO*	MATRÍCULAS	ESCOLAS	PROFESSORES
1959	665	08	113
1963	1.016	06	136
Diferença	+ 351	- 02	+ 23

*Ao final do primeiro mês letivo/ **Em relação ao Ensino Agrícola, conforme os dados do IBGE, não há redes municipais constituídas em 1959 e, em 1963, os números são os seguintes: 59 matrículas, 11 professores e 1 escola.

FONTE DAS TABELAS: IBGE/Estatísticas do Século XX – Indicadores de Educação

Depois da observação dos números, é possível dizer que nos quatro anos em, questão, somadas as novas matrículas do ensino primário com as do ensino extra-primário, chega-se a 156.336 novas matrículas. Já nas redes municipais são 31.534. A soma de todos os alunos novos, incluindo rede estadual e redes municipais chega a 187.870. O número, porém, equivale a pouco mais da metade do divulgado pela propaganda de governo. Na verdade, quando cotejados com os dados do IBGE, os números de professores e escolas também não correspondem. Conforme os dados do Instituto, professores novos na rede estadual entre o início e o fim do governo foram 8.392 e, unidades escolares, 2.422.

Mesmo que fossem deixados de lado os indicadores, os pronunciamentos dos deputados e os documentos transcritos nos Anais do Legislativo, principalmente no ano de 1962, indicam que a área da Educação, apesar de receber as destinações orçamentárias e o que lhe era previsto no montante do II Plano de Obras, estava longe de ser unanimidade. Os deputados opositoristas denunciavam com freqüência o atraso no pagamento dos professores e servidores da rede pública de ensino. Em pronunciamento no final de abril de 1962, o deputado Ary Delgado (PSD) dava

destaque para o atraso de cinco meses no pagamento dos professores.¹⁰⁷ Um mês mais tarde, o deputado Mário Mondino (PDC) cobra explicações sobre verbas do II Plano de Obras que deveriam servir para o pagamento dos salários e Getúlio Marcantônio (PL) divulga apelo da Federação dos Professores Públicos do Rio Grande do Sul no qual estes solicitam a regularização de seus vencimentos.¹⁰⁸

Cabe ressaltar que as verbas destinadas (das despesas realizadas) à Secretaria de Educação e Cultura durante os quatro anos de governo foram sempre as segundas maiores do total da despesa do Estado (19,76% em 1959, 21,21% em 1960, 22,06% em 1961 e 22,77% em 1962)¹⁰⁹, perdendo apenas para a Secretaria da Fazenda em 1959 e para os chamados Encargos Gerais do Estado (que incluem as despesas com inativos, pensões e meio soldo, encargos da dívida, contribuições para autarquias, quotas de retorno e auxílio aos municípios e a contribuição ao Banco Regional de Desenvolvimento Econômico) nos anos seguintes. Os percentuais orçamentários destinados à Educação Pública mereceram, inclusive, destaque nos pareceres do Tribunal de Contas sobre as contas do governo.¹¹⁰

Mas, se os números forem comparados com aqueles apresentados durante os governos imediatamente anterior e posterior, não há, de modo geral, diferenças significativas nos percentuais do Orçamento Estadual destinados à Secretaria de Educação e Cultura, sendo que, entre 1963 e 1966, inclusive, estes percentuais são superiores ao do governo de Leonel Brizola.

¹⁰⁷ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 137. p.02. Pronunciamento de Lauro Leitão (PSD): “Compareça o Sr. Leonel Brizola aos comícios cívicos e esclareça aos empregados do DAER, aos brigadianos e a inúmeros professores estaduais os motivos pelos quais não lhes paga os vencimentos, há já quatro ou cinco meses, quando possui dinheiro para obras adiáveis e suntuárias, como a reforma do Palácio Piratini, para despesas com repetidas viagens para fora do Estado, para a criação e subvenção de mais sete secretarias.” 42ª sessão, em 05/07/60. v. 155. pp. 68-69. Pronunciamento de Ary Delgado (PSD): “O magistério secundário, por exemplo, há mais de cinco meses quase que generalizadamente, não recebe os seus vencimentos. No interior do Estado [...] recebi comissões de professoras e professores do ensino secundário, reclamando o atraso de vencimentos, há mais de 5 meses. Por outro lado, chegou ao meu conhecimento que as domésticas dos grupos escolares, que percebem, no máximo, Cr\$ 2.500,00 mensais, também não recebem há meia dúzia de meses, praticamente.” 4ª sessão, em 26/04/62.

¹⁰⁸ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 156. p. 388-389. Pronunciamento de Getúlio Marcantônio (PL). Transcrição do memorial da Federação dos Professores Públicos enviado ao governador e publicado na imprensa em 21 de maio de 1962, intitulado PROFESSORES PEDEM REGULARIZAÇÃO DO PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS. No documento, assinado por Felipe Machado Carrion em nome da presidência da Federação, os professores solicitam a publicação de uma ordem de serviço que impeça os titulares das secretarias de governo de receberem seus vencimentos enquanto houvesse servidores com salários atrasados nas respectivas pastas. 21ª sessão, em 22/05/62.

¹⁰⁹ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Contadoria Geral do Estado. *Balancos Gerais do Estado*. Anos de 1959, 1960, 1961 e 1962.

¹¹⁰ CONTAS DO GOVERNO. *Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Estado. Balanço de 1961*. Carlos Eurico Gomes – Ministro relator. Oficinas Gráficas do Estado, 1962. p. 48-49. O ministro destaca que o governo cumpre com folga a exigência constitucional que determina o emprego de 20% da receita de impostos na área da Educação.

Durante a primeira gestão de Ildo Meneghetti, entre os anos de 1955 e 1958, os percentuais destinados à Secretaria foram, respectivamente, os seguintes: 15,39%; 14,96%; 20,19% e 19,41%. Com exceção do ano de 1956, a Educação também foi, durante a primeira gestão Meneghetti, a segunda em volume de recursos, perdendo, em valores destinados, apenas para a Secretaria da Fazenda. Já entre 1963 e 1966 os percentuais do Orçamento destinados à Secretaria são, respectivamente, de 23,53%; 29,02%; 27,35% e 26,70%. Também neste período, a pasta se mantém como a segunda maior em volume de valores recebidos, atrás ou dos Encargos Gerais do Estado (em 1963) ou da Secretaria da Fazenda nos anos seguintes. A partir dos dados, é possível afirmar, então, que o percentual de investimentos na Secretaria de Educação, que por sua vez gerenciava os recursos públicos para esta área, já alcançava a ordem de 20% do orçamento antes da gestão Brizola, quando se manteve, e foi, no segundo governo de Ildo Meneghetti e após a entrada do regime militar, aumentado.

2.2 – O II PLANO DE OBRAS

A seguir será tratado neste trabalho o II Plano de Obras. O Plano, que vigorou durante os quatro anos da gestão de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, é citado em vários dos trabalhos que abordam aspectos do governo em questão ou que analisam a trajetória do líder trabalhista, mas sem grandes especificações.¹¹¹ Na pesquisa realizada, não foi encontrado qualquer estudo no qual o projeto – apresentado como de investimentos em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado – fosse detalhado ou merecesse maiores considerações. Este foi um dos pontos que motivou a tentativa de realizar um estudo que pudesse trazer mais informações a seu respeito. Além disso, as referências ao Plano aparecem nos discursos dos parlamentares gaúchos no transcorrer de todo o período que é objeto deste trabalho. A insistência dos deputados em citá-lo e o montante de recursos nele empregado confirmam que foi considerado um programa importante da gestão trabalhista, assim como os demais pontos analisados neste

¹¹¹ Sobre este assunto ver: CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945 – 1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. MIRANDA, Samir Perrone de. *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso de governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. QUADROS, Claudemir de. op. cit.

trabalho. Mais do que isso, após a pesquisa realizada, é possível afirmar que sua instituição funcionou como um dos pontos de apoio do governo no que se refere à obtenção e destinação de recursos.

Por fim, sua análise também é importante para o que é proposto como idéia central deste trabalho no sentido de que, a exemplo do que acontece em relação aos indicadores de governo ou ao tema da reforma agrária, ao invés de um consenso entre os parlamentares sobre as ações do governo, há muitas discussões e questionamentos. Assim, enquanto que a instauração e andamento do Plano eram criticados pela oposição, mereciam destaque e elogios dos deputados governistas, que o consideravam uma inovação no sentido de permitir investimentos em áreas prioritárias. Ou seja, a criação do Plano e a destinação de recursos dentro dele foram fundamentais para o discurso trabalhista que ressaltava as ações tomadas para o desenvolvimento do Estado. A seguir serão confrontados esses discursos na tentativa de, mais uma vez, fornecer subsídios para estabelecer uma relação entre o que o governo afirmava fazer e as ações que colocava em prática.

Em novembro de 1958, já eleito governador do Estado do RS, mas ainda não de posse do mandato, Leonel Brizola, com maioria no Parlamento, conseguiu a aprovação na Assembléia Legislativa do II Plano de Obras. O projeto de Lei nº 319-58, transformado em Lei em 1º de dezembro daquele ano, incorporava o I Plano de Obras (posto em prática no governo de Ernesto Dornelles, quando Leonel Brizola era secretário estadual de Obras) e aprovava um programa de investimentos de 35 bilhões de cruzeiros para a execução, em quatro anos, a partir de 1959, do II Plano. Do total dos recursos, 75,62% seriam destinados às áreas de Educação e Cultura (10 bilhões de cruzeiros), Transporte e Armazenagem (8,5 bilhões de cruzeiros) e Energia e Comunicações (8 bilhões de cruzeiros). Um dos pontos mais polêmicos do Plano, quando de sua instituição, foi a criação da Taxa de Educação, que passou a incidir, à razão de 20%, sobre todos os impostos, e cuja arrecadação deveria ser aplicada integralmente em educação e cultura¹¹². A instituição da Taxa motivou inclusive uma tentativa de veto parcial ao projeto por parte do então

¹¹² ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXIII. p.662. Pronunciamento de João Caruso (PDT), sobre críticas à instituição da Taxa de Educação. “Se fôr exata [...] a assertiva do nobre Deputado Hippolyto Ribeiro, de que a Taxa de Educação importará num aumento de Cr\$ 0,66, com três intermediações, nós teremos que pagar em cada 10 cruzeiros 20 centavos de aumento. E até o pobre, até o mísero rio-grandense terá o maior prazer em pagar esses 20 centavos em cada 10 cruzeiros, porque ele sabe que essa contribuição representará um punhado de escolas a mais, um grupo de professoras ao seu serviço e para a igualdade de oportunidades, a igualdade que ele tanto almeja.” 160ª sessão extraordinária, em 28/11/58.

governador Ildo Meneghetti, que não obteve sucesso¹¹³, sendo o veto derrubado por 29 votos a 16 no Legislativo. A criação da Taxa foi também um dos pontos abordados no parecer contrário que a Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia emitiu a respeito do projeto do Plano, ainda em novembro daquele ano.¹¹⁴ O parecer, cujo relator era o deputado Hipólito Amaral Ribeiro, fazia uma relação entre a instituição da Taxa de Educação e a extinção ou diminuição da alíquota de outros impostos, também estipuladas no projeto do Plano, para demonstrar que a criação da primeira acabaria por resultar em um aumento da carga tributária não compensado pelas providências tomadas quanto aos outros tributos.

...a) o aumento bruto da tributação decorrente da instituição da Taxa de Educação, sobe a um bilhão quinhentos e oitenta e sete milhões, duzentos e setenta e três mil novecentos e quarenta e quatro cruzeiros (1.587.273.944,00) no próximo exercício financeiro; b) a redução de tributos, decorrentes da extinção do imposto de exportação e da rebaixa da alíquota do imposto de vendas e consignações, de 3,65% para 3,60%, atinge a Cr\$ 113.630.280,00; c) que cotejados estes dois valores se obtém a diferença de Cr\$ 1.473.643.664,00, que representa a majoração líquida de tributos.

O parecer fazia ainda uma segunda associação entre a redução da alíquota do imposto de vendas e consignações e a instituição da Taxa de Educação. Conforme o documento, sobre a alíquota do imposto que vigorava na época, de 3,65%, incidiam os adicionais de 10% e 20% referentes, respectivamente, à eletrificação e ao transporte, o que elevaria o percentual real para 4,74%. Com a Taxa de Educação, apesar de a alíquota do imposto sobre vendas e consignações cair para 3,60%, passava a embutir, além dos adicionais de 10% e 20% acima referidos outros 20% referentes à Taxa de Educação o que, na prática, elevaria a alíquota do tributo para 5,40%. “Devemos frisar que, se aprovado o projeto, a alíquota [...] se tornará das mais elevadas em nosso país, ficando, apenas, inferior às dos estados do Pará e do Amazonas.”

¹¹³ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXIII. p. 572-573. Meneghetti, no documento que enviou para apreciação da Assembléia Legislativa ainda em novembro de 1958, solicitava o veto aos artigos 3º (letra a, inciso IV), 12º e 13º. O inciso IV da letra a do artigo 3º permitia que o Poder Executivo mobilizasse para a execução do Plano recursos provenientes da Taxa de Educação. O artigo 12º criava a referida taxa: “É criada a partir de 1º de janeiro de 1959 e pelo prazo de 10 (dez) anos, a Taxa de Educação, que incidirá à razão de 20% (vinte por cento) sobre todos os impostos. E o 13º previa que o produto da Taxa fosse integralmente aplicado nos setores de Educação e Cultura. 159ª sessão, em 28/11/58.

¹¹⁴ GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Roteiro do Programa de Governo do Engenheiro Leonel Brizola*. Elaborado pelo Gabinete de Administração e Planejamento. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1962. p. 93-95.

Um ano mais tarde, as alíquotas sofreriam mudanças. A Lei 3.859, de 5 de dezembro de 1959, e que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1960, voltou a aumentar a alíquota do imposto sobre vendas e consignações, que passou dos 3,6% anteriores para 4%. Também criou a Taxa de Desenvolvimento Agrícola, que passou a incidir, a razão de 2%, sobre todos os impostos. E alterou os percentuais das taxas de Educação, que caiu de 20% para 16%, de Eletrificação e Comunicações (que passou de 10% para 15%) e de Transportes (que passou de 20% para 17%).¹¹⁵ De novo, as alterações foram duramente criticadas pelas bancadas de oposição ao governo na Assembléia, onde os debates a respeito do tema se estenderam durante os meses de outubro e novembro de forma quase que ininterrupta. Em relação às taxas, é possível dizer que o Executivo fez uma espécie de reordenamento, uma vez que, considerado o conjunto, os percentuais se equivalem. Mas houve um aumento concreto na alíquota do imposto sobre vendas e consignações e, tomando por base a fórmula utilizada no parecer que a Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa elaborou ainda quando da criação do II Plano de Obras, em 1958, houve, de novo, uma majoração de impostos. Isto porque, sobre o imposto sobre vendas e consignações de 4% passaram a incidir 16% da taxa de Educação, 17% da de Transportes, 15% da de Eletrificação e outros 2% da recém-criada Taxa de Desenvolvimento Agrícola o que elevava o percentual real para 6%, superior inclusive àquele de 5,40% tão criticado no Legislativo um ano antes.

Mas as taxas e a majoração tributária, que ainda voltarão a ser objeto de avaliação ao final deste capítulo, não eram os únicos pontos considerados polêmico do projeto. Isto porque ele também autorizava o Poder Executivo a emitir apólices da dívida pública com prazo de resgate entre um e 20 anos, a contrair empréstimos e a realizar operações de crédito para a sua execução. O Artigo 5º estabeleceu ainda que mediante autorização expressa do chefe do Executivo, determinados programas pudessem ter sua execução completamente descentralizada, inclusive com registro da despesa “a posteriori”.¹¹⁶ O artigo 6º, que permitia o registro das despesas “a posteriori”, conforme o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, feria o Código de Contabilidade da União.

¹¹⁵ GOVERNO DO ESTADO DO RS. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. *Finanças do Estado do RS*. v. 12 – 1961-1962. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1963. p. 479-480.

¹¹⁶ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXIII. p. 327-328. Votação do Projeto de Lei 319-58. 147ª sessão, em 15/11/58.

Além das críticas iniciais, no decorrer dos quatro anos de governo as polêmicas em relação à aplicação dos recursos destinados ao Plano e às suas formas de financiamento foram constantes no Parlamento. Conforme ficará especificado em tabela que segue, o II Plano de Obras recebeu recursos totais na ordem de Cr\$ 43.896.000.000,00 (quarenta e três bilhões de cruzeiros, em moeda da época). Para se ter um comparativo dos recursos, é possível dizer que eles equivaliam ao orçamento do Estado de um ano. Em 1962, por exemplo, o orçamento estadual totalizou Cr\$ 47.293.778.476,30 (quarenta e sete bilhões de cruzeiros, em moeda da época). Vale lembrar que, apesar disso, o governador Brizola permaneceu, durante os quatro anos de gestão, abordando o problema da crise financeira do Estado, conforme citado anteriormente neste trabalho.

Tabela 11
DESPESA REALIZADA COM O II PLANO DE OBRAS (em Cr\$)*

ANO	VALOR
1959	3.738.000.000,00
1960	7.357.000.000,00
1961	11.678.000.000,00
1962	17.278.000.000,00
Nos quatro anos	40.051.000.000,00

*FONTE: Balanço Geral do Estado de 1962. p. 53.

A dotação de recursos prevista para o II Plano de Obras foi tão significativa que chegou a receber avaliação específica no parecer do Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre as contas do governo relativas ao ano de 1959, primeiro ano de vigência do Plano. Na avaliação do ministro Eurico Trindade Neves, que assina o parecer:

O Plano está sendo executado através de um verdadeiro orçamento paralelo, o que se é por muitos autores criticado como uma infração aos princípios orçamentários clássicos, é também tido por outros como uma evolução do princípio da especialização, e considerado como a maneira eficaz de

realizar determinados programas de trabalho e de investimento sem os inconvenientes dos orçamentos anuais.¹¹⁷

O ministro ressaltava, em seguida, que o fato de o poder executor do Plano poder socorrer-se de operações de crédito deveria ser cuidadosamente estudado, de forma a que o Plano não se transformasse em fonte de inflação ou perturbação do equilíbrio econômico. Depois de citar outros planos semelhantes no âmbito federal ou de outros estados, o texto trazia uma ressalva:

Para o relator não existe diferença fundamental entre os dispositivos que regem o II Plano de Obras e aqueles que regularam os Planos federais citados, [...] a não ser pela falta de uma subdivisão dos objetivos gerais do Plano, que melhor esclarecesse o modo por que o mesmo deveria ser desdobrado e executado. [...] mas o que é certo é que o executivo ficou dispondo de ampla elasticidade de ação para executar e desdobrar o Plano.

A referência é importante pelo seguinte: ao contrário do I Plano de Obras, aprovado em 1953, quando Leonel Brizola era secretário de Obras do governo de Ernesto Dornelles, o II não fornecia especificações antecipadas a respeito de como, em que órgãos da administração direta ou autarquias ou em quais obras os recursos seriam empregados.

Assim, por exemplo, o I Plano de Obras trazia detalhadamente não apenas o volume de recursos a ser empregado em cada uma das áreas de governo. Dentro de cada item, especificava o que seria destinado a cada órgão integrante da área em questão e, nele, o montante a ser direcionado para cada projeto, com separação entre o que seria destinado para equipamentos, obras, estudos, aquisições ou serviços. No item Transportes, por exemplo, havia previsão do que iria para o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), para o Departamento Aeroviário, para o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais ou para a Viação Férrea do RS. E, dentro do Daer, quais os projetos e setores receberiam os investimentos e seus totais.¹¹⁸ O projeto do II Plano de Obras não trazia nada disso, limitando-se a listar 10 áreas prioritárias e os

¹¹⁷ CONTAS DO GOVERNO. *Parecer do Sr. Ministro Eurico Trindade Neves sobre as Contas relativas ao Exercício Financeiro de 1959*. Aprovado em sessão de 28 de junho de 1960. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1960. p. 47-49.

¹¹⁸ O I Plano de Obras foi instituído pela Lei nº 2.136, de 26/10/53. As especificações a respeito de como os investimentos nele previstos foram aplicados podem ser conferidas em GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Roteiro do Programa de Governo do Engenheiro Leonel Brizola*. Elaborado pelo Gabinete de Administração e Planejamento. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1962. p. 19-33.

respectivos investimentos totais em cada uma delas. Era a genérica destinação dos recursos um dos pontos mais criticados pela oposição.

As diferenças não escaparam do relatório da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa, no qual o projeto foi considerado como um esquema global de aplicações e não como um plano de obras, uma vez que não trazia a minuciosa relação das obras a serem realizadas por cada um dos departamentos do governo, seus custos aproximados e a repercussão do investimento sob a economia do Estado. Em pronunciamento realizado no Parlamento no final de 1961, quando o governo do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa projeto de suplementação de recursos para o Plano, o deputado Lauro Leitão (PSD), destacou que a destinação dos recursos era desconhecida, assim como os critérios de prioridades, e disse que o Tribunal de Contas não tinha condições de fiscalizar se as obras eram pagas de acordo com os preços vigentes, uma vez que o Executivo podia realizar despesas sem o registro prévio dos empenhos no Tribunal. “Até hoje, [...] esta Casa e o Rio Grande inteiro não conhecem o tão alardeado Plano de Obras. Não se conhece um plano com estimativa, com o custo de cada obra, não se estabeleceu, até hoje, um critério de prioridade para execução de certas obras...”¹¹⁹

Quanto à fiscalização do Tribunal de Contas e sua relação com o detalhamento das obras, cabe uma observação. O parecer do Tribunal relativo ao ano de 1959 traz, entre as páginas 52 e 53, um demonstrativo dos créditos abertos e a que tipo de serviços se destinaram nas secretarias de governo. Nos anos seguintes, contudo, o detalhamento não consta nos pareceres. Apesar disso, o II Plano de Obras mereceu diversas citações nos pareceres do Tribunal de Contas relativos aos exercícios financeiros de 1960 e 1961. Na análise das contas de 1960, o ministro relator Moysés Vellinho voltava a destacar a existência de “pronunciado paralelismo” entre os chamados créditos ordinários e os créditos especiais que referiam-se ao Plano.¹²⁰ Já no parecer do Tribunal sobre as

¹¹⁹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. v. 153. p.179. Pronunciamento de Lauro Leitão (PSD): “O fato mais grave dessa autorização [...] consiste em que a Assembléia Legislativa [...] abriu mão, ilegalmente de suas prerrogativas, inclusive a de fiscalizar o emprego dos dinheiros públicos, pois, em razão dessa autorização que lhe foi concedida, o Poder Executivo ficou com a faculdade de realizar despesas públicas sem o prévio registro dos respectivos empenhos no egrégio Tribunal de Contas, com o que foi contrariado o Código de Contabilidade Pública da União. [...] Alguém poderá objetar, dizendo que o Tribunal de Contas tem a missão de fiscalizar o emprego dessas somas fabulosas, mas eu lembraria que o Tribunal de Contas apenas examina o aspecto legal da aplicação, em virtude das amplas autorizações que a Assembléia concedeu ao Governador do Estado.”. 161ª sessão, em 13/12/61.

¹²⁰ CONTAS DO GOVERNO. *Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Estado. Balanço de 1960*. Moysés Vellinho – Ministro Relator. Aprovado em sessão de 27/06/61. Oficinas Gráficas do Estado, 1962. p. 11-12. “...a dotação incluída para recurso dos créditos que fossem abertos pelo II Plano de Obras, no montante de Cr\$ 6.314.500.000,00, era superior ao “déficit” orçamentado. A inclusão dessa dotação no corpo orçamentário caracteriza certa vinculação do plano de realizações com a Lei de Meios, visto que os créditos especiais destinados aos

contas de 1961, o ministro Eurico Trindade Neves assinalava o fato de que as operações do Plano tinham influência sobre o processo orçamentário na medida em que a diferença entre os ingressos de recursos provenientes de taxas, fundos e empréstimos carreados para o Plano e as despesas efetuadas à conta das autorizações do mesmo, que teve saldo em 1961, permitiu que o déficit da execução orçamentária caísse de Cr\$ 4.351.171.239,20 para Cr\$ 1.460.972.891,40.¹²¹

O relatório da Contadoria Geral do Estado expresso no Balanço Geral que analisava o ano de 1962 indicou ainda que o aumento da dívida fundada interna do RS, que em 1962 teve um acréscimo de Cr\$ 3.481.237.566,20, equivalente a 31,84% do saldo existente em 31 de dezembro de 1961, decorreu basicamente das operações de crédito autorizadas na lei que aprovou o II Plano de Obras. O mesmo relatório lembrava que a dívida fundada interna havia apresentado substanciais aumentos a partir de 1960, após ter ficado praticamente estabilizada “nos dois primeiros anos do último quinquênio”, e destacava a pontualidade observada no resgate dos títulos da dívida pública e no pagamento dos respectivos juros, o que fazia com que a cotação dos mesmos se mantivesse em níveis satisfatórios.¹²² Antes disso, no Relatório referente ao ano de 1961, as operações financeiras realizadas em decorrência da execução do Plano já mereciam atenção.¹²³ Além de vincular o aumento da dívida pública à execução do Plano, o relatório indicava o aumento dos gastos vinculados aos chamados créditos especiais e extraordinários, já a partir de 1959. “Este aumento é revelado pelos números índices que de 100 em 1957, ano base,

empreendimentos sob a chancela daquele programa especial se concretizam mediante reduções da dotação global referida, que são operações efetivadas mediante decretos do Executivo por força de delegação concedida pelo Poder Legislativo. De resto, esta ampla autonomia para a realização da despesa pública configura a maior vantagem oferecida pela nova técnica implantada na política orçamentária, pois vultosa parcela das despesas do II Plano de Obras foram supridas pela utilização de recursos provenientes do orçamento destinado aos serviços de custeio...”

¹²¹ CONTAS DO GOVERNO. *Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Estado. Balanço de 1961*. Carlos Eurico Gomes – Ministro Relator. Aprovado em sessão plenária de 27/06/62. Oficinas Gráficas do Estado, 1962. p. 13-15. Em relação ao exercício de 1961, o relatório também chama a atenção para o empréstimo de Cr\$ 4,5 bilhões tomado pelo governo do Estado junto ao Governo Federal, contabilizado como “operações de crédito” da receita extraordinária. “Honestamente, o que o Tribunal de Contas pode informar é que veio conhecer a existência dessa operação pelo próprio balanço geral do Estado, subseqüentemente, por tanto, ao encerramento do exercício ora sob exame. É realmente, um tópico que esta Corte não pode, de forma alguma, silenciar, pois o parecer que deve emitir [...] consiste, ESPECIALMENTE em assinalar, quanto à receita, as omissões relativas às operações de crédito [...] é indiscutível que não deveria ter ficado (a entrada de ingressos) à margem do controle do Tribunal de Contas, exercitado por delegação parlamentar.” p. 49-50.

¹²² GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Contadoria Geral do Estado. *Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 1962*. p. 71-77.

¹²³ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Contadoria Geral do Estado. *Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 1961*. p. 49. “O serviço que segue é o da ‘dívida pública’. As despesas efetuadas sob esta classificação cresceram apreciavelmente em 1958, caindo nos exercícios de 1959 e 1960. No ano de 1961, porém, experimentaram vertiginosa ascensão, [...] a qual se deve aos encargos decorrentes das operações de crédito relacionadas com a execução do II Plano de Obras do Estado.”

passaram a 3.470 em 1961. O expressivo aumento experimentado por estas despesas deve-se, em sua quase totalidade, ao elevado volume de créditos especiais destinados à execução do II Plano de Obras do Estado.”¹²⁴

2.2.1 APOIO NO PARLAMENTO, RECURSOS E IMPOSTOS ABUNDANTES

O que é possível inferir a partir da documentação do Tribunal de Contas, da Contadoria Geral do Estado e dos Anais do Legislativo é que, apesar de insistir durante os quatro anos de mandato no fato de que as contas estaduais passavam por momentos delicados, o Executivo emitiu séries de apólices da dívida pública com o objetivo de custear parte do II Plano de Obras e tomou empréstimos vultosos junto à União ou às instituições financeiras federais. A tomada de empréstimos, é redundante dizer, aumentava a dívida do Estado. O relatório da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia, no parecer contrário que havia emitido a respeito do projeto do II Plano de Obras, destacava que inclusive o teto de 30% para o serviço de juros e amortizações de todos os empréstimos referentes ao custeio do Plano, previsto no artigo 7º da Lei, era muito alto. “...o limite de 30% é por demais elevado. Geralmente, essa percentagem não tem excedido 10%, embora a maioria dos estudiosos da matéria financeira admita até o limite de 20%.”

Conforme o relatório da Contadoria Geral do Estado referente ao ano de 1962, o ritmo de crescimento da dívida pública era bem mais acentuado que o de incremento de impostos. Enquanto em 1958 a arrecadação com impostos havia totalizado Cr\$ 6.359.321.289,30 e a dívida pública era de Cr\$ 9.193.804.815,00, em 1962 estes números haviam passado para Cr\$ 24.282.185.439,00 e Cr\$ 28.027.190.684,90, respectivamente. Os encargos anuais da dívida pública, excluídos os pagamentos de despesas de exercícios anteriores, haviam passado de Cr\$ 423.254.523,80 em 1958 para Cr\$ 1.731.415.109,30. Como a inflação nos anos em questão era muito alta, são transcritas a seguir tabelas que estabelecem relações proporcionais entre o total da

¹²⁴ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Contadoria Geral do Estado. *Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 1961*.

dívida e a receita de impostos e também a comparação entre impostos arrecadados e empréstimos realizados levando-se em conta o total da receita obtida com a soma de ambos.

Tabela 12
RELAÇÃO ENTRE DÍVIDA E IMPOSTOS

ANO	DÍVIDA TOTAL Cr\$	RECEITA DE IMPOSTOS Cr\$	% DA DÍVIDA SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS
1955	3.020.357.011,50	3.263.655.434,20	92,54
1956	3.383.093.771,80	4.027.889.592,50	83,99
1957	4.588.122.052,50	5.351.485.234,30	85,73
1958	6.193.804.815,00	6.359.321.289,30	97,39
1959	7.329.600.711,90	7.628.541.565,40	96,08
1960	11.465.243.619,00	11.516.816.544,50	99,55
1961	20.624.193.618,20	15.647.691.465,60	131,80
1962	28.027.190.684,90	24.282.185.439,00	115,42

Tabela 13
PESO DE IMPOSTOS E EMPRÉSTIMOS NO TOTAL ARRECADADO COM AMBOS

ANO	IMPOSTOS ARRECADADOS Cr\$	%	EMPRÉSTIMOS REALIZADOS Cr\$	%
1955	3.263.655.434,10	96,84	106.288.200,00	3,16
1956	4.027.889.592,50	99,09	36.745.000,00	0,91
1957	5.351.485.234,30	98,02	108.044.730,00	1,98
1958	6.359.321.289,30	93,11	470.845.000,00	6,89
1959	7.628.541.565,40	96,11	308.597.250,00	3,89
1960	11.516.816.544,50	81,62	2.593.078.000,00	18,38
1961	15.647.691.465,60	72,31	5.993.353.935,60	27,69
1962	24.282.185.439,00	86,26	3.869.313.230,30	13,74

FONTE DAS TABELAS: GOVERNO DO ESTADO DO RS. SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA – GABINETE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS. *Finanças do Estado do RS, Volume XIII. (1962-63)*. Porto Alegre: Gráfica Polaco, 1963. pp. 637 e 641.

Quanto à emissão de apólices da dívida pública, para que os papéis sejam atraentes para o tomador é necessário que sejam competitivos, com uma cotação que se mantenha em níveis satisfatórios no mercado, ou seja, que o tomador tenha algum lucro. E para manter estes preços atraentes, é necessário o pagamento, quando do resgate, de valores sobre os quais incidam juros compensatórios o que, em última análise, em geral onera o Estado. Por conseqüência, se o Estado tem um custo maior com pagamento de juros e serviços da dívida, vai alocar menos recursos em outras pontas, como a de investimentos. Além disso, no caso em questão, como parte dos prazos de resgate vencia após 1962, o pagamento da ‘dívida’ era transferido para o governo posterior. Para se ter uma idéia do que isto significa e do peso que pode gerar sobre as contas do Estado, a prática da emissão de apólices da dívida pública foi vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.¹²⁵ Cabe lembrar, no caso relativo ao governo de Leonel Brizola, que das oito séries lançadas, quatro foram no último ano de governo e, a oitava, a apenas 15 dias do fim da gestão.

O parecer da Comissão de Finanças e Orçamento lembrava que o limite da emissão de apólices da dívida previsto no Plano era vago e considerava que a autorização poderia ter “altamente ruínosa” para o erário público, além de apontar dúvidas quanto a sua constitucionalidade. A letra b do inciso VIII do artigo 3º do projeto, que tratava do tema, realmente não estabelecia um limite para a emissão de apólices, apesar de fixar juros máximos de 10% (ao ano)¹²⁶ e prazo de resgate entre um e 20 anos. Ela também permitia ao tomador, no caso de falta de resgate na época devida, lançá-las à venda ou utilizá-las no pagamento de impostos e tributos, pelo valor nominal. Quanto à taxa de juros, prevista no item H do Plano, o parecer da Comissão apontava que, devido ao tipo de recebimento especificado, os juros reais poderiam chegar a 30% ou mais. A medida também foi questionada no Parlamento nos anos seguintes

¹²⁵ A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e publicada no Diário Oficial da União em 5 de maio de 2000, também conhecida como Lei de responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Em seu artigo 34 fica estabelecido que o Banco Central do Brasil deixará de emitir títulos da dívida pública a partir de dois anos após a sua publicação.

¹²⁶ Na lei de criação do Plano não há esta especificação a respeito da taxa. Nela apenas consta que os títulos seriam grupados em séries e venceriam juros máximos de 10%. Mas nos oito decretos que o governador publicou entre 1959-1962 para o lançamento das oito séries de apólices fica especificado que todas elas rendem juros de 10% ao ano. Os decretos são os de números 10.716, de 27/08/59 (1ª série), 11.505, de 10/08/60 (2ª série), 11.941, de 26/12/60 (3ª série), 12.465, de 30/06/61 (4ª série), 13.204, de 21/02/62 (5ª série), 13.368 de 06/04/62 (6ª série), (7ª série) e 14.468, de 16/12/62 (8ª série).

porque, segundo os deputados opositoristas, as apólices estavam sendo fruto de negociações que favoreceriam a agiotagem.¹²⁷

A emissão de apólices da dívida pública não foi a principal fonte geradora de recursos do Plano e, na comparação com os valores de empréstimos ou do montante arrecadado com as taxas vinculadas ao projeto, seus valores são modestos. De acordo com os relatórios da Contadoria Geral do Estado, entre a arrecadação com as taxas e as quotas do Estado no Fundo Rodoviário Nacional e no Fundo Nacional de Pavimentação, o Executivo arrecadou o equivalente a Cr\$ 31.463.000.000,00 (31,4 bilhões de cruzeiros, em moeda da época). Os empréstimos realizados junto ao Banco do Brasil, Governo Federal, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Caixa Econômica Federal do RS totalizaram mais Cr\$ 10.589.000.000,00. E aqueles provenientes do lançamento de apólices apenas Cr\$ 3.844.000.000,00. Mesmo assim, conforme o que consta no Balanço Geral do Estado referente ao ano de 1962, em 31 de dezembro daquele ano ainda se encontravam em circulação apólices que totalizavam Cr\$ 2.240.808.000,00, e cujos resgates se dariam a partir do início do governo de Ildo Meneghetti, em 1963. Ainda conforme o Balanço, o montante de recursos disponibilizados ao Plano nos quatro anos, de Cr\$ 43.896.000.000,00, não chegou a ser integralmente utilizado, uma vez que a despesa total efetiva foi de cerca de Cr\$ 40 bilhões. Os totais eram, ambos, inferiores ao que o Executivo estava autorizado a gastar: aproximadamente Cr\$ 47 bilhões.

Em relação aos valores destinados ao Plano é importante abordar a importância da vinculação das taxas para sua execução. Pela lei de 1958, não apenas a Taxa de Educação foi criada para ajudar a financiá-lo, mas o Executivo estava autorizado ainda a mobilizar para o programa os recursos provenientes das taxas de Transportes (a cota que lhe era cabida), do Corpo de Bombeiros, de Classificação e Fiscalização de Produtos de Exportação, de Eletrificação, de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns, de Cooperação e Defesa da Orizicultura,

¹²⁷ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 159. p. 51. Pronunciamento de Porcínio Pinto (PSD). “Lendo atentamente o ‘Diário Oficial’, [...] deparou-se-me uma infinidade de decretos concedendo auxílios e subvenções [...] a inúmeras entidades assistenciais e educacionais, disseminadas pelo interior do Rio Grande do Sul. [...] constatei que os auxílios concedidos serão pagos – na sua maior parte, o próprio decreto o diz – em apólices a serem emitidas de acordo com a Lei do Plano de Obras, e cujo resgate está marcado para 1963, 1964 e até 1965.[...] muitas entidades que recebem essa apólice, umas premidas pelas circunstâncias, e outras, porque delas se querem ver livres, vendem-nas por preços irrisórios, até por Cr\$ 400,00 uma apólice de Cr\$ 1.000,00. Então, nesse caso, o que ocorre, Sr. Presidente? Entram no negócio os agiotas, que poderão adquirir milhões ou bilhões de cruzeiros em apólices, que serão pagas pelo estado, num tempo razoável de 2 ou 3 anos. E poderão adquiri-las por preço vil, por menos de 40% do seu valor para, no vencimento, o Estado resgata-las por preço ao par, ainda acrescido dos juros de 10%.” 73ª sessão, em 06/08/62.

Rodoviária, da quota do Fundo Rodoviário Nacional e do Fundo Federal de Pavimentação, e da quota do Fundo Federal de Eletrificação. O arrecadado com a Taxa de Educação, por exemplo, dá uma idéia da dimensão da arrecadação dos recursos vinculados ao Plano:

Tabela 14
ARRECAÇÃO COM A TAXA DE EDUCAÇÃO (Cr\$)*

ANO	VALOR
1959	1.429.391.691,90
1960	1.838.206.779,90
1961	2.496.688.156,50
1962	3.881.997.600,40
Nos quatro anos	9.646.284.228,70

*Fonte: Balanço Geral do Estado – 1962. p. 27.

No total, nos quatro anos, foi arrecadado com as taxas e fundos o equivalente a Cr\$ 31,4 bilhões. O valor corresponde a 78,5% do montante da despesa com o Plano. Somente no ano de 1962, as 14 taxas então vigentes responderam por 34,72% da receita tributária e por 18,73% da receita geral do Estado enquanto que os impostos, no mesmo ano, contribuíram com 65,28% da receita tributária e 54,03% da receita geral. Conforme mencionado anteriormente, a contribuição percentual da receita proveniente de impostos para a receita geral teve sucessivas quedas na comparação ano a ano a partir de 1958. Entre 1959 e 1961 este declínio é constante, mesmo que, em valores, a arrecadação aumente, e, em 1962, há uma recuperação, mas que não chega a retomar os percentuais anteriores ao do início do governo.¹²⁸ Em percentuais, a receita de impostos representou 73% da receita geral em 1958, 57% em 1959, 51% em 1960, 48% em 1961 e 54% em 1962, conforme dados do Balanço Geral de 1962.

Quanto aos percentuais previstos em lei para serem aplicados nas três áreas prioritárias (Educação e Cultura, Transportes e Armazenagem e Energia e Comunicações), vale apenas uma última observação. Enquanto que Educação e Cultura e Energia e Comunicações apresentaram

¹²⁸ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Contadoria Geral do Estado. *Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 1962*. p. 21. “Na relação entre os impostos e a receita geral, observa-se, até 1961, um constante declínio que os primeiros, destinados aos serviços gerais do Estado, vêm sofrendo, em favor do aumento das taxas, dos fundos e empréstimos vinculados ao atendimento de atividades e programas específicos. Apenas no ano de 1962, verifica-se um aumento na referida relação.”

praticamente os percentuais previstos. Na primeira foram aplicados 29,86% dos recursos totais do Plano, enquanto que a lei de 1958 previa a aplicação de 28,57% e, na segunda, 23,39%, contra 22,86% da lei, o item Transportes e Armazenagem excedeu o percentual previsto em 6%, passando de 24,29% para 30,39%. Já a área de Saúde, Assistência Social e Habitação, para a qual deveriam ser destinados 8,57% dos recursos do Plano, acabou tendo o orçamento encolhido para 5,90%.

Após esta exaustiva exposição de percentuais e valores do Plano, cabe, antes de tratar dos recursos e ações desenvolvidos especificamente em relação as obras rodoviárias custeadas com os recursos do programa, voltar a polêmica gerada no Legislativo em torno da aplicação e fiscalização dos recursos. Polêmica esta que, no início, de 1960, fez com que os deputados cogitassem a possibilidade de revogar a lei do Plano ou então de alterá-la, para que o Parlamento participasse na especificação dos trabalhos, o que não chegou a se concretizar. A polêmica só aumentou ao final de 1961, quando o Executivo enviou para a Assembléia o projeto de Lei 304/61, que previa a autorização para uma despesa de mais Cr\$ 12.800.000.000,00 (doze bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros, em moeda da época), acrescidos aos 35 bilhões inicialmente previstos na lei de 1958, para a execução, no último ano de governo, do II Plano de Obras.

Já com a aliança com o PRP desfeita, o Executivo conseguiu fazer passar a suplementação em uma votação apertada, com 27 votos a favor e 26 contra, em dezembro de 1961, e após muitos debates no Legislativo. Enquanto os deputados que apoiavam o governo defendiam a necessidade da suplementação como decorrência dos altos índices de inflação registrados desde o início do governo, os parlamentares de oposição enfatizavam a falta de fiscalização sobre a aplicação dos recursos e o não detalhamento sobre os projetos nos quais eram empregados. Com a solicitação de suplementação foram aprovadas duas emendas. A primeira, proposta pela Comissão de Finanças e Orçamento, do Legislativo, reduziu de Cr\$ 80.000.000,00 para Cr\$ 50.000.000,00 milhões os recursos que dentro do montante de Cr\$ 12.800.000.000,00 seriam destinados para a administração do Plano no último ano de governo. A segunda, de autoria do deputado Pedro Affonso Anschau (PRP), com parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamento, estabeleceu que o Executivo deveria remeter à Assembléia, a cada dois meses, exposição detalhada dos créditos abertos, destinação, aplicação e saldos referentes ao Plano. Os deputados opositoristas, porém, continuaram a considerar o Plano como um “cheque em branco” concedido ao Executivo, lembrando que, apesar das emendas, o governador continuaria sem

informar previamente a destinação dos recursos.¹²⁹ O pronunciamento do governista Adalmino Moura (PTB) quando da votação do pedido de suplementação, em dezembro de 1961, é ilustrativo a respeito da execução do Plano e de como o Executivo considerava sua aprovação em 1958. “Se aprovou um programa de investimentos, não se abriu créditos, não se fixou, necessariamente, rol de obras, programas objetivos de Governo. Ofereceu-se ao Governo uma autorização para um programa de investimentos”.¹³⁰

Vale ainda a ressalva de que o II Plano de Obras mereceria uma avaliação bem mais detalhada. Ela aqui não acontece porque, primeiro, não é o objetivo deste estudo e, segundo, porque seria necessária uma dedicação muito maior. A documentação pesquisada a respeito do Plano deixa clara a existência de uma série de lacunas, várias ainda em aberto. A pesquisa não permitiu, por exemplo, a comprovação incontestada a respeito da aplicação dos recursos. A divisão da destinação dos recursos por grandes áreas em praticamente todos os documentos dificulta a especificação a respeito de que obras e serviços foram custeados, e em que medida, com os recursos do Plano. Os decretos que autorizam a destinação dos recursos estão espalhados por diferentes documentos, com referências muitas vezes genéricas e a localização de todos é um trabalho ainda a ser realizado.

A própria existência do Plano, como anteriormente mencionado, contribuiu para que, entre os pesquisadores, a gestão de Leonel Brizola fosse considerada como um governo que priorizou os investimentos em infra-estrutura e em áreas que proporcionassem maior desenvolvimento social, como a educação. Por isso ele mereceu neste trabalho um capítulo específico. Mas, conforme ficou claro no capítulo anterior, os resultados na área da Educação ficaram muito aquém daqueles divulgados pela propaganda de governo e, conforme será explicitado a seguir, os recursos do Plano para outra área prioritária, a de Transportes, chegaram a ser objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Legislativo. Quanto aos investimentos em outras áreas importantes quando considerados os aspectos sociais, como a

¹²⁹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 153. p. 17. Pronunciamento de Ariosto Jaeger (PSD). “Cr\$ 35.000.000,00 foram empregados e nada existe no Rio Grande do Sul que possa pelo menos dar ao povo a sensação de que foram bem empregados. Não temos estradas. Temos uma ‘aparência’ de escolarização. Não temos nenhuma obra de vulto. Não temos assistência à agricultura.” 153ª sessão, em 05/12/61.

ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 153. p. 176-198. 161ª sessão, em 13/12/61. Nesta sessão, quando votaram tanto a suplementação para o Plano como as emendas propostas ao projeto, os deputados expõem suas posições. Ao fazê-lo, fornecem dados a respeito do projeto e de sua aplicação no decorrer do governo.

¹³⁰ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 153. p.182.

saúde e o saneamento, conforme demonstrado, não constituíram prioridade nos investimentos feitos pelo governo, seja por meio do Plano ou não.

O principal questionamento a ser feito a respeito do Plano é por que o governo o instituiu. Qual a necessidade de arrecadar recursos para realizar investimentos se estes já devem ser previstos no orçamento do Estado. Por que instaurar uma espécie de orçamento paralelo dentro da própria execução orçamentária que implicou no aumento de impostos, na tomada de empréstimos e no lançamento de apólices da dívida pública, medidas que oneravam mais o contribuinte ou as próprias contas públicas, mas que não apontavam para a justiça social priorizada no discurso trabalhista. A necessidade de ter maior liberdade para o estabelecimento das dotações, justificada como forma de contornar os entraves burocráticos aos quais ficariam sujeitos os grandes empreendimentos, o que prejudicaria sua continuidade, foi um dos argumentos utilizados na defesa da instituição do Plano. Mas não é possível assegurar que este resultado tenha sido obtido, pela série de exemplos acima mencionados. A solicitação de uma polpuda suplementação no último ano de governo, época em que os governantes estão em campanha política para a próxima eleição, pode até tomar por base, como destacaram os deputados governistas, as altas taxas de inflação, mas deixa margem a amplos questionamentos sobre as reais intenções do Executivo. Por fim, a constante recusa em prestar contas antecipadamente a respeito das obras e serviços custeados pelo Plano e as informações ambíguas e até mesmo contraditórias a respeito das realizações do governo que constam nas mensagens do governador a Assembléia permitem ainda o questionamento a respeito dos dados apresentados. Sendo assim, o II Plano de Obras não pode ser apresentado como uma espécie de prova do empenho do governo em promover a justiça social destacada pelos trabalhistas e investir pesado em infra-estrutura.

2.2.2 AS ESTRADAS DA PRODUÇÃO

No final de agosto de 1959, passados poucos meses do início de sua gestão, o governador Leonel Brizola aprovou o Plano de Pavimentação e Construção de Estradas do II Plano de

Obras.¹³¹ O Plano, a ser executado no decorrer do governo, era ambicioso. Previa o asfaltamento de 2,5 mil quilômetros de estradas e a construção de mais mil quilômetros de novas rodovias dentro do Estado, priorizando as áreas produtivas do RS. Seu custo estimado total inicial (sem contar juros e amortizações) foi de Cr\$ 8 bilhões (oito bilhões de cruzeiros, em moeda da época), obtidos mediante financiamentos e recursos decorrentes da Taxa de Transportes, do Fundo Rodoviário Nacional, do Fundo Nacional de Pavimentação, e incluídos nas destinações do II Plano de Obras. O destaque do Plano era a chamada Estrada da Produção, depois conhecida como Estrada da Produção Norte, cujo traçado incluía a ligação entre a zona produtiva do Norte do Estado (a partir do Vale do rio Uruguai) e a Capital, Porto Alegre. A outra frente a ser atacada era a Estrada da Produção Sul, no trecho entre as cidades de Pelotas e Santa Maria. No Plano constavam ainda outros 14 trechos de rodovias, que passavam por cidades notadamente importantes, como Passo Fundo, Erechim, Farroupilha, Osório, Torres, Vacaria, Lagoa Vermelha, São Borja e outras.

Dentro do Plano de Pavimentação, as chamadas Estradas da Produção, devido a sua importância para o desenvolvimento de determinadas regiões e o escoamento da produção, foram consideradas e anunciadas durante e após o governo de Leonel Brizola como mais uma das marcas de sua gestão, no sentido de promover o desenvolvimento econômico do Estado por meio de investimentos pesados em infra-estrutura. Como se sabe, a construção de sistemas de transporte, sejam eles rodovias, ferrovias ou hidrovias, é apontada inclusive nos dias atuais como fundamental na promoção do desenvolvimento econômico e social, porque por meio de uma rede de transportes eficiente é possível, por exemplo, garantir o abastecimento de gêneros primários ou produtos industriais, fomentar intercâmbio de populações, culturas e informações. Da mesma forma, rodovias em boas condições de uso são apontadas como um dos fatores que influenciam a economia uma vez que a rapidez do transporte e a minimização de perdas contribuem para a conquista de mercados e pesam sobre a composição dos preços dos produtos.

Neste item, portanto, será exposto o Plano de Pavimentação, com destaque para as Estradas da Produção. O objetivo, como vem sendo apontado ao longo de todo este trabalho, é, mais uma vez, mostrar que também em relação a esse projeto, que trata sobre desenvolvimento econômico, matriz produtiva, infra-estrutura e prioridades do governo, a gestão de Leonel Brizola

¹³¹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 131. p. 481-483. Pronunciamento de Justino Quintana (PTB). O deputado apresenta na Assembléia o Plano aprovado pelo governador. 137ª sessão, em 26/08/59.

não pode ser vista sob uma ótica simplista, que leva em conta apenas os projetos anunciados, sem realizar uma comparação com os dados mostrados pelos deputados de oposição ou aqueles constantes nas próprias prestações de contas apresentadas pelo Executivo estadual. Mais uma vez, a documentação pesquisada mostra a necessidade de estudos mais detalhados a respeito desse período da história e o quanto ainda se tem por estudar.

Desde já cabe uma ressalva no sentido de que os dados que seguem estão longe de esgotar o tema. Também não é o objetivo aqui desacreditar por completo os investimentos realizados em infra-estrutura, fazendo uma espécie de terra arrasada sobre as realizações do governo. Em relação a obras rodoviárias, como é possível constatar ao longo de diversos períodos históricos, inclusive o atual, é difícil precisar quando determinados projetos são concluídos porque, não raro, rodovias são inauguradas por trechos, recebem novos nomes, os trabalhos se arrastam por anos, a falta de recursos e outras questões, como as que envolvem a própria infra-estrutura, paralisam as obras. Assim, por exemplo, é possível constatar nas mensagens enviadas pelo Executivo à Assembléia Legislativa, que alguns trechos já estavam previstos como recebedores de melhoramentos ou pavimentação quando do I Plano de Obras, em 1953, voltando a aparecer no Plano anunciado em 1959. Por isso, não será exposto aqui um estudo minucioso a respeito de quando as obras começaram ou terminaram. O trabalho limita-se a mostrar, de forma sucinta, o que o governo concluiu do que prometeu, aliando a este ponto informações sobre os montantes empregados.

Conforme o estabelecido na Mensagem enviada pelo governador à Assembléia em 1960, a Estrada da Produção Norte (Porto Alegre – Vale do Rio Uruguai) possuía extensão total de 321,6 quilômetros e incluía nove subtrechos (RS-3/Estrela, Estrela/Forquetinha, Forquetinha/Barra do Fão, Barra do Fão/Soledade, Soledade/Carazinho, RS-13/Passo Fundo, Caí/Feliz, Acesso à Barragem do Fandango e Cruz Alta/Ijuí). A Mensagem informa ainda que, da extensão total, haviam sido concluídos até aquele momento apenas 15 quilômetros. Em relação à Estrada da Produção Sul o documento informa apenas que dos 48 quilômetros do subtrecho entre Pelotas e Canguçu (a rodovia toda se estendia de Pelotas a Santa Maria) estavam concluídos 9,4 quilômetros.¹³² Os dados constantes na Mensagem do governador à Assembléia em 1962 indicam a conclusão de 60,2 quilômetros de partes de quatro dos nove subtrechos previstos. Além disso,

¹³² GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961. p. 235-236.

conforme o documento, das 26 obras de arte integrantes do projeto (como pontes e bueiros) 24 seriam concluídas no decorrer de 1962. Quanto à Estrada da Produção Sul, dos 48 quilômetros previstos, 20 são apontados na Mensagem como concluídos.¹³³ Os dados existentes nas próprias mensagens indicam que o governo não concluiu as obras inicialmente previstas quando da implantação do Plano de Pavimentação, entre as quais as Estradas da Produção eram apontadas como as mais importantes, apesar de os recursos do II Plano de Obras destinados a área de Transportes serem bastante significativos. Conforme mencionado anteriormente, a lei de criação do Plano em 1958 previa que 24,29% dos seus recursos fossem aplicados em Transportes e Armazenagem e, ao final do governo, o item havia consumido 30,39% dos valores, percentual inclusive superior aquele aplicado na Educação, de 29,86%.

Mas, além das informações contidas nas mensagens, os pronunciamentos dos parlamentares no Legislativo, em especial do deputado Cândido Norberto, que solicitou a instauração de uma Comissão de Inquérito para averiguar as condições dos contratos e das obras, apontam para a existência de diversos problemas. O mais grave diria respeito ao superfaturamento das obras, aliado a não conclusão de uma série de trechos¹³⁴. Conforme informações levadas a plenário por Norberto no final de 1961 e início de 1962 enquanto o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (Dner) ao final de 1961 contratava obras por valores entre Cr\$ 63,00 e Cr\$ 69,00 o metro cúbico, as Estradas da Produção estariam sendo feitas por um custo entre Cr\$ 200,00 e Cr\$ 400,00 o metro cúbico.¹³⁵ As investigações da

¹³³ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1962. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1963.

¹³⁴ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 159. p. 52. Pronunciamento de Cândido Norberto (MTR). “Quando se fala em Estradas da Produção, tem-se a impressão de que são estradas pavimentadas, de alto gabarito, como diz o Sr. Governador, mas são estradas de terra batida e mal batida, precaríssimas estradas iniciadas e não concluídas, não ligando nada com nada.” 73ª sessão, em 06/08/62.

¹³⁵ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 153. p. 184. Pronunciamento de Cândido Norberto (MTR). “Aqui tenho, senhor Presidente, um comparativo de preços [...] calculado por engenheiros, por técnicos, com base em informações oficiais que estão aqui na Assembléia a espera que os mesmos cálculos sejam feitos por engenheiros solicitados pela Comissão ao DAER e ao DNER. 161ª sessão, em 13/12/61. v. 154. p. 19-20. Pronunciamento de Cândido Norberto. “ Dos três bilhões já comprometidos nas tais ‘estradas da produção’ sabidamente mais de um bilhão foi gasto desnecessariamente[...] e agora vem mais Cr\$ 650.000.000,00; e a esses Cr\$ 650.000.000,00 fatalmente serão somados mais 40%, que deverão ser financiados pelo tal Banco da lavoura de Minas Gerais, no negócio mais escandaloso já realizado entre um estabelecimento de crédito e o Estado. [...] O DNER vai pagar [...] porque recentemente realizou concorrência para obras no rio Grande do Sul, vai pagar por metro cúbico, Cr\$ 63,00 ou Cr\$ 69,00. [...] Contra esses preços [...] está-se aqui no Estado e pelo Estado – pagando preço mais alto – pagava-se Cr\$ 193,95! E contra Cr\$ 483,00 de material de terceira categoria, paga o Rio Grande do Sul Cr\$ 705,45. [...] Segundo me contou o nobre Deputado Hélio Carlomagno [...] o Sr. Governador do Estado teria lhe dito que ‘quando pensava nesta Estrada da Produção desanimava e perdia a vontade de trabalhar’. Até confesso que fiquei comovido quando pensei que o Governador não tem nada a ver com esse negócio. Mas continua vindo

Comissão, contudo, não chegaram a ser conclusivas e, em seguida, Meneghetti substituiu Brizola à frente do Executivo. As discussões a respeito do programa no Parlamento acabaram por se esvaziar.

Mesmo que o discurso da oposição em relação a estas obras deva ser relativizado, considerando-se, conforme já exposto, sua movimentação dentro do jogo político (que, por sua vez, inclui sempre os aspectos relacionais e a demarcação de posições a partir também de antagonismos); e mesmo que as obras realizadas na área de Transportes, e principalmente as relativas às Estradas da Produção ainda precisem ser melhor analisadas, também neste caso a idéia central deste trabalho pode ser aplicada. Os dados existentes nas Mensagens enviadas ao Parlamento indicam que as obras não foram concluídas, apesar dos montantes empregados. De acordo com os dados constantes nos Balanços Gerais do Estado, com a Taxa de Transportes, por exemplo, foram arrecadados, entre 1959 e 1962, Cr\$ 10.281.126.594,10. Mais uma vez, entre o que o governador anunciou como um excelente programa para sanar um problema estrutural significativo acabou por não ter os resultados previstos. E, mais uma vez, o valor dos recursos empregados foi alto, demonstrando que não foram as questões financeiras que impossibilitaram uma ação concreta.

dinheiro para fazer o mesmo negócio. E já não me preocupo, já não me emociono mais, me enojo. 1ª sessão da Reunião Extraordinária, em 05/01/62.

3 AS BANDEIRAS NACIONALISTAS

No capítulo que segue serão abordadas algumas das ações desenvolvidas durante a gestão de Leonel Brizola, consideradas como francamente nacionalistas e de enfrentamento aos interesses de elites regionais ou de empresas multinacionais. São elas as iniciativas tomadas em relação à alteração da estrutura fundiária do Estado e instalação de projetos de reforma agrária e a desapropriação de duas subsidiárias de empresas multinacionais norte-americanas, a Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (Ceerg), pertencente à Bond and Share, e a Companhia Telefônica Nacional (CTN), subsidiária da International Telegraph and Telephone (ITT). A análise dos processos pretende acrescentar elementos para a discussão dos mesmos e da forma como eles vêm sendo abordados, mostrando que há uma série de questões a serem consideradas. Assim, ficará evidenciado que a consideração das ações do governo nas duas áreas – anunciadas ou adotadas com maior intensidade na metade final do governo – apenas como a defesa de bandeiras nacionalistas não dá conta da complexidade dos processos e de suas implicações, sejam elas políticas, sociais ou econômicas.

3.1 REFORMA AGRÁRIA

Na primeira parte de seu governo, Brizola e também vários deputados petebistas, acenavam com um discurso que previa alterações significativas na estrutura fundiária “... a propriedade não pertence ao indivíduo, a propriedade é do Estado; o indivíduo apenas recebeu uma incumbência do Estado para exercer, através da propriedade, a sua ação social.”¹³⁶ Mas foi a

¹³⁶ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 135. p. 253-254. Pronunciamento de Justino Quintana (PTB) sobre as desapropriações por interesse social, com transcrição de declarações de Brizola em Brasília, onde o governador proclamou: “...reforma agrária já e já. [...] Desapropriação, por interesse social, com posse imediata e indenização a longo prazo, pelos municípios, Estados e União, de todos os loteamentos e áreas ao redor das cidades, necessárias à moradia de trabalhadores e faveladas.” Após a leitura das declarações do governador, o próprio deputado afirmou: “[...] a propriedade não pertence ao indivíduo, a propriedade é do estado; o indivíduo apenas

partir de 1961 que algumas propostas e ações de fato foram desencadeadas. Entre elas é possível citar a transformação das Associações de Agricultores Sem Terra como de utilidade pública; a criação, em 14 de novembro de 1961, do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), por meio do Decreto 12.812, a instituição, em 29 de janeiro de 1962, do Programa de Projetos Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-social (Prade), por meio do Decreto 13.068 e a inclusão, na Mensagem à Assembléia Legislativa daquele mesmo ano, do documento ‘Sugestão do Governo do Rio Grande do Sul Visando Encaminhar a Questão Agrária e o Problema das Populações Urbanas sem Casa Própria’, o chamado Programa A4.¹³⁷

Entre os deputados petebistas,¹³⁸ alguns afirmavam que a reforma sairia por meios pacíficos ou não, e mesmo nos casos em que as intenções eram diversas, acabaram por possibilitar a associação com a máxima comunista de ‘reformas na lei ou na marra’¹³⁹, da qual Brizola acabaria por se tornar um dos maiores defensores. O assunto reforma agrária era discutido à exaustão não apenas no Estado, mas em todo o país, e as reações à possibilidade de uma efetiva distribuição de terras podiam ser observadas principalmente entre produtores e em parte da igreja, ganhando eco entre os parlamentares, principalmente no decorrer dos anos de 1961 e 1962.¹⁴⁰

No início de outubro de 1961 a Comissão Central da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), após reunião no Rio de Janeiro, divulgou uma declaração onde constava um item dedicado a expansão comunista no meio rural. Os bispos qualificavam como grave a

recebeu uma incumbência do Estado para exercer, através da propriedade, a sua ação social.” 232ª sessão, em 15/12/59.

¹³⁷ Entre vários outros pontos, o projeto sugeria a criação de um empréstimo compulsório sobre proprietários rurais e de áreas ou loteamentos urbanos acima de um mínimo estabelecido, por um prazo de 15 anos, e correspondente a 10% do valor real da propriedade e previa o início de uma reforma urbana.

¹³⁸ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 154. p. 80. Pronunciamento de Paulo Couto (PTB) “Se não estimularmos o Governo a que tome medidas para resolver o problema, dentro de poucos anos não teremos uma reforma agrária pacífica como a que está sendo realizada, mas sim uma reforma de base revolucionária, que pode trazer grandes perigos à comunidade e pôr em perigo as instituições.” 10ª sessão, em 07/02/62.

¹³⁹ Sobre este assunto ver: PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 190.

¹⁴⁰ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 166. p.159. Pronunciamento de Mário Mondino (PDC), sobre Brizola. “S. Exa. está criando resistências novas à reforma agrária; S. Exa. está quase apavorando os grandes setores da opinião pública e que não são os latifundiários. S. Exa. está criando um temor generalizado de que a reforma agrária não será um instrumento de redenção do nosso povo e da implantação da justiça social, e sim de que a reforma agrária seja instrumento de coação política.” 37ª sessão, em 09/05/63. v. 151. p. 350. Pronunciamento de Porcínio Pinto (PSD). “Sempre fui favorável a uma reforma agrária prudente, metódica, exequível e não a uma reforma violenta, não a uma reforma que venha, por assim dizer, dismantelar o que já existe.” 119ª sessão, em 19/10/61.

situação no campo e propunham uma série de medidas para serem aplicadas na área rural.¹⁴¹ Tanto a igreja como os proprietários argumentavam que a distribuição de terras de pouco ou nada adiantaria para garantir melhores condições de vida aos possíveis novos produtores. No RS, em discurso para produtores cristãos em Bom Princípio, realizado no dia 18 de fevereiro de 1962, o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, assegurava que ‘a mera distribuição de terras’ seria ineficiente para resolver problemas como a falta de recursos no campo e a baixa produtividade agrícola.

A assim denominada ‘reforma agrária’, para os comunistas, tem como objetivo transferir, progressivamente, para o Estado onipotente todas as propriedades agrícolas. Na primeira etapa são espoliados os grandes proprietários e suas terras são distribuídas entre agricultores; na fase seguinte, as propriedades médias têm o mesmo destino e, por fim, os donos de pequenas glebas perdem a sua propriedade e o direito ao fruto do seu trabalho. O governo os compelirá a formar granjas coletivas de limitado número de família e todas trabalharão para o Estado, que sempre se considera dono da colheita.¹⁴²

Ainda em fevereiro daquele ano, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) encaminhou a Brizola um ‘estudo’ sobre a reforma agrária e as melhores formas de executá-la, a saber, através da regionalização. No documento constam, por exemplo, as diferenças existentes entre a prática da agricultura de mercado (para comercialização) nos países ‘democráticos’ e nos países ‘comunistas’. Os ruralistas deixavam claro, ainda, seu repúdio a criação da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) por parte do governo federal, e sugeriam a constituição de um Conselho Nacional Agrário presidido por alguém escolhido pelo presidente da República a partir de uma lista tríplice organizada pela Confederação Rural

¹⁴¹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 151. p. 162-164. Pronunciamento de Antônio Bresolin, (PTB), com transcrição da declaração da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada no Rio de Janeiro em 09/10/61. As afirmações de Bresolin “Em primeiro lugar, reforma agrária não é a simples distribuição da terra, como os comunistas demagogicamente vêm procurando incutir entre a gente humilde e sem ilustração. [...] Em segundo lugar, está a resistência quase suicida de muitos dos grandes proprietários de terra, que não despertaram ainda para a hora de transição em que estamos vivendo, para o perigo que ameaça o próprio direito de propriedade”, indicam as divergências existentes em relação à reforma agrária dentro do PTB. Quanto ao documento dos bispos, o recado é claro: “O fato grave que denunciamos é que os agitadores vermelhos em várias frentes preparam-se para a tática de guerrilhas, de acordo com os melhores exemplos cubanos e chineses. [...] Não podemos ser ingênuos a ponto de entregar-nos a grandiosos planos de recuperação econômico-social dos meios rurais, esquecidos da retaguarda e dos flancos, invadidos pelos guerrilheiros.” 112ª sessão, em 10/10/61.

¹⁴² ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 151. p. 98-99. Pronunciamento de Paulo Brossard (PL), com transcrição do discurso do arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, dom Vicente Scherer.

Brasileira com o apoio dos presidentes das federações rurais dos estados e da Sociedade Nacional de Agricultura.¹⁴³

Os documentos citados acima fornecem uma breve noção do acirramento de posições que caracterizava a discussão do tema, mas cabe, em uma análise que relacione o assunto reforma agrária com a forma como foi tratada na gestão de Leonel Brizola uma série de considerações. É fato que as ações anunciadas ou colocadas em prática pelo governo fizeram com que o governador passasse a ser visto ou apontado quase que imediatamente como uma espécie de forte defensor de uma efetiva distribuição de terras no país. A este trabalho não interessa, contudo, apenas o discurso da oposição a respeito das intenções de Brizola ou o seu próprio discurso, mas, principalmente, quais das ações anunciadas foram efetivamente implantadas. Em relação a estes pontos, pode-se dizer que à oposição também interessava apontar o governador como defensor de práticas que visavam ‘subverter a ordem’ e, desta forma, desqualificá-lo perante uma parte significativa do eleitorado.

A Brizola, por outro lado, era conveniente a defesa de uma bandeira que atendia às reivindicações de uma parcela da população rural. População esta que estava longe de poder ser desconsiderada em qualquer sentido, inclusive em termos de rendimentos de dividendos políticos, uma vez que ainda se constituía em maioria no Estado. Conforme os dados do Censo de 1960 do IBGE, dos 5.448.823 habitantes do Rio Grande do Sul à época, 3.003.049 (ou 55,11%) integravam a população rural e 2.445.774 (44,89%) a urbana. Mas a seguir, a análise, levando em conta a documentação constante nos Anais da Assembléia Legislativa, as Mensagens do governador à Assembléia e os dados dos Balanços Gerais do Estado, além de parte da bibliografia disponível sobre o assunto, vai mostrar que entre o discurso e a prática de governo há, mais uma vez, uma série de divergências. Para tanto, serão analisados os recursos destinados pelo governo em ações de reforma e os dois exemplos que são considerados as maiores desapropriações realizadas pela gestão de Brizola: a da Fazenda Sarandi, em Nonoai, e a do Banhado do Colégio, em Camaquã.

¹⁴³ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 154. p. 104-110. Pronunciamento de Poty Medeiros (UDN), com transcrição do documento da Farsul. Na parte referente ao Planejamento e Execução da reforma agrária, os ruralistas advertem para o perigo que sua não participação no processo implicaria. “Se o governo não convocar, para esse planejamento e para a sua execução, as classes dirigentes da produção, ainda que o país venha a dispor da melhor lei agrária o fracasso seria inevitável e a frustração das massas camponesas, atualmente estimuladas pelo efeito de um plano bem urdido de agitações, representaria um perigosíssimo elemento de subversão social.” 14ª sessão da Comissão Representativa, em 21/02/62.

Inicialmente, é importante destacar alguns números. Conforme os dados dos Balanços Gerais do Estado referentes ao período entre 1959 e 1962, os valores destinados à Secretaria da Agricultura representaram entre 3% e 4% do total do Orçamento do Estado. Na comparação com os percentuais destinados nos governos anterior e posterior é possível observar que, assim como ocorreu com outras áreas, não há grandes alterações. Na comparação com o primeiro governo de Ildo Meneghetti (1955-1958) há, inclusive, uma queda no percentual. Os resultados podem ser observados na tabela que segue:

Tabela 15

% DA DESPESA DESTINADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA*

1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
5,96	5,47	4,61	4,27	3,94	3,26	3,34	4,09	3,61	3,08	2,51	2,42

FONTE: Balanços Gerais do Estado e Finanças Públicas do Estado. *Nos anos de 1957 e 1958 a Secretaria era de Agricultura, Indústria e Comércio

Ao contrário do que possa parecer evidente, contudo, os órgãos que poderiam responder por projetos de reforma não eram vinculados apenas à Secretaria da Agricultura. Nesta existia a Diretoria de Terras e Colonização, que recebeu verbas irrisórias durante a gestão Brizola (de Cr\$ 78.213.728,40 em 1959, de Cr\$ 90.899.617,50 em 1960, de Cr\$ 129.095.086,80 em 1961 e de Cr\$ 183.864.680,00 em 1962, que equivaliam, respectivamente, a 0,56%, 0,40%, 0,37% e 0,38% do total da despesa do Estado), e que só em 1963 foi substituída pelo Igra no Balanço do Estado, mesmo que, ainda em 1962, por decreto, o governador determinasse que a diretoria passasse a responder ao instituto e não mais à secretaria da Agricultura. A partir de 1963 o instituto passou a ter dotação orçamentária em créditos ordinários estabelecida na despesa do Estado, o que antes não se observa na documentação (as dotações para programas e projetos do Igra, até 1962, se davam pela abertura de créditos extraordinários, feita por meio de decretos). Havia, ao que indica a documentação, uma certa pulverização dos órgãos da administração cujas incumbências incluíam as questões ligadas ao campo e aos pequenos agricultores ou agricultores sem terra.

Assim, por exemplo, enquanto que o Igra era subordinado diretamente ao governador por meio, inicialmente, do Conselho de Desenvolvimento do Estado (CDE - que não tinha dotação orçamentária), o Prade deveria ser executado sob a supervisão do CDE em conjunto com o Igra e as secretarias da Agricultura e de Economia. Já a Diretoria de Assistência ao Cooperativismo

ficava subordinada à Secretaria da Economia. E a Comissão Estadual de Terras e Habitação (Ceth), esta sim instituída na primeira metade do governo, em 29 de fevereiro de 1960, por meio do Decreto 11.201, era um órgão de cooperação entre as secretarias das Obras Públicas, Agricultura e Trabalho e Habitação, mas subordinada à primeira. A Secretaria das Obras Públicas – que inicialmente havia ficado inclusive com um dos partidos aliados, o Partido de Representação Popular (PRP), mas à época da criação da Ceth era comandada pelo petebista João Caruso) – também recebeu destinações orçamentárias bastante baixas durante a gestão Brizola, que variavam em torno de 3% da despesa total.

Em relação a Ceth, que pode ser colocada como a primeira medida legal adotada durante o governo de Leonel Brizola quanto à instituição de normas que pudessem visar ao encaminhamento de um projeto de reforma agrária no Estado, tinha como sua principal atribuição a aquisição de terras para agricultores. Em nenhuma parte do decreto que a instituiu, contudo, há referência a desapropriações. O artigo 2º do decreto é claro: “A Comissão Estadual de Terras e Habitação promoverá, nos termos das leis em vigor, a aquisição de terras para agricultores e suas organizações e de áreas destinadas à construção da casa própria, incumbindo-lhe ainda, fazer estudos, propor medidas, organizar e realizar projetos relacionados com seus objetivos.”¹⁴⁴ O Artigo 5º do decreto instituiu ainda um crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros, em moeda da época), destinado a atender as despesas com a organização e o funcionamento da Comissão. Conforme os dados do Balanço Geral do Estado de 1960¹⁴⁵, contudo, a Ceth, que também tinha destinações de verbas por meio da abertura de créditos extraordinários, só utilizou o equivalente a Cr\$ 994.720,30 naquele ano, ou seja, 19,89% do valor. A utilização dos recursos abaixo daqueles inicialmente previstos viria a se repetir em 1961 e 1962. Em 1961 a Ceth recebeu dotação inicial de Cr\$ 4.005.279,70 e usou Cr\$ 1.589.689,80 (P. 286). E, em 1962, ano em que acabou extinta, a dotação inicial era de Cr\$ 2.415.589,90 e a despesa foi de Cr\$ 2.050.691,30.

O baixo aproveitamento dos recursos acontecia mesmo que a Comissão tivesse a incumbência de adquirir terras para colonização e loteamento, e que talvez possa ser explicado pela forma de pagamento. Ainda em 1960, um segundo decreto governamental definia como a

¹⁴⁴ RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 11.201, de 29 de fevereiro de 1960. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. p. 02

¹⁴⁵ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Contadoria Geral do Estado. *Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 1960*. Porto Alegre, 30 de abril de 1960. p. 265.

Ceth podia pagar as terras a serem adquiridas. De acordo com o Decreto 11.445, de 14 de julho de 1960, “O esquema de pagamento será desdobrado em duas parcelas de dez por cento (10%) em dinheiro e a outra de noventa por cento (90%) em apólices de emissão ‘II Plano de Obras do Estado.’”¹⁴⁶ O decreto estabelecia ainda que as apólices venceriam com taxas de 10% ao ano e, para compensar a perda do poder aquisitivo da moeda, havia um acréscimo sobre o valor da propriedade adquirida, equivalente a 10% do saldo devedor atual, até o resgate final, cujo prazo se estendia por até sete anos. O mecanismo, contudo, parece não ter despertado o interesse de possíveis vendedores, situação que, inclusive, é admitida pelos parlamentares governistas durante análises sobre o encaminhamento da questão agrária no Estado.¹⁴⁷

A inexistência de uma atribuição específica da Ceth quanto à finalidade de encaminhamento da reforma agrária é evidenciada também na Mensagem enviada ao Parlamento pelo governador em 1962, último ano de governo. Nela, ao descrever as atividades da Ceth, o texto resume: “Com referência às atividades da Comissão de Terras e Habitação, cumpre-nos anotar a assistência dada aos municípios flagelados, no Estado, mediante auxílios que atingiram o valor de Cr\$ 15.000.000,00; a celebração de convênios para a construção de 330 casas populares, em 4 municípios; e a aquisição de 3.100 ha de terras, no valor de Cr\$ 53.800.000,00, destinados à revenda a agricultores sem terras.”¹⁴⁸ A Mensagem não especifica a qual período são relacionados os valores referidos e, quando trata da aquisição de terras, o texto deixa claro que as mesmas serão revendidas, e não doadas a agricultores.¹⁴⁹ No mesmo mês em que enviou a Mensagem ao

¹⁴⁶ RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 11.445, de 14 de julho de 1960. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. p. 113.

¹⁴⁷ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RS. v. 154. p. 193. Pronunciamento de Antônio Bresolin (PTB). “Para essa Comissão (Ceth) foi fixado um recurso [...] em apólices para compra de terras e para divisão das mesmas e venda aos filhos dos agricultores por preço de avaliação e a longo prazo. Essas terras serão pagas com apólices, com juros de 10% mais a taxa de desvalorização da moeda.

Acontece que, a despeito dos editais publicados em diversos órgãos do Estado, não apareceram vendedores de terras. As únicas compras efetuadas foram em São José do ouro, onde foram colocadas 134 famílias [...]. Outras 300 famílias foram colocadas em Encruzilhada do Sul, em terras compradas ‘por esse órgão [...]. Mas, depois dessas, outras compras não se verificaram, porque não aparecem elementos que tivessem interesse em vender propriedades de acordo com a avaliação dos técnicos do Estado e com as condições previstas por esse órgão técnico.” 9ª sessão da reunião extraordinária, em 17/01/62.

¹⁴⁸ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da sessão Legislativa de 1962. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1963. v. I.

¹⁴⁹ Entre os anos de 1960 e 1961, conforme dados dos Balanços Gerais do Estado, foram publicados cinco decretos referentes à abertura de créditos especiais junto à Secretaria de Obras para a aquisição de terras. São eles: Decreto 11.446, de 14/07/1960, autorizando despesa de Cr\$ 5.230.940,00 para a aquisição de terras em São José do Ouro. Decreto 12.109, de 27/02/61, autorizando despesa de Cr\$ 5.843.383,10, para aquisição de terras em Encruzilhada do Sul; Decreto 12.235, de 29/03/61, autorizando despesa de Cr\$ 15.894.010,00, para aquisição de terras em São Jerônimo, Decreto 12.892, de 11/12/61, autorizando despesa de Cr\$ 3.745.320,00 (não utilizada) para aquisição de

Legislativo, o governador também expediu o Decreto nº 13.367, publicado em 6 de abril de 1962. O documento, que dava novas diretrizes sobre o funcionamento do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), também extinguiu, em seu Artigo 5º, a Comissão Estadual de Terras e Habitação.

3.1.1 PROGRAMAS E VERBAS

Já em relação tanto ao Igra como ao Prade o que é possível observar é que ambos funcionaram inicialmente muito mais como órgãos de levantamentos e estudos do que de ações concretas de compra ou desapropriação de terras. O Igra, subordinado diretamente ao governador através do Conselho de Desenvolvimento do Estado (CDE), tinha nove atribuições apontadas como fundamentais que previam desde a sugestão de projetos, iniciativas e diretrizes de uma política agrária para o Estado, até a promoção do acesso a terra e à propriedade por parte de agricultores sem terra, mas o decreto que o estabeleceu não indicava, em nenhum momento, como estas ações seriam colocadas em prática.¹⁵⁰

terras do mesmo proprietário em São Jerônimo, e Decreto 12.973, de 18/12/61, autorizando despesa de Cr\$ 8.800.000,00 para aquisição de terras em Cangussú, verba também não utilizada. Somados, os valores utilizados nos dois anos totalizam Cr\$ 26.968.333,10. As verbas referentes aos dois últimos decretos viriam a ser utilizadas no ano de 1962, quando também foi publicado o Decreto 13.358, de 28/03/62, autorizando despesa de Cr\$ 19.912.500, 00 para aquisição de terras em São José do Ouro. Somados todos os valores chega-se ao montante de Cr\$ 59.426.153,10, o que pode explicar a destinação a Ceth referida na Mensagem do governador enviada ao Legislativo no início de 1962.

¹⁵⁰ GOVERNO DO ESTADO DO RS. Decreto nº 12.812, de 14 de novembro de 1961. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*.

Art. 2º - O Igra terá os seguintes objetivos fundamentais:

- a) Estudar e sugerir ao Governo projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a melhoria das condições sócio-econômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra;
- b) promover o acesso à terra e à propriedade dos agricultores sem terra - parceiros, arrendatários e assalariados rurais - e das populações marginais egressas do campo;
- c) promover a organização de núcleos coloniais e comunidades agrícolas, dentro das modernas técnicas de colonização e produção;
- d) enquanto não for possível a obtenção de terra própria para todos os interessados, estudar e propor medidas coibindo os altos preços dos arrendamentos e da parceria agrícola;
- e) promover a legalização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores, evitando-se, no entanto, a formação de minifúndios;
- f) combater toda a forma de exploração do trabalho rural, defendendo o produtor e a produção; estimular a produtividade e a valorização do homem do campo por todos os meios de amparo e assistência;
- g) fomentar a organização de cooperativas e incentivar o espírito associativo e cooperativista entre as populações rurais, articulando-se para este fim com os órgãos competentes e específicos da Administração do Estado;
- h) incentivar a criação e organização de escolas técnicas agrícolas, escolas industriais-agrícolas, centros de

O decreto de criação do instituto, que estabelece ainda o funcionamento de uma Comissão de Reforma Agrária e Levantamentos Especiais (Crale) estadual e de Crales municipais, suas integrantes, dá margem para que se questione os objetivos do governo em relação aos movimentos de agricultores e às reivindicações por terra, no sentido de organizá-los conforme seus interesses (do próprio governo). O artigo 5º do decreto, que estabelece as funções da Comissão, lista, entre elas, o cadastro de desempregados rurais e urbanos, de populações desabrigadas e precariamente abrigadas; a realização de estudos sobre as necessidades habitacionais nas zonas rurais e urbanas e o incentivo à criação e manutenção de associações de agricultores com ou sem terra, sindicatos rurais e associações de desempregados. O decreto define também que tais organizações, apontadas como de classe, no caso de receberem parecer favorável do Igra, seriam consideradas, por decreto, como de utilidade pública. A organização de movimentos civis a partir de iniciativas do Estado ou de partidos políticos não era novidade no Brasil e tampouco no Rio Grande do Sul, e suas conseqüências já foram largamente citadas e analisadas em outros estudos.¹⁵¹ A principal delas, vale dizer, é que os movimentos já surgem com o que será chamado aqui de um certo vício de origem. Junto com as aspirações de um determinado segmento da sociedade trazem embutidos interesses de partidos ou governos, instalando-se ‘de cima para baixo’, o que prejudica o próprio processo de reivindicação do grupo, e o estabelecimento de interesses coletivos, que perdem espaço para negociações políticas visando a conquista e manutenção do poder ou interesses de caráter partidário. Como já mencionado neste trabalho, Getúlio Vargas havia utilizado o expediente em grande medida e a fundação do próprio PTB está a ele relacionada, no sentido de que a criação do partido teve, também, o objetivo de controlar parte do movimento sindical, apesar de que a manutenção deste controle é muito improvável.

Menos de seis meses depois da criação do Igra, um novo decreto, o de nº 13.367, de 6 de abril de 1962, foi publicado sob a justificativa de reorganizar seu funcionamento. Por ele, a Diretoria de Terras e Colonização deixou de ser vinculada à Secretaria da Agricultura e passou a

treinamento e formação de mão de obra especializada;

i) fomentar a criação de indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas na própria zona rural, visando o aproveitamento da mão de obra ociosa existente no campo.)

¹⁵¹ Sobre este assunto ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. GOMES, Ângela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004; *Cidadania: tipos e percursos*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 18, 9. p. 337-359. COHN, Amália. *A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania*. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta (1500-2000)** : a grande transação. São Paulo: Editora Senac, 2000.

integrar o instituto. O decreto também extinguiu a Comissão Estadual de Terras e Habitação, que teve patrimônio, pessoal, recursos e atribuições referentes à aquisição de terras transferidos para a Diretoria de Terras e Colonização e aqueles que diziam respeito à habitação transferidos para a Diretoria de Urbanismo da Secretaria das Obras Públicas. Em termos práticos, porém, o decreto não trouxe grandes alterações, uma vez que definiu como presidente do Igra o então secretário da Agricultura, João Caruso que, à época, era titular também das Obras Públicas. E, passados mais alguns dias, em 13 de abril, foi publicado o Decreto 13.416, que, este sim, autorizou uma despesa considerável na comparação com as demais destinadas aos projetos e programas de reforma, de Cr\$ 400.000.000,00 (o equivalente a 0,84% de toda a despesa do Estado naquele ano) ao instituto, para as atividades e programas previstos nos decretos 12.812 (que instituía o próprio Igra), 13.068 (que instituía o Prade, referido a seguir), e 13.367 (citado acima). Da verba autorizada pelo decreto, foram utilizados Cr\$ 287.684.732,40.

Antes deste decreto regulamentando verbas para os programas o governo já havia editado outros, a maior parte com a finalidade de autorizar despesas da Secretaria da Agricultura para a intensificação dos trabalhos e discriminação e legitimação de terras. Os valores, contudo, assim como os referentes a outros exemplos já citados neste trabalho, nem sempre eram utilizados. Em 29/12/1960 o Decreto 11.968 autorizou a abertura de um crédito extraordinário de Cr\$ 5.000.000,00 para a intensificação dos trabalhos e discriminação e legitimação de terras, mas nada foi usado naquele ano. Foi mesmo em 1962 que os decretos que previam créditos extraordinários para esta finalidade proliferaram. Naquele ano foi reeditado o 11.968, com autorização então de uma despesa de Cr\$ 785.804,20, dos quais foram gastos Cr\$ 696.710,30. O mesmo aconteceu com os decretos 12.382, de 25/05/61 e 12.803, de 11/11/61, cujos créditos também não haviam sido usados. O primeiro autorizou despesa de Cr\$ 1.987.903,70, dos quais foram utilizados Cr\$ 1.696.976,30, e o segundo Cr\$ 5.000.000,00 (usados Cr\$ 4.272.904,90). O Decreto 13.168, de 14/02/62, autorizava a abertura de Cr\$ 20.000.000,00 em créditos, destinados ao desintrusamento (recolocação de intrusos) de reservas florestais, com recolonização para os intrusos, mas os valores não foram aproveitados. E o Decreto 13.223, de 26/02/62, previa a destinação de Cr\$ 80.000.000,00 para programas de colonização, dos quais foram utilizados Cr\$ 77.230.715,70.¹⁵²

¹⁵² Somados os créditos ordinários e extraordinários destinados e utilizados para programas do Igra, da Ceth, da Diretoria de Terras e Colonização, além dos extraordinários para as Secretarias das Obras Públicas e da Agricultura para projetos e programas de compra ou legitimação de terras, os valores totalizam, durante os quatro anos de

Em 29 de janeiro de 1962, foi publicado o Decreto 13.068, que criou o Prade. Entre todos os referidos, é o mais audacioso em termos de estabelecimento de ações para a reforma agrária. Em resumo, o decreto instituiu um programa especial e permanente do que aponta como de difusão e democratização da propriedade e organização de granjas cooperativadas e comunidades de pequenos e médios agricultores e criadores, através de projetos especiais elaborados por um grupo de trabalho do Igra, sob a presidência dos secretários de Agricultura e de Economia. Cada projeto deveria abranger no mínimo 30 pequenas ou médias propriedades e estabelecer as culturas mais adequadas. Para a execução do programa, os recursos utilizados seriam parte (25%) do arrecadado com a Taxa de Desenvolvimento Agrícola.¹⁵³ Os valores, conforme indicado abaixo, eram baixos quando levada em conta a despesa total do Estado, inferiores aos destinados à Diretoria de Terras e Colonização, mas bem superiores aos disponibilizados à Comissão Estadual de Terras e Habitação (Ceth). Quanto à Taxa de Desenvolvimento Agrícola, cabe assinalar que, apesar de instituída um ano após a Lei que estabeleceu o II Plano de Obras, integrava o conjunto de taxas que, juntamente com fundos e empréstimos, formavam a receita do Plano. E, conforme os dados dos Balanços Gerais do Estado, o governo do Estado, nos quatro anos da gestão Brizola, dispendeu com o item V do Plano, destinado a contemplar investimentos em Mecanização, Assistência e Incentivo à Produção, valores bem abaixo daqueles autorizados.

Tabela 16
ARRECADAÇÃO DA TAXA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (Cr\$)

ANO	1960	1961	1962	TOTAL (3 anos)
TOTAL	221.200.346,20	310.731.113,90	484.463.671,40	1.016.395.131,50
25 %	55.300.086,55	77.682.778,47	121.115.917,85	254.098.782,87

governo, pouco menos de Cr\$ 900 milhões, o equivalente, para se ter um termo de comparação, a 50% do orçamento da Secretaria da Agricultura. Vale lembrar, contudo, que, deste total, Cr\$ 287,6 milhões foram aprovados em um único decreto para o Igra, em abril de 1962, e que, dos créditos ordinários, nem todos aqueles destinados à Ceth ou à Diretoria de Terras e Colonização eram para programas de reforma agrária. Além disso, há de se assinalar a validade de considerar verbas para legitimação de terras como recursos para reforma agrária. O expediente, utilizado até os dias atuais pelos governos, é em geral criticado por representantes de movimentos sociais.

¹⁵³ A Taxa de Desenvolvimento agrícola foi criada pela Lei nº 3.859, de 5 de dezembro de 1959, com vigência de 10 anos a partir de 1º de janeiro de 1960. Incidia, a razão de 2%, sobre todos os impostos. A lei nº 4.387, de 6 de dezembro de 1962, alterou sua denominação para Taxa de desenvolvimento Agropecuário, e aumentou a alíquota para 3%. As mudanças passaram a valer a partir de 1º de janeiro de 1963.

Tabela 17
II PLANO DE OBRAS – INVESTIMENTO PREVISTO EM
MECANIZAÇÃO, ASSISTÊNCIA E INCENTIVO À PRODUÇÃO (Cr\$ milhões)

ANO	1959	1960	1961	1962	TOTAL	AUTORIZADO
DESPESA	3	8	8	12	31	250

Tabela 18
VERBAS PARA A DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO (Cr\$)

ANO	1959	1960	1961	1962	TOTAL
Autorizadas	82.375.575,00	93.012.200,00	135.250.340,00	183.864.680,00	494.502.795,00
Usadas	78.213.728,40	90.899.617,50	129.095.086,80	173.602.536,50	471.810.969,20

Tabela 19
VERBAS PARA A CETH (Cr\$)

ANO	1960	1961	1962	TOTAL
Autorizadas	5.000.000,00	4.005.279,70	2.415.589,90	11.420.869,60
Usadas	994.720,30	1.589.689,80	2.050.691,30	4.635.101,40

FONTE DAS TABELAS: Balanços Gerais do Estado e Finanças Públicas do Estado (de 1959 a 1962)

Pouco tempo depois do decreto de criação do Prade, na Mensagem que enviou à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura dos trabalhos parlamentares do ano de 1962, o governador reservou uma parte do Volume III do documento para especificar como deveria se dar o encaminhamento da questão agrária. No item, denominado “Sugestões do Governo do Rio Grande do Sul visando encaminhar a questão agrária e o problema das populações urbanas sem casa própria”, a reforma agrária é descrita como “um complexo de normas jurídico-sócio-econômicas, visando a racionalizar a distribuição das terras, a aumentar a produção e a estabelecer um ambiente de justiça social para as populações rurais que resulte na constante elevação de suas condições de vida.”¹⁵⁴ A questão básica da reforma era sintetizada pelos fatores

¹⁵⁴ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem à Assembléia Legislativa*, Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1962. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1963. v. III. Interessante observar que o trecho em questão faz uma clara alusão a doutrina trabalhista preconizada por Alberto Pasqualini, que define como objetivo básico do

terra-recursos e o projeto se propunha a listar sugestões para a solução de ambos. Na parte introdutória do texto, a exemplo do que acontece no decreto de instituição do Prade, são retomados os artigos da Constituição Estadual que tratam sobre a propriedade, como os que seguem:

O Estado combaterá a propriedade improdutiva, por meio de tributação especial ou mediante desapropriação.” (inciso 1º do Artigo 173).

O Estado promoverá planos especiais de colonização [...], sempre que a medida for pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras, de determinada região. (inciso 3º do Artigo 174).

Poderá também o estado organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo poder Público, destinadas à formação de elementos aptos às atividades agrícolas. (inciso 5º do Artigo 174).

Como fica evidente nos artigos citados, em termos de determinações legais, a Constituição Estadual (de julho de 1947) já trazia uma série de avanços a respeito das questões envolvendo a propriedade e a distribuição de terras para fins de reforma agrária ou utilização do solo. Os artigos acima ajudam a corroborar a argumentação defendida neste trabalho, de que a edição de decretos e leis, por si só, não garante que o estabelecido nos textos venha a ser colocado em prática. Após esta ressalva, é importante a análise das sugestões em seu conjunto porque, como acontece, por exemplo, em relação aos indicadores e ações desenvolvidos na área da Educação, e abordados em capítulo anterior deste estudo, há uma certa ambigüidade no discurso de Brizola.

O projeto incluído na Mensagem traz sugestões inovadoras não apenas para a realização de uma reforma agrária, mas também urbana.¹⁵⁵ O governo gaúcho propunha a instituição de um

trabalhismo a organização da sociedade de forma a eliminar gradativamente a chamada usura social, e que sintetiza o conceito de sociedade como uma forma de cooperação. Ver: PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958. p. 84. “Existe usura social quando as relações econômicas entre os membros de uma sociedade não estão baseados nos princípios da justiça social [...]. A usura social é o que comumente se costuma denominar ‘exploração do homem pelo homem’ e que todos reconhecem que deve ser banida do seio da sociedade.” P. 88. “Poderíamos, pois, resumir os princípios gerais do trabalhismo nos seguintes termos: - [...] b) a coletividade humana é um sistema de cooperação. A cooperação realiza-se pelo trabalho e para que a cooperação de cada membro da coletividade se torne efetiva, é necessário que se traduza por uma atividade socialmente útil, isto é, que traga benefícios não apenas a quem exerce mas também aos demais membros da coletividade e contribua, por esta forma, para o aumento do bem-estar geral.

¹⁵⁵ Conforme o especificado no ponto 6 do projeto: “Ao enquadrar os lotes urbanos no Plano de Obrigações Sociais, tem em vista o Governo do Rio Grande do Sul esboçar um início de Reforma Urbana, eis que muitas áreas urbanas e suburbanas, esperando valorização ou inaproveitadas pela inércia de seus proprietários, representam abuso ao direito de propriedade, não menor do que os grandes latifúndios. [...] Há, ainda, [...] o propósito de evitar uma ‘corrida’ das populações já urbanizadas e sob muitos aspectos já sem condições de cultivar a terra, para os novos núcleos de

“Plano de Obrigações Sociais”, na base de empréstimos internos e compulsórios. O empréstimo, com duração de 15 anos, incidiria sobre proprietários rurais e de áreas ou loteamentos urbanos acima de determinado mínimo, e correspondente a 10% do valor total da propriedade, e poderia ser pago em terras, lotes ou espécie. De acordo com o ponto 7 do projeto, estariam sujeitos à aplicação do empréstimo aqueles que se enquadrassem em basicamente três situações, a saber: a) proprietários rurais de extensões superiores a 1.000 hectares, ou aqueles abaixo deste limite cujo valor, considerada a sua localização, fosse acima de 500 vezes o salário mínimo mensal da região; b) proprietários de áreas suburbanas cuja extensão, no mínimo, fosse igual a três hectares, ficando isenta aquela cuja exploração, feita em toda a sua plenitude, concorresse diretamente para o abastecimento dos centros populacionais e onde seu proprietário trabalhasse diretamente a terra; c) áreas urbanas loteadas ou não, cuja extensão seja igual ou superior a 10 vezes um lote urbano, considerado como tal o adotado pelas municipalidades.

Mas, antes de todas as sugestões, no ponto 2 do projeto, o texto é claro sobre a quem cabe, primeiramente, o encaminhamento da reforma: “Entende o governo do Rio Grande do Sul que caberá à União, por seus Poderes Legislativo e Executivo, oferecer as diretrizes gerais e a legislação básica para a Reforma. Estabelecidas as diretrizes gerais (planejamento), aos Estados deve caber, assistidos pela União, a elaboração e execução de programas e projetos de Reforma Agrária.” Já após o detalhamento de como se daria a aplicação do Plano de Obrigações Sociais, o ponto 8 do projeto dá prosseguimento ao planejamento sobre a obtenção de recursos financeiros, novamente apontando as obrigações do governo federal:

O problema RECURSOS FINANCEIROS seria resolvido através de um outro empréstimo interno e compulsório sobre a grande indústria, o alto comércio e bancos (OBRIGAÇÕES SOCIAIS), de tal modo que possa render cerca de 50 bilhões de cruzeiros por ano, durante 10 anos, totalizando um montante superior a 500 bilhões. Quanto à forma e execução deste empréstimo são problemas que cabe aos órgãos técnicos do Ministério da Fazenda estudar. E ainda mais, o Governo Brasileiro deveria solicitar, ao programa ‘Aliança para o Progresso’, uma contribuição mínima de 300 milhões de dólares, no decurso de determinado período. Os recursos provenientes do empréstimo incidente sobre a propriedade devem permanecer nos Estados de origem. Os demais recursos deverão ser redistribuídos mediante um critério proporcional à população rural de cada Estado.

colonização. Tais populações devem ser encaminhadas para as atividades da indústria, que deverá sofrer um grande impulso em seu desenvolvimento em razão da reforma Agrária.”

Que o texto do projeto é inovador e de fato propõe alterações significativas na estrutura fundiária e da propriedade parece não restar dúvida. Mas há vários pontos que permitem, como dito anteriormente, apontar para sua ambigüidade e, até mesmo, questionar sobre sua aplicabilidade. Em primeiro lugar, baseava o projeto de reforma agrária e urbana na instituição de mais dois impostos (um sobre a propriedade e outro sobre parte de todos os setores da economia), sendo que, no caso daquele incidente sobre a propriedade, se em relação a propriedades rurais a previsão de sua incidência era sobre grandes áreas, no caso daquelas suburbanas estas dimensões caíam consideravelmente (de mil para três hectares). E isto depois de duas situações que não podem ser desconsideradas: a primeira o fato de em 1961 os recursos provenientes do Imposto Territorial terem sido transferidos dos estados para os municípios,¹⁵⁶ e a segunda o fato de o governo do Estado já ter se utilizado do expediente da criação de uma série de taxas como forma de ajudar a financiar o II Plano de Obras, ao mesmo tempo em que destinava magras fatias do orçamento para as secretarias que, em tese, poderiam ou deveriam administrar projetos de reforma agrária.

Em segundo lugar, apesar de o texto aparentemente embutir o claro objetivo de pressionar os proprietários de terras a pagarem o imposto com parte das próprias propriedades, forçando assim à disponibilidade de áreas para a reforma sem recorrer a compras ou a desapropriações, deixa dúvidas sobre este mesmo objetivo quando faz a ressalva de que os recursos obtidos com o empréstimo incidente sobre a propriedade deveriam permanecer nos estados de origem. Obviamente, se o pagamento fosse realizado em terras, isso seria inevitável. O que a ressalva indica é que o governo talvez contasse com a possibilidade de pagamentos em espécie, o que significaria um montante de recursos consideráveis, levando-se em conta o percentual estabelecido, de 10% do valor total dos imóveis. Vale lembrar ainda que o projeto foi publicado como sugestão, e no último ano do governo, e que o governador não enviou para o Legislativo qualquer projeto de lei no sentido de regulamentar as sugestões a respeito da instituição das cobranças.

Por fim, é importante destacar que, após já ter salientado que as diretrizes gerais e legislação para a instituição da reforma agrária cabiam à União, o documento atribuía também ao governo federal a responsabilidade sobre como solucionar o espinhoso problema da

¹⁵⁶ A nova discriminação de rendas, prevista na Emenda nº 5, de 21 de novembro de 1961, à Constituição Federal, determinava que o Imposto Territorial e o Imposto sobre Transmissão de Propriedade Imóvel “inter vivos” passassem para os municípios a partir do exercício financeiro de 1962.

disponibilidade de recursos financeiros para colocar em prática a alteração da estrutura fundiária do país, estabelecendo a necessidade de arrecadação de Cr\$ 500 bilhões em 10 anos, mas sem informar se foram feitos e quais os estudos levaram a sugestão do montante. Mais do que isso, sugere a instituição de um empréstimo compulsório sobre parte de todos os setores da economia. Ao apenas sugerir uma taxaço, pesada, sem fazer qualquer especificação, o governador mais uma vez parecia adotar o tom provocativo que marcou várias de suas ações, que forneceu aos adversários políticos munição para uma série de acusações e que ajudou a acirrar posições, sem que, porém, a sugestão resultasse em qualquer mudança prática.

Em relação às ações que, segundo o governo do Estado, deveriam ser adotadas pela União, cabem ainda duas observações. A primeira diz respeito à indicação de que o governo federal solicitasse US\$ 300 milhões ao programa Aliança para o Progresso. O governador, então, ao mesmo tempo em que criticava duramente o programa, realizando em diversas ocasiões manifestações públicas de repúdio ao fato de a União aceitar os recursos, sugeria que fossem tomados US\$ 300 milhões da Aliança para o Progresso. Por fim, em relação à distribuição dos valores resultantes do imposto que incidisse sobre as atividades econômicas, é claro o objetivo de abocanhar parte dos recursos em proporção superior a de sua arrecadação no Estado. Isto porque a idéia era que a taxaço incidisse sobre a grande indústria, o alto comércio e o sistema financeiro (predominantes na região sudeste do país), mas, em relação à distribuição dos recursos, a sugestão era de que fosse feita conforme a população rural dos estados. No RS, conforme citado anteriormente, a população rural era maioria: 55,11% do total.

Após o exposto acima, parece evidente que as ações que apontavam para o desenvolvimento de um projeto de reforma agrária no Estado passaram a ser priorizadas pelo líder petebista na segunda fase de sua gestão. Análises que defendem esta argumentação não são novidade. A proposta de Córdula Eckert¹⁵⁷, por exemplo, é de que o principal objetivo da política agrária de Brizola no início do governo não era a reforma agrária e sim a legitimação de terras devolutas. Prova disso, segundo Eckert, é o fato de a secretaria da Agricultura, até outubro de 1961, quando houve a ruptura da aliança PTB/PRP, ter sido ocupada pelo integralista Alberto Hoffmann. Em seu Roteiro de Programa de Governo, onde são destacadas as áreas prioritárias para investimentos no Estado e é realizada uma análise dos problemas enfrentados, o governador

¹⁵⁷ ECKERT, Córdula. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Itaguaí (RJ): UFRRJ, 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola) Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

não faz referência à reforma agrária. No item Produção há uma série de aspectos considerados como fundamentais, e neles também não consta qualquer proposta de reforma.¹⁵⁸ Já na Mensagem enviada à Assembléia em 1962, quando trata das ações da Secretaria da Agricultura, listadas no Volume IV, o que ganha destaque e detalhamento também é a legitimação de terras devolutas para pequenos agricultores. Conforme o que consta na própria Mensagem, foram expedidos 2.200 títulos em 1958 (governo Meneghetti), 1.291 em 1959, 4.247 em 1960 e 3.128 em 1961.

Para Eckert, o apoio do governador à reforma agrária ocorreu após a derrota de Lott e Jango para as eleições presidenciais no Rio Grande do Sul e também devido ao movimento da Legalidade. As duas situações teriam imprimido uma ruptura na proposta política assumida por Brizola. É a autora quem também desfaz a possibilidade de o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) ter sido criado por Brizola.¹⁵⁹ A ocorrência de uma ruptura na proposta política assumida por Brizola, que parece um tanto evidente quando analisadas leis, decretos e outros documentos, como a Mensagem ao Legislativo, não é, como demonstrado, tão clara no sentido das ações efetivadas, o que dificulta a comprovação de sua existência de fato e coloca a possibilidade de que o termo seja substituído por adaptação da proposta política.¹⁶⁰

¹⁵⁸ GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Roteiro do Programa de Governo do Engenheiro Leonel Brizola*. Elaborado pelo Gabinete de Administração e Planejamento. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial. p. 6-7. O item que trata sobre as ações necessárias para incentivar a produção é composto pelos seguintes pontos: “Necessidade de uma revisão para fixar rumos – Precisamos vencer pela técnica e inteligência as nossas desvantagens naturais – Importância do lema: O QUE É PRODUZIDO NO RIO GRANDE É MELHOR – Os problemas do crédito – Investimentos de capital – Organização – Fomento da produção e produtividade – Pessoal técnico e imigração especializada – Preços justos e assistência ao pequeno agricultor – Política da defesa dos preços da nossa produção agro-pecuária – A terra cultivada não deve pagar nenhum imposto – A agricultura e seus problemas – O programa Meltzer – Os problemas de nossa pecuária – Cooperativismo e colonização – Solos e reflorestamento – Irrigação – Rumos para a industrialização de nosso Estado – Um programa de pequenas e grandes indústrias para a fronteira – Assistência à indústria para renovação e ampliação de seu parque de máquinas – Indústrias extrativas (pesca, erva mate, madeiras, mineração) – Permanente assistência às organizações dos produtores e ao comércio riograndense, visando o escoamento e colocação de nossa produção.”

¹⁵⁹ ECKERT, Córdula. op. cit. p. 85. “Nossa hipótese é de que o apoio do governador Brizola ao projeto de reforma agrária, inseria-se no seu projeto de industrialização – distribuição da posse da terra como forma de aumentar a produção de produtos agrícolas para o consumo humano e para o setor industrial, e como forma de aumentar o nível aquisitivo da população rural, o que viria a beneficiar o consumo de bens industriais. Mas, fundamentalmente, a justificativa da opção pela reforma agrária é política. Política, porque foi uma tentativa de ampliar seu respaldo junto aos setores populares do campo, isto é, ampliar sua base de apoio. Apoio este que o PTB carecia por ter, tradicionalmente, um eleitorado urbano.” Ainda segundo Eckert, o Master surgiu em 1960, a partir da tentativa de um proprietário de terras de retomar uma área de 1,8 mil hectares em Faxinal, Encruzilhada do Sul. Os responsáveis pelo lançamento do movimento seriam os petebistas Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul, Paulo Schilling, superintendente da Fronteira do Sudoeste e Ruy Ramos, deputado federal pelo PTB. Os comunistas participaram do movimento. Já Brizola teria reconhecido as associações vinculadas ao Master em agosto de 1961.

¹⁶⁰ Sobre este assunto ver: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 165. “A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do

3.1.2 A FAZENDA SARANDI

Na tentativa de fornecer mais subsídios à reflexão do que aqueles compostos pelos dados relativos a orçamentos e aplicação de recursos, serão abordados sucintamente a seguir dois casos concretos de desapropriações de terras efetivados por Brizola quando de sua passagem pelo Executivo gaúcho. Isto é feito com a ressalva de que o objetivo aqui não é o de analisar em detalhe os processos, o que por si só mereceria outro estudo, como foi feito por Marluza Harres¹⁶¹ em relação a um dos casos, mas sim o de colocar a existência de outros fatores que não o da efetivação de uma reforma agrária, além da constatação de que, em ambos os casos, os processos de colocação das famílias de agricultores acabaram por não se concluir durante a gestão de Brizola. Os casos citados a seguir são os de desapropriações da Fazenda Sarandi, em Nonoai, e a do Banhado do Colégio, em Camaquã.

Em janeiro de 1962 o governo do Estado desapropriou 24.239 hectares da Fazenda Sarandi, na então recém-criada cidade de Nonoai (cuja emancipação havia ocorrido em 1959), para efeito de urgente imissão de posse nas terras. As terras eram de propriedade da empresa uruguaia Estâncias Júlio Mailhos, de Montevideo, A desapropriação ocorria após, conforme os relatos dos deputados, 1.300 agricultores terem invadido a área, sob a liderança do então prefeito de Nonoai, Jair de Moura Calixto (PSP). A possível ocupação da área era discutida já antes no Parlamento, tanto que, no dia 9 de janeiro, o deputado Lauro Leitão tratava sobre a formação da Liga Nonoaiense de Agricultores sem Terra e das discussões a respeito da Fazenda Sarandi. Recebeu como resposta do colega Sereno Chaise (PTB) que os agricultores de fato talvez pretendessem invadir a fazenda, mas que o governo do Estado já havia contatado o prefeito Calixto e estava atento à situação, lembrando que seria defendido o direito à propriedade.¹⁶²

Poucos dias depois, em 13 de janeiro, o deputado Antônio Bresolin pediu a transcrição para os Anais do Legislativo de um abaixo-assinado do Acampamento das Associações dos

implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de *instituição* e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação [...]

¹⁶¹ HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária no Banhado do Colégio*. Camaquã. RS. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

¹⁶² ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 154. Pronunciamento de Lauro Leitão (PSD). p. 53, 3ª Reunião da Comissão Extraordinária, em 09/01/62 e p. 87. Pronunciamento de Sereno Chaise (PTB). 4ª Reunião da Comissão Extraordinária, em 10/01/62.

Agricultores sem Terras em Sarandi, datado do mesmo dia, que trazia, entre outras, as assinaturas do secretário estadual da Agricultura, João Caruso, e dos prefeitos de Nonoai, Jair Calixto, Sarandi, Ivo Sprandel, e Passo Fundo, Benoni Rosado, solicitando soluções para o problema dos agricultores sem terra da região. No documento, Caruso informava já ter encaminhado ao governador o projeto de decreto para a desapropriação da Fazenda Sarandi e sua divisão em lotes coloniais que deveriam ser vendidos aos agricultores com taxas reduzidas e pagamentos a longo prazo. Os preços deveriam tomar por base aqueles praticados nas vendas de terras feitas pelo Estado. O decreto de desapropriação da área, o de número 13.034, saiu ainda naquele 13 de janeiro.

A desapropriação estava de acordo com as novas diretrizes adotadas pelo governador em relação às questões sociais, não fossem alguns detalhes que a oposição se encarregou de levantar. Primeiro, os deputados opositoristas questionaram por que o governador resolveu priorizar a desapropriação das referidas terras, o que implicava o gasto de somas significativas, ao invés de colonizar reservas já pertencentes ao Estado.¹⁶³ Lembraram a riqueza da área, onde existiriam reservas de pinheiros nativos, madeiras de lei, área de reflorestamento, campos de criação de gado e granjas, o que tornava a propriedade cobiçada. Depois, pediram explicações quanto ao fato de, sendo a propriedade dividida em três partes – duas delas pertencentes aos proprietários uruguaios e a terceira ao prefeito de Carazinho e correlegionário de Brizola, Ernesto José Anoni – somente os dois terços de Mailhos terem sido alvo de desapropriação.¹⁶⁴ Basearam suas

¹⁶³ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 154. Pronunciamento de Luciano Machado (PSD). p. 149. “Estranho que o senhor governador, antes de colonizar a reserva de 400 colônias do estado situadas em Tenente Portela, na mesma região, entre os rios Guarita e Uruguai; antes de colonizar as 10 léguas da várzea do Taim que desejava entregar a colonos holandeses, quando foi à Europa especialmente para êsse fim; e antes de colonizar outras áreas do domínio público, que já nos pertencem, queira gastar milhões na desapropriação da Fazenda Sarandi, pertencente a cidadãos uriguaiois!” 7ª Reunião da Comissão Extraordinária, em 15/01/62.

¹⁶⁴ Sobre este assunto ver: GEHLEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Porto Alegre (RS): UFRGS, 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Política e Sociologia). p. 130-158. Conforme Gehlen, a área da Sarandi em 1962 correspondia a cerca de metade de sua área original sendo que, desta última, 16 mil hectares haviam sido comprados anteriormente por Anoni. As informações constantes na dissertação, contudo, merecem atenção, uma vez que há dados incorretos. Assim, por exemplo, o autor informa que a fazenda estava localizada no município de Sarandi, e possuía 21.889 hectares, quando, na verdade, a documentação oficial indica que estava localizada em Nonoai, e com área de 24.239 hectares. Gehlen também afirma que o governo do Estado efetuou depósito judicial de Cr\$ 100 mil pela desapropriação, e que em 1964 o governo Meneghetti transformou a desapropriação em amigável, indenizando os proprietários com valor 20 vezes superior ao anteriormente depoistado. A documentação constante nos Anais do Legislativo indica que o depósito inicial, efetuado na gestão Brizola, foi de Cr\$ 63.000.000,00, valor inclusive contestado pela oposição. Ver também: ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 154. Pronunciamentos de José Zachia (PDC) e Henrique Henkin (PTB). Zachia: “Eu estranho que o Governo tenha feito um depósito de Cr\$ 63.000.000,00 [...] Consta ainda que essa Fazenda foi dividida em duas partes, ficando os proprietários com a mais importante, constante de pinheirais, e que o restante tenha sido desapropriado a Cr\$ 60.000,00 o hectare que, na realidade, vale Cr\$ 30.000,00!” Henkin: “...V.

indagações no fato de Ernesto José Anoni ter ajuizado ação contra os proprietários uruguaios que acabou julgada de forma definitiva pelo Superior Tribunal Federal de forma desfavorável ao primeiro poucos meses antes do decreto de desapropriação.¹⁶⁵ O fato motivou o pedido, por parte do deputado Luciano Machado (PSD), de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi autorizada pela presidência do Legislativo, mas acabou não tendo prosseguimento¹⁶⁶. Transcorridos quatro meses do decreto de desapropriação, novas denúncias a respeito da área passaram a ser discutidas no Legislativo. No final de maio, o deputado Arthur Bachini (UDN) solicitou a transcrição aos Anais de um artigo publicado na edição de 18 de maio do *Correio do Povo*, de autoria de H. L. Roesller, integrante da entidade União Protetora da Natureza. No referido artigo, o autor destacava que, mesmo após a desapropriação, seguiu ocorrendo na fazenda a exploração e exportação de madeira, antes que, contudo, os lotes fossem entregues aos agricultores sem terra.¹⁶⁷ Em agosto daquele mesmo ano, outra comunicação chegada ao Legislativo dava conta do que continuou a ocorrer na fazenda após a desapropriação. O deputado Ary Delgado (PSD) relatou o recebimento de um telegrama do Diretório Municipal do PSD de Sarandi no qual os representantes do diretório ‘denunciavam’ a decisão do Igra de transmitir ao administrador da fazenda a determinação para que cessassem os cortes de pinheiro

Exa. estranha que o Governo do estado tenha depositado Cr\$ 63.000.000,00, nos termos da Lei, para proceder a desapropriação das terras. É exatamente o valor calculado na base do imposto que é o primeiro cálculo para efeito de depósito nas questões de desapropriação.” 10ª sessão da Comissão Representativa, em 07/02/62.

¹⁶⁵ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 154. p. 217. 10ª Sessão Extraordinária, em 18/01/62. v. 156. p. 433. Pronunciamento de Paulo Brossard (PL): “Disse que se tratava de uma vingança, porque o General Ernesto José Anoni, Prefeito de Carazinho, queria comprar este imóvel, sendo que o processo, a 4 de agosto de 1961, foi julgado improcedente pelo Superior Tribunal Federal. E os autos do processo, a pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito, foram trazidos a esta Assembléia, onde, inclusive, aparece uma carta que faz referência ao hoje Governador do Estado, sobre assunto da Fazenda Sarandi. 22ª sessão, em 23/05/62. Sobre este assunto ainda, cabe lembrar que a Fazenda Anoni, vizinha à Sarandi, foi, nas décadas seguintes, desapropriada e também invadida por agricultores sem terra, em caso que marcou a história dos movimentos de sem-terra no RS.

¹⁶⁶ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 157. p. 109. Pronunciamento do Paulo Brossard (PL). O deputado lembra da CPI instaurada em janeiro para apurar a desapropriação da Fazenda Sarandi, diz que as férias parlamentares aparentemente impediram o prosseguimento dos trabalhos e solicita a reconstituição da Comissão. 37ª sessão, em 14/06/62.

¹⁶⁷ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. v. 156. p. 433. A confusa situação da desapropriação é evidenciada em aparte do deputado petebista José Vecchio, ocorrido em seguida à leitura do artigo realizada por Bachini. “...devo dizer que fico surpreso porque vejo que ainda não foram distribuídos os lotes coloniais. Todavia, o Secretário da Segurança já avocou a si o direito de distribuir, por conta própria, lotes coloniais na Fazenda Sarandi. Talvez sejam aqueles a quem S. Exa. prometeu que estejam lá. Afinal de contas, isto se tornou um pandemônio não se sabe a que Secretaria está afeto este problema, se à Secretaria da Agricultura, se à secretaria da Segurança e qualquer dia eu também vou lá fazer autorizações.” 22ª sessão, em 23/05/62. Em relação à exploração da madeira no local, cabe assinalar que o Artigo 2º do Decreto 13.034, que determinou a desapropriação, previa que a declaração de utilidade pública compreendia o revestimento florestal da área.

no local, efetuados por três serrarias particulares.¹⁶⁸ Passado mais um mês, as denúncias de corte e exploração irregular de madeira na área continuavam a ocorrer no Legislativo (bem como aquelas que informavam que o número de agricultores a espera dos lotes no local havia diminuído consideravelmente), onde o deputado Paulo Brossard lembrava, inclusive, da pendenga judicial em curso em relação à desapropriação.¹⁶⁹

No início de 1963, quando Brizola já não era mais governador, o deputado Rubens Porciúncula (PTB), durante pronunciamento na Assembléia, pediu que ficasse consignado nos Anais da Casa o recebimento, por parte dos deputados, de exemplares da Planificação e Colonização da Fazenda do Sarandi. “Vê-se, por aí, que essa reforma não foi feita, como se diz, com agitações e sem planificação alguma [...] verifica-se que essa Comissão de Planejamento, constituída por alguns técnicos do Estado, fez um estudo minucioso do assunto.”¹⁷⁰ Em seguida, o parlamentar leu o índice da planificação apresentada que, por si só, indicava mesmo a realização de estudos muito detalhados a respeito da área. Nele estavam inclusos, por exemplo, desde as características do solo, até o modelo de organização dos lotes coloniais, passando pelos estatutos da cooperativa formada, mapas e quadros ilustrativos e programa de rotação de culturas estabelecido, ou seja, um programa bem elaborado e bem acabado sobre a ocupação e utilização da área da fazenda desapropriada. Mas, conforme Eckert¹⁷¹, ao final do governo Brizola apenas 78 lotes haviam sido distribuídos, sendo que 16 deles (com 250 hectares cada) para propriedades de triticultores mecanizados, e 62 do tipo familiar (com área de 25 hectares), o que totaliza a ocupação de 5,5 mil hectares, ou seja, pouco mais de 20% da área desapropriada. Quanto ao número de famílias atendidas, somados os triticultores mecanizados, também ficavam muito aquém da totalidade das que teriam participado da invasão. Na ocasião tanto no Parlamento como

¹⁶⁸ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. v. 160. p. 119-120.

¹⁶⁹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. v. 158. p. 109. Pronunciamento de Paulo Brossard (PL). “Tenho hoje a informar aos Senhores Deputados que, dos milhares de agricultores sem terra [...] restam – ao que estou informado – coisa de uma centena; e desde então, até hoje, isto é, decorridos 5 meses, nada foi feito no sentido de dar uma solução ao problema que, em janeiro, era apresentado aos olhos do público como de urgentíssima urgência. [...] diariamente penetram na ‘Fazenda Sarandi’ caminhões e caminhões, de lá retirando madeira de lei, que é vendida. E não são os chamados agricultores sem terra que estão fazendo isso. [...] atos de pilhagem estão sendo praticados contra aquela propriedade que, se for desapropriada pelo Estado efetivamente, - digo se for porque o decreto de desapropriação foi nulo, ao que se sabe, a ação de desapropriação foi julgada nula pelo Juiz de Direito da Comarca de Sarandi – se for efetivada essa desapropriação e aquela fazenda for incorporada, [...], ao patrimônio do Estado, sê-lo-á com uma diminuição considerável no seu valor...” 37ª sessão, em 14/06/62. Sobre este assunto: o primeiro ato de desapropriação foi revogado judicialmente devido à indeterminação dos limites da propriedade mencionada e por isso houve novo ato desapropriatório, em novembro de 1962.

¹⁷⁰ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 164. Pronunciamento de Rubens Porciúncula (PTB). 2ª sessão da Comissão Representativa, em 07/02/63.

¹⁷¹ ECKERT, Córdula. op. cit. p. 110.

no Executivo as informações eram de que pelo menos 1,3 mil agricultores haviam ocupado a Sarandi.

As afirmações, contudo, receberam um aparte do deputado Amaral de Souza (PSD). Segundo este último, apesar dos detalhes constantes no documento, de fato a fazenda se encontrava abandonada, com umas poucas famílias trabalhando.¹⁷² Porciúncula respondeu ao aparte lembrando da polêmica jurídica de que a desapropriação foi alvo e justificando com esta polêmica, associada aos estudos criteriosos necessários para a implantação das famílias na área, a não conclusão do programa durante a gestão Brizola. Ao fazer isso, admite, mesmo que indiretamente, e utilizando-se inclusive de certa malícia – “Era, natural, portanto, que a planificação continuasse, e faço votos que realmente prossiga no atual governo. Não havia, portanto, uma preocupação eleitoreira” – que a situação na fazenda não era aquela constante no documento. Transcorridos poucos dias, o deputado Amaral de Souza voltava ao assunto, relatando irregularidades quanto à posse dos lotes na Sarandi, a falta de fiscalização e o exercício de atividades ilícitas, que começariam a ser examinadas pelo governo recém empossado.¹⁷³

¹⁷² ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 164. O índice lido pelo deputado Rubens Porciúncula incluía os seguintes pontos: Introdução; Levantamento; Aspectos Geofísicos e Climáticos; Situação; Área; Clima; Topografia; Hidrografia; Solo e vegetação natural; Aspectos agrônômicos; Aspectos econômicos; Armazenagem; Transportes; Mercados; Estrutura e administração da Colônia; Estrutura; Lote colonial; Núcleo; Sede do núcleo; Sede central da Colônia; Administração; Órgãos consultivos; Comitês de núcleo; Conselho da comunidade; Órgão executor; Administrador; Serviços assistenciais; Cooperativismo; ESTATUTOS DA COOPERATIVA AGRÁRIA “SARANDI” LTDA.; Da denominação, sede, área de ação e duração da sociedade; Da formação, limites e movimentação do capital social; Dos objetivos sociais da cooperativa; Secção de colonização; Secção de compras em comum; Secção de vendas em comum; Secção de consumo; Secção de p. serviços; Dos associados, seus direitos, deveres e responsabilidades; Dos órgãos da administração e fiscalização; Das sobras, sua divisão e dos fundos sociais; Das disposições gerais; Das disposições transitórias; PLANO DA ORGANIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO LOTE COLONIAL; Introdução; Organização e operação do lote colonial; sistema de exploração; agricultura; Características principais do solo; Uso atual e capacidade de uso; Fertilidade. Controle à erosão; Programa de rotação. Seleção de culturas. Área. Estimativas de produção; Aspectos fitossanitários; Produção animal; Programa de desenvolvimento das criações; Suinocultura a) raças, b) sistema de criação, c) alimentação, d) estimativa da produção; Gado Leiteiro a) programa de desenvolvimento do rebanho de vacas, b) alimentação; Emprego da mão-de-obra. Tração, Máquinas, Implementos e Utensílios. A) tração, b) máquinas e implementos, c) equipamentos e utensílios; Divisão e organização internas do lote colonial; Forma; Divisão interna. Cercas. Comunicações. Instalações. Veículos; Recomendações; Área florestal; Admissão de colonos; Cadastro; Análise financeira. Plano de financiamento e reembolso. MAPAS E QUADROS ILUSTRATIVOS; Localização do município de Sarandi; Localização da Fazenda Sarandi; Mapa da Fazenda Sarandi; Organograma da comunidade da colônia Sarandi; Programa de rotação das culturas principais; Planilha de atividades agrícolas (1º ano); Planilha das atividades agrícolas (2º ano e subsequentes); Culturas principais – produção e destino dos produtos; Resumo dos principais tratamentos fitossanitários; Estimativa da produção suinícola; Esquema de desenvolvimento da suinocultura; Estimativa da produção leiteira; Esquema do desenvolvimento do rebanho leiteiro; Resumo das necessidades de mão-de-obra por superfície unitária de cultura e por tarefa; Gráfico da distribuição mensal das necessidades de mão-de-obra para a execução do plano; Plantas esquemáticas das principais instalações (pocilga e estábulo). 2ª sessão da Comissão Representativa, em 07/02/63.

¹⁷³ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 164. p. 51. Pronunciamento de Amaral de Souza (PSD). O pronunciamento também traz esclarecimentos a respeito da questão abordada acima, sobre a distribuição de 16

3.1.3 O BANHADO DO COLÉGIO E OS ENFRENTAMENTOS FINAIS

Em relação à desapropriação das áreas do Banhado do Colégio, em Camaquã, as referências existentes nos Anais do Legislativo são bem mais escassas e não há manifestações tão divergentes como no caso da Fazenda Sarandi. As tratativas sobre a desapropriação na área do Banhado do Colégio já existiam na década de 50 e tiveram início a partir dos debates a respeito da necessidade de construção de uma barragem no arroio Duro e da posterior drenagem do Banhado. Em 27 de agosto de 1953, por meio do Decreto nº 4.137, o então governador Ernesto Dornelles (PTB) declarou de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 48.523 hectares na região. De acordo com o decreto, a desapropriação aconteceria para viabilizar obras de saneamento e também planos de colonização. Nem Dornelles e nem Ildo Meneghetti, em sua primeira administração, que se estendeu de 1955 e 1958, levaram adiante o processo de desapropriação. Em 1960 o governador Leonel Brizola reeditou o decreto da gestão Dornelles, por meio de um segundo, o de nº 11.106, de 5 de janeiro daquele ano. E, em 30 de janeiro de 1962 – depois que cerca de dois mil agricultores acamparam nas imediações do canal de drenagem –, por meio de um outro decreto, o de nº 13.070, determinou urgência na desapropriação. É neste último documento que fica claro que os bens objeto da desapropriação seriam aproveitados para planos especiais de colonização nos termos do artigo 174 da Constituição Estadual, apesar de que, por ele, a área desapropriada foi reduzida de 48.523 hectares para 19.106 hectares.¹⁷⁴ O assentamento das primeiras famílias (pouco mais de 100) ocorreu alguns meses depois, em junho, e o governo acabou por negociar com parte dos proprietários a redução da área desapropriada para 10 mil hectares. As pendengas judiciais envolvendo a área, contudo, se estenderam até 1971 sendo que, ao final, foram desapropriados, no total, 4.174 hectares.

lotes (com 250 hectares cada) a tricultores mecanizados. “...o Governo passado, sem estarem discriminadas as áreas de 250 hectares, colocou, assim, de uma maneira apressada, os interessados, que passaram a invadir as áreas quase que por conta própria, inclusive as ocupadas por arrendatários que há mais de vinte anos vêm plantando na Fazenda [...] Cabe ao Governo verificar, investigar este tipo de lavoura mecanizada, distribuindo 250 hectares a granjeiros, a maior parte dos quais vinda de Carazinho, o que representa uma coincidência muito suspeita. O lavoureiro que lá vai explorar 250 hectares deve ter no mínimo um trator, que custa mais de Cr\$ 3.000.000,00. 4ª sessão da Comissão Representativa, em 14/02/63.

¹⁷⁴ Um histórico minucioso a respeito da desapropriação na área do Banhado do Colégio foi feito por HARRES, Marluza Marques. op. cit.

Mais uma vez, a partir do exposto acima, é possível relativizar as ações do governo de Leonel Brizola também quando o assunto é a instituição de um projeto de reforma agrária. Além da pulverização de órgãos responsáveis pelos projetos e do fato de que a maior parte das medidas legais referentes ao tema foi adotada no final do governo, os casos compreendem uma série de variáveis, que apontam para a existência de disputas e alianças políticas, diferenças importantes entre as ações previstas na documentação e as efetivadas e teorização de projetos sem as condições adequadas para que fossem colocados em prática. A análise da documentação aponta para a existência de um grande número de decretos, determinações, estudos, planejamentos, cronogramas, como de resto é possível observar em várias áreas do governo, mas que acabam sem aplicação prática ou por incompatibilidade de recursos, ou porque possuem brechas legais que os inviabilizam ou porque não estão de acordo com características do setor no qual pretendem introduzir mudanças ou porque, e esta possibilidade precisa ser considerada, o discurso pró-reforma agrária se constituísse em fator importante de aglutinação de parte do eleitorado, o que não significa que o tema, em si, fosse uma prioridade de governo, mesmo no seu final.

As dimensões que, por exemplo, tomaram nos anos seguintes as duas ações de desapropriações citadas – tanto em estudos sobre o tema, como nas manifestações de lideranças políticas vinculadas aos movimentos de reivindicação de terras, no sentido de que teriam funcionado como um marco no estabelecimento de um projeto de alteração da estrutura fundiária no Estado, parecem ter sido ampliadas quando levados em conta os resultados obtidos. De fato, resultaram no assentamento, durante a gestão Brizola, de menos de 200 famílias de agricultores em projetos de colonização que foram alvo de pendengas judiciais que extrapolaram em muito os limites temporais do governo e que permitem que se questione as negociações efetivadas com proprietários de terras. As considerações de Pierre Bourdieu a respeito dos campos políticos e de suas implicações, e do fato de os próprios campos serem compostos por grupos e interesses internos que, por sua vez, dependem também de uma ligação a interesses externos como forma de obterem legitimação, ajudam a explicar estas nuances.¹⁷⁵

¹⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 172-179. O autor lembra que “O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições, nem nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções.”

A discussão sobre as tomadas de posição e sobre seu sentido relativo é importante porque foi o que aconteceu no final da gestão de Brizola em relação à reforma agrária. O governo, por meio da adoção de uma série de mecanismos legais, parece ter tomado uma posição bem definida, e sob certos aspectos, já abordados, conveniente, em relação ao problema envolvendo uma alteração da estrutura fundiária no Estado. Esta posição, se levados em conta apenas os projetos e não seus efeitos, era favorável aos agricultores sem terra e contrária aos interesses dos grandes proprietários e, tomando por base as considerações de Bourdieu, tinha um objetivo, que era o de marcar uma determinada posição, mesmo que muito mais no discurso, e obter os dividendos políticos dela resultantes, bem como estabelecer suas diferenças em relação a outros segmentos do campo político.

Neste sentido, da tomada de posição e do quanto ela pode ser relativizada, cabe como exemplo o próprio decreto de instituição dos Projetos de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social (Prade). O parágrafo único do Artigo 7º do decreto permitia que em terras ofertadas por particulares para que o poder público implementasse projetos de reforma agrária os proprietários indicassem até a metade dos futuros ocupantes dos lotes, dando preferência àqueles que já tivessem trabalhado em suas propriedades. A possibilidade aberta pelo governo, chefiado pelo mesmo político que fazia declarações inflamadas em defesa da reforma agrária, no sentido de que os proprietários continuassem a manter o domínio sobre as antigas terras e funcionários é evidente. Harres, que considera que as providências e encaminhamentos tomados pelo governo de Brizola indicam “fundamentalmente a tentativa de por em funcionamento estratégias de compatibilização de interesses”¹⁷⁶, quando aborda a possibilidade aberta pelo decreto, avalia:

Isso significava colocar nas mãos dos proprietários mecanismos de atrelamento e reprodução da dependência em relação aos possíveis assentados. Não podemos deixar de conjeturar sobre as possibilidades abertas por este dispositivo, o qual deveria servir como atrativo, pois o proprietário poderia estabelecer seus agregados, posteiros ou outro tipo de empregado nas proximidades de suas terras, servindo inclusive para a instalação da mão-de-obra temporária, cujo emprego é bastante comum em alguns setores agrícolas do estado. Sem dúvida essa possibilidade aberta pelo programa de reforma agrária do governo é reveladora do traço de ambigüidade presente na gestão da questão agrária gaúcha.¹⁷⁷

¹⁷⁶ HARRES, Marluza Marques. op. cit. p. 114.

¹⁷⁷ Ibid. p. 122.

Ao adotar práticas que eram de enfrentamento direto quanto aos interesses de setores produtivos já organizados e, ao mesmo tempo, aparentemente estar disposto a implementar sugestões que estes setores tivessem para encaminhar a questão, como fez com a Farsul¹⁷⁸, o governo gerou mais desconfianças, sem contudo solucionar o problema que estava na base das discussões. Neste caso, não é possível acreditar que o governo estivesse seguindo a doutrina trabalhista de Pasqualini, cujo mote era a colaboração entre as classes, e pretendesse, de fato, uma “integração dos grandes proprietários ao programa de reforma agrária”.¹⁷⁹ Se fosse assim, a tentativa seria de negociação e não do incremento de ações que deveriam beneficiar apenas aos agricultores a medida em que o governo chegava ao fim.

As ações parecem ser mais no sentido de realmente tensionar posições, e as manifestações públicas por vezes até agressivas de Brizola também. A questão em aberto, e que este trabalho não soluciona, é se ele tomou uma posição ineficiente, acreditando que ela viria a beneficiá-lo, pois ia de encontro a reivindicações de parcelas bem significativas da população – e, neste sentido, não podem ser desconsideradas suas pretensões de chegar à presidência da República após os episódios da Legalidade – ou se a sua tomada de posição era inequívoca, com o objetivo de que os tensionamentos chegassem a tal ponto que, como já abordado em capítulo anterior, ele se apresentasse como a alternativa política forte capaz de solucioná-los. Em ambas as possibilidades, também não é possível considerar o argumento do marco, utilizado por parlamentares petebistas à época, de que o objetivo do governo era lançar as bases necessárias para a instituição da reforma agrária. A justificativa, da qual representantes de partidos políticos lançam mão em variadas situações, é inadmissível dentro da argumentação usada neste trabalho. Dentro do jogo político, as ações priorizadas pelos agentes, via de regra, não são aquelas das quais poderão seus opositores, que muitas vezes os sucedem, virem a obter dividendos eleitorais.

¹⁷⁸ Sobre este assunto ver: ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 154. p.104-110. Pronunciamento de Poty Medeiros (UDN), com transcrição de documento da Farsul assinado pelo presidente da entidade, Antonio Saint Pastous, e endereçado ao governador com sugestões de como deveria ser realizada a reforma agrária, após discussões prévias mantidas entre os ruralistas e o governo. 14ª sessão da Comissão Representativa, em 21/02/62. Ver também: HARRES, Marluza Marques. op. cit. p. 152-160.

¹⁷⁹ HARRES, Marluza Marques. op. cit. p. 110-114.

3.2 ESTATIZAÇÕES DE MULTINACIONAIS

Neste item serão analisados os dois processos de encampações de serviços de empresas multinacionais realizados durante o governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Bem no início de sua gestão, o governador determinou a encampação dos serviços de distribuição de energia elétrica em Porto Alegre e Canoas, então sob a responsabilidade da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (Ceerg), subsidiária da multinacional norte-americana Bond and Share, empresa pertencente à American & Foreign Power (Amforp). E, no último ano de governo, dentro de um contexto político bem mais acirrado, foram encampados os serviços da Companhia Telefônica Nacional (CTN), subsidiária da norte-americana International Telegraph and Telephone (ITT).

Da mesma forma que nos capítulos anteriores, serão abordados aspectos dos processos que apontam para uma diversidade de negociações, interesses e reivindicações envolvendo não apenas agentes políticos partidários, mas também outros segmentos sociais, e que resultaram nas ações de encampação. O que se pretende demonstrar é que as estatizações das duas subsidiárias de companhias multinacionais não se trataram de ações isoladas do governo ou do PTB que tivessem por base unicamente uma ideologia nacionalista ou que pudesse ser considerada nos termos defesa da soberania nacional X interesses do capital internacional.

Mas neste caso em particular, ao contrário do que foi feito nos capítulos anteriores, não será realizada uma abordagem que tome por base os investimentos totais realizados nas duas áreas envolvidas, a saber, Energia e Comunicações. Isto porque não está sendo considerada aqui uma análise ampla dos dois setores, mas sim apenas tomados os dois casos específicos das ações de encampações. Tal avaliação se justifica no sentido de que as encampações, muito mais do que os investimentos globais em energia e telecomunicações, e assim como a política de reforma agrária, ou, aí sim, os investimentos na área de educação, ajudaram a que se consolidasse uma determinada imagem a respeito do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Esta imagem, mitificada sob certos aspectos, foi abordada no primeiro capítulo deste trabalho, e dá conta de um governo dinâmico, de ruptura com as estruturas vigentes e enfrentamento aos setores que contribuiriam para emperrar o desenvolvimento do Estado, e que teria priorizado políticas de

desenvolvimento humano e social aliadas a pesados investimentos em infra-estrutura e modernização da matriz produtiva.

Estes esclarecimentos se fazem necessários porque dentro do contexto político da época, que incluía, em um passado então recente, todo o processo de disputas e criação da Petrobras durante o governo de Vargas, do qual Brizola se dizia herdeiro político, haviam ficado evidentes as diferenças entre os modelos de desenvolvimento defendidos pelos diversos segmentos econômicos e políticos¹⁸⁰. Estas diferenças, via de regra, eram vistas de forma muito simplificada dentro do contexto de acirramento de posições que se intensificou no final da década de 50. Estariam, sob esta ótica, divididas em duas vertentes: uma, nacionalista radical, que muitas vezes seria defendida também pelos comunistas, e na qual o capital internacional, principalmente norte-americano, seria considerado como explorador do nacional; outra, liberal, que previa, dentro do contexto de Guerra Fria, o alinhamento ao bloco Ocidental e um desenvolvimento associado justamente ao capital internacional e as conseqüências daí advindas.

Quando consideradas desta forma, como chegou a acontecer no período pós-golpe militar, as ações de encampação promovidas durante o governo Brizola estariam vinculadas à primeira posição, nacionalista radical, e de enfrentamento direto aos interesses do capital estrangeiro, cujo objetivo seria a exploração dos recursos nacionais. Só que, quando confrontada com as políticas adotadas pelos governos ou pela trajetória de sujeitos políticos – são exemplos a ambigüidade presente no segundo governo de Vargas¹⁸¹, as políticas de associação ao capital internacional vinculadas à intervenção do Estado em setores estratégicos características dos governo militares¹⁸²

¹⁸⁰ Sobre este assunto ver: MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. p. 15-37. O autor faz um histórico breve, mas bem acurado, a respeito das posições existentes entre as décadas de 40 e 60 que, grosso modo, podem ser englobadas na divisão, simplista, a respeito dos modelos de desenvolvimento, que coloca ‘liberais entreguistas’ em oposição a ‘nacionalistas’, para, a partir das mesmas, destacar que, no âmbito de ambas existiam diversas subdivisões e lembrar, inclusive, da alternativa defendida pelos militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), que associava afluxo de capital externo com intervenção do Estado em setores estratégicos da economia.

¹⁸¹ Sobre este assunto, a bibliografia é farta. Entre as obras de referência estão: D’ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas (1951 – 1954): democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção 1906 – 1954*. São Paulo: Brasiliense, 1987. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Editora Saga, s/d. VIANNA, Sérgio. *Política econômica e segundo governo Vargas (1951 – 1954)*. Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Internacionais, Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

¹⁸² Ver: SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967. SIMONSEN, Mario Henrique. *O modelo brasileiro de desenvolvimento*. In: CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

ou a própria atuação do líder comunista Luis Carlos Prestes¹⁸³ – esta divisão em dois campos (ou modelos), não se sustenta. Este é um dos motivos porque não é possível dizer que o governador Leonel Brizola, com as encampações, estivesse, unicamente, defendendo um modelo bem específico de desenvolvimento em oposição a outro, igual ou tão específico quanto.

Da mesma forma, não é possível tomar por base apenas declarações do próprio Brizola para os desdobramentos decorrentes dos dois processos de encampação, que foram longos, sob o risco de que a análise fique comprometida, uma vez que, por razões evidentes, e inerentes ao jogo político, sua tendência era a de ficar com as benesses dos procedimentos e transferir conseqüências ou resultados desfavoráveis para opositores políticos ou outras esferas de governo. O governador, por exemplo, acusava o governo federal (então sob o comando de Juscelino Kubitschek) de impor mais restrições ao Rio Grande do Sul após a encampação da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (Ceerg), efetivada em 1959, e destacava que, após o processo, o Estado havia baixado os valores das tarifas de energia, quando, na verdade, estes valores foram alvo de uma série de questionamentos, no Parlamento e fora dele. Conforme a documentação do Legislativo, a partir de 1º de agosto de 1959 as tarifas haviam sido reduzidas em até Cr\$ 0,42 por KW e congeladas pelo prazo de dois anos. A partir de 1961, contudo, teriam ocorrido diversos aumentos.¹⁸⁴ Em 11 de maio de 1959, por meio do Decreto de número 10.466¹⁸⁵, Brizola determinou a desapropriação da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (Ceerg), subsidiária da multinacional norte-americana Bond and Share – que, por sua vez, era uma empresa da

¹⁸³ Não raro, o líder comunista, ao invés de ser tido como nacionalista, era apontado pelos opositores políticos de ‘entreguista’, ‘vendilhão dos interesses da Pátria’ e submisso aos interesses internacionais da União Soviética, conforme indicado fartamente na documentação pesquisada nos Anais do Legislativo. A este respeito, de que a defesa de bandeiras nacionalistas foi feita tanto por liberais/democratas como por comunistas, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

¹⁸⁴ A versão de Brizola sobre os processos pode ser encontrada em BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. E também em OLIVEIRA, Franklin de. *Rio Grande do Sul: um novo nordeste, o desenvolvimento econômico e as disparidades regionais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961. A questão dos valores das tarifas de energia elétrica, contudo, ao contrário do que afirmava o governador, foi alvo de polêmicas no Legislativo. Ver: ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 140. p. 293. Discurso de Ariosto Jaeger (PSD). 65ª sessão, em 24/08/60. v. 137. p. 258. Pronunciamento de Guilherme do Valle (PTB). “Outro ato a ser assinalado e decorrente da encampação, relaciona-se com a redução das tarifas de terminada pela Secretaria de Energia e Comunicações a partir de 1º de agosto do ano passado, até um total de 42 centavos por KW. A tarifa reduzida foi congelada por um prazo de dois anos.” 16ª sessão, em 13/05/60. v. 154. p. 106. Pronunciamento de Paulo Brossard (PL), com transcrição de editorial do jornal Folha da Tarde, no qual é abordado o aumento de 10% nas tarifas de energia elétrica, anunciado em janeiro de 1962, depois de, no ano anterior, o preço do quilovate ter sido elevado em 58% e, também, provocado uma série de discussões no Legislativo. 5ª sessão, em 11/01/62.

¹⁸⁵ RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 10.466, de 11 de maio de 1959. Encampa contratos de concessão e declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os bens aplicados pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense nos serviços de eletricidade de Porto Alegre e Canoas. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*.

American & Foreign Power (Amforp) – e seus serviços em Porto Alegre e Canoas foram encampados pela Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE). À época, a CEEE já respondia pela geração de energia no Estado e a Ceeerg pela distribuição na Capital e em Canoas. Após a encampação, a CEEE assumiu também a distribuição e, posteriormente, foi transformada em empresa de economia mista. A encampação foi justificada por dois aspectos básicos: a companhia não fornecia serviços de qualidade e auferia lucros muito acima dos estabelecidos. Imediatamente após a encampação, uma sentença judicial endossou a operação, concedendo a imissão de posse dos bens da subsidiária por parte da CEEE.¹⁸⁶

A Companhia Telefônica Nacional (CTN), subsidiária de outra empresa multinacional norte-americana, a International Telegraph and Telephone (ITT) foi desapropriada pelo Decreto de número 13.186, de 16 de fevereiro de 1962.¹⁸⁷ Pelo documento, a companhia teve cassada sua autorização e os bens situados no Rio Grande do Sul declarados de utilidade pública para fins de desapropriação. Os argumentos utilizados para o ato também eram amplamente conhecidos e incluíam, principalmente, a precariedade dos serviços oferecidos e também da forma de exploração dos mesmos, sem a existência de um contrato, a tendência de piora dos serviços

¹⁸⁶ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 128. p. 136-137. Pronunciamento de Justino Quintana (PTB), informando aos demais parlamentares que, no dia anterior, o secretário de Energia e Comunicações, deputado Wilson Vargas, de posse de mandado judicial e de autorização para realizar o depósito para imissão nos bens da subsidiária, havia retirado do Banco do Rio Grande do Sul a quantia de Cr\$ 20.000.000,00 (arbitrada pelo juiz) e a depositado na Caixa Econômica Federal. Em seguida, pede a transcrição aos Anais da sentença proferida pelo juiz Paulo Beck Machado. “1. Calçada no decreto estadual 10.466, de 11 do corrente [...], a Comissão de Energia Elétrica intenta na presente ação de desapropriação dos bens da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense, solicitando seja, initio litis, imitada da respectiva posse.

Alega a desapropriante que, ante o tombamento procedido, se verificou que a R., na exploração do fornecimento de luz, força e gás, às cidades de Porto Alegre e Canoas, obtiveram lucros excessivos, posto que lhe dando a Lei uma margem de 10% sobre o investimento, aqueles lucros superaram, em muito tal percentagem; que, ante isso, o preço da indenização deveria ser compensado com o excesso; que, sendo esse excesso superior ao valor dos bens, a imissão deveria ser ordenada independente de qualquer depósito prévio [...] não só o tombamento como a atitude da comissão respectiva e as conclusões a que, então, chegou, não sofreram qualquer impugnação por parte da ora R. [...] Nessas condições, fica patente que a R. teve ciência do que fora feito, deixando escoar-se o prazo para conseguir alguma modificação no apurado. Mau grado tudo isso, admita-se que o ‘excesso de lucros’ apurado pela comissão de tombamento ainda é passível de discussão não constituindo, portanto, parcela certa [...], o saldo da ‘conta de resultados a compensar’ a ser verificado e que, pela comissão de tombamento, foi calculado em trezentos e setenta e dois milhões cento e noventa e sete mil quinhentos e dez cruzeiros (Cr\$ 372.197.510,00), importância muito superior ao valor dos bens desapropriados que, pela mesma comissão, foram estimados em cento e oitenta milhões trezentos e dezesseis mil e trinta e seis cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 180.316.036,60). [...] 7. Por isso tudo, considerando que, nas hipóteses de solicitação de imissão provisória na posse de bens desapropriados, o juiz fixa a importância do depósito, independente de avaliação [...] arbitro em vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000,00) a importância do depósito feito pela autora para que seja imitada na posse dos bens da desapropriada ...” 62ª sessão, em 13/05/59.

¹⁸⁷ RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 13.186, de 16 de fevereiro de 1962. Cassa autorização utilizada pela Companhia Telefônica Nacional (Subsidiária local da “International Telephone and Telegraph Corporation”) e declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, bens à mesma pertencentes, situados no Rio Grande do Sul. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*.

mesmo com aumento de tarifas e a falta de acordo quanto à participação da CTN na formação da recém-criada Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT).¹⁸⁸

É evidente que, no período, os Estados Unidos não viam com bons olhos nem a nacionalização de subsidiárias de suas empresas e nem mesmo a Leonel Brizola, como já foi exposto em vários outros trabalhos,¹⁸⁹ e isso não apenas devido a questões políticas, mas também econômicas. Tanto, que as duas encampações foram questionadas e negociadas entre os governos dos dois países, inclusive no decorrer do período em que João Goulart esteve à frente do Executivo. Mas sob uma ótica mais simplificada, portanto, e retomando a argumentação anterior, as encampações desagradariam tanto aos Estados Unidos como às forças sociais nacionais empenhadas em um alinhamento com o bloco liderado pela nação norte-americana. Sendo assim, os dois processos teriam contribuído para o acirramento de posições dentro do país, como símbolo, e exemplo, do que poderia vir a acontecer caso uma ideologia contrária à do bloco desenvolvimentista/capitalista/progressista viesse a se firmar no domínio do Estado.

3.2.1 O LONGO PERCURSO DA ENCAMPAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA

Analisando primeiramente o caso da estatização da Ceerg, com base na documentação contida nos Anais da Assembléia Legislativa e também em alguns trabalhos que tratam sobre o tema, é possível dizer, porém, que a encampação realizada pelo governo Brizola na área de energia elétrica era esperada e defendida pela maioria dos parlamentares e também pelos consumidores, uma vez que as irregularidades cometidas pela subsidiária seriam flagrantes e que os serviços deixariam muito a desejar. Ao contrário das iniciativas referentes ao processo de reforma agrária que, mesmo com resultados muito aquém dos anunciados, serviam como argumentação para que a oposição fizesse a Brizola uma série de acusações no sentido de que este quisesse desestabilizar a ordem vigente. A encampação da Ceerg, se depois ajudou a

¹⁸⁸ A instituição da CRT havia sido autorizada por meio da Lei nº 4.073, de 20 de dezembro de 1960, a partir do Projeto de Lei 157/60.

¹⁸⁹ Ver: MIR, Luís. *A revolução impossível*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994. RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul – 1945/1954*. Passo Fundo: UPF, 2003. SKIDMORE, Thomas. op. cit.

consolidar a imagem de Brizola como um líder popular, ou mesmo com inclinações comunistas, na época não parece ter sido vista desta forma. Até porque, então há vários anos o governo federal vinha estabelecendo o que eram consideradas as diretrizes necessárias para o setor elétrico e, entre elas, encontravam-se vários mecanismos que visavam conter a atuação de empresas multinacionais, ao mesmo tempo em que era construído um projeto de um Plano Nacional de Eletrificação.¹⁹⁰

Em 1958, ano da eleição de Brizola ao governo do Estado, o principal defensor no Parlamento gaúcho da encampação da subsidiária norte-americana não integrava o PTB. Era o deputado Cândido Norberto (PSB), que apoiava a candidatura de Peracchi Barcellos (PSD) ao governo do Estado. Em seus pronunciamentos pós-eleição, Norberto frisava o empenho do governo anterior, chefiado por Ildo Meneghetti, para encampar a Ceerg, o que estaria sendo impedido pelo governo federal:

Pergunta-se, então, e com muito mais razão, por que mesmo assim o Governo Juscelino-Jango não entregou, como se impõe, ao Governo do Estado o processo de encampação? Por que? Se todo o Rio Grande quer, se o Executivo Rio-Grandense tudo fez, se a Casa Legislativa do Rio Grande, pela sua absoluta maioria, deseja a encampação, por que é que o Governo Juscelino-Jango nega-se obstinadamente a permitir que o Rio Grande do Sul tome os serviços de energia elétrica em Porto Alegre e Canoas?¹⁹¹

¹⁹⁰ Sobre este assunto ver: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. *Aspectos legais da energia elétrica (legislação constitucional e ordinária – Código de Águas e leis subseqüentes)*. Anotações de Anon Butler Maciel (Chefe do gabinete do Ministro da Justiça). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, s/d.

¹⁹¹ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXI. p. 124-125. Pronunciamentos de Manoel Braga Gastal (PL) e de Cândido Norberto (PSB). 97ª sessão, em 10/09/58. Ver também: VOLUME 120. p. 393-394. Pronunciamento de Cândido Norberto. “O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, a quem compete dar parecer a conveniência e oportunidade dessa encampação, desde começos de maio deste ano está de posse de todos os elementos necessários ao seu pronunciamento. A Comissão Estadual de Energia Elétrica pleiteara em abril do ano passado a encampação dos serviços de eletricidade da CEERG existentes em Canoas e a restrição da zona concedida à mesma concessionária em Porto Alegre; **diante de sugestão emanada do próprio CNAEE**, terminou por optar pela encampação também nesta capital. Em junho deste ano, uma comissão pluripartidária, formada no seio da Assembléia Legislativa, teve a oportunidade de transmitir à Presidência da República o seu apelo no sentido da imediata solução do caso.

Sabe-se, agora, que o Sr. Presidente da República, ao mesmo tempo em que prometia aos parlamentares rio-grandenses providenciar na últimação sem demora do processo de encampação, determinou à direção do C.N.A.E.E. adiasse por prazo indeterminado a solução da encampação, cujo ato final já estava à vista. [...] Não há certamente, no acervo da herança de Getúlio Vargas, reivindicação mais nacionalista do que a encampação da CEERG, precisamente porque o falecido Presidente, na data de 29 de outubro de 1945, autorizava a medida pelo decreto nº 19.896, fazendo-a depender tão somente de prévio parecer do CNAEE sobre a sua conveniência e oportunidade.” 85ª sessão, em 26/08/58.

A atitude do governo federal era destacada ainda pelo deputado Manoel Braga Gastal (PL), que acusava o presidente Juscelino Kubitschek de tentar beneficiar a iniciativa privada. “...a encampação da energia elétrica no Rio Grande do Sul está sendo trancada, está sendo retardada, está sendo sonegada nos escaninhos do Palácio do Catete.” Ambos referiam-se ao fato de a encampação ter sido pleiteada em abril de 1957 pela CEEE junto ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Cnaee), a quem competia emitir parecer sobre a encampação, e de ter sido solicitada por uma comissão pluripartidária da Assembléia Legislativa em junho de 1958 junto à própria presidência da República.¹⁹² No período, que antecedia as eleições para o governo do Estado, disputadas e vencidas por Brizola, o tema da encampação e as trocas de acusações envolvendo o assunto eram constantes. Tanto que os deputados da Frente Democrática (a coligação formada pelo PSD, UDN e PL) acusavam o então candidato petebista de ter se comprometido, para firmar a aliança com os integralistas do PRP, a ter assinado um documento no qual garantiria a privatização de serviços públicos caso fosse eleito. O mesmo argumento era utilizado pelos petebistas contra os dirigentes da Frente Democrática.¹⁹³

A unanimidade em torno da necessidade da encampação dos serviços fornecidos pela Ceerg é exposta também por Gunter Axt, em seu trabalho a respeito do desenvolvimento da indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul.¹⁹⁴ Na verdade, ao realizar um histórico a respeito desta indústria no Estado, Axt acaba por recuperar todos os pleitos existentes a respeito da necessidade da encampação, apontando, também, para o quanto os representantes dos partidos políticos se engajavam em maior ou menor grau nas reivindicações, de acordo com sua estada ou não à frente do Executivo. O trecho transcrito a seguir é, em particular, exemplar, devido ao seu significado para a argumentação defendida neste trabalho. Isto porque o mesmo Brizola que em 1949 cobrava, em relação aos investimentos governamentais feitos no setor de energia elétrica, uma maior fiscalização por parte do Legislativo e rigor na emissão de títulos públicos, ainda antes de assumir o governo, em 1958, conseguiu na Assembléia a aprovação de um Plano de Obras que lhe dava tanto abertura para emitir apólices e com elas arrecadar recursos destinados a

¹⁹² ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 120. p. 392-396. Discurso de Cândido Norberto (PSB). 85ª sessão, em 26/08/58.

¹⁹³ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. CXXI. P. 125. Pronunciamentos de Cândido Norberto (PSB) e Mariano Beck (PTB). 97ª sessão, em 10/09/58.

¹⁹⁴ AXT, Gunter. *A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul: dos primórdios à formação da empresa pública (1887 – 1959)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

investimentos como liberdade a respeito de como direcionar os investimentos, sem maiores restrições por parte do Poder Legislativo.

A escalada do endividamento do Estado em função do Plano de Eletrificação provocou alguns questionamentos na Assembléia Legislativa. Em 1949, o então deputado estadual pelo PTB, Leonel Brizola, pretendia disciplinar o lançamento de apólices. Além disso, observava que os empréstimos contratados para o Plano poderiam perturbar a normalidade das finanças estaduais, pois o Tesouro do Estado não dispunha de recursos nem tampouco de garantias. O deputado não opunha-se ao Plano de Eletrificação, mas propunha maior fiscalização e controle da Assembléia sobre o mesmo, para que este órgão pudesse eleger os investimentos prioritários.¹⁹⁵

De fato, os debates a respeito dos lucros que as empresas concessionárias de energia elétrica obtinham e sobre a qualidade dos serviços oferecidos remontavam a pelo menos três décadas antes do que quando houve a encampação da Ceerg, em 1959.¹⁹⁶ A companhia, fundada em 1923 no Rio de Janeiro, em 1925 já detinha o controle da Fiat Lux e da Cia. Força e Luz Porto Alegre, na época as duas maiores empresas de energia elétrica do Estado. Em 1928, a Companhia Brasileira de Força Elétrica (CBFE), subsidiária da Electric Bond and Share (do grupo Amforp), adquiriu as instalações da Ceerg em Porto Alegre. Mas desde o início do século a intervenção pública no setor elétrico era defendida por diversos políticos, mesmo que, por vezes, figuras como Getúlio Vargas adotassem uma posição ambígua em relação à defesa dos interesses das empresas multinacionais.¹⁹⁷

Quanto à regulamentação do setor, até o final da década de 30 coube à Secretaria de Obras Públicas do Estado. Foi também nesta época que o esgotamento do parque gerador e suas conseqüências, como os constantes racionamentos que atingiam a população e a impossibilidade de expansão de negócios, acabaram por resultar em algumas iniciativas por parte do poder público, como a criação da Diretoria de Eletricidade e Forças Hidráulicas da Secretaria de Obras Públicas, instituída em 1939. Pouco tempo depois, em 1º de fevereiro de 1943, por meio do

¹⁹⁵ Ibid. p.127.

¹⁹⁶ ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 137. p. 253. Pronunciamento de Guilherme do Valle. “Desde 1928 – época da concessão – que a empresa vinha operando na capital e posteriormente no município de Canoas, entravando o desenvolvimento das iniciativas privadas e públicas e carregando para os cofres do poderoso truste no estrangeiro somas fabulosas de lucros, dividendos e outros títulos de remessa de numerário, forjados habilmente para escapar ao fisco e às leis do nosso País. Desde muitos anos que inúmeros homens públicos vinham se preocupando com o problema da energia elétrica no Estado...” 16ª sessão, em 13/05/60.

¹⁹⁷ AXT, Gunter. op. cit. p.99

Decreto-lei nº 328¹⁹⁸, o governo do Estado, então chefiado pelo interventor federal Oswaldo Cordeiro de Farias, instituiu a Comissão de Energia Elétrica, subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, e que tinha por finalidade prever e sistematizar em plano geral o aproveitamento dos potenciais hidráulicos do Rio Grande do Sul, em conexão com suas reservas carboníferas, para produção de eletricidade no Estado. O decreto, em seu artigo 2º, estabelecia ainda que competia à Comissão realizar o tombamento das fontes de energia e organizar o plano geral das centrais elétricas regionais e locais e sua interligação. E, no artigo 3º, determinava que os trabalhos de construção e exploração industrial dos serviços que viessem a ser instalados ficariam a cargo de subcomissões subordinadas a CEEE. Decorridos três meses, o governo estadual também teve autorização para a construção de linhas de transmissão, obtida mediante o previsto no Decreto Federal nº 12.154, de 6 de abril daquele ano.

Ainda em 1943, a CEEE daria início a diversas obras em cidades do interior e, decorridos dois anos, em 6 de abril de 1945, quando o Estado era chefiado pelo interventor federal Ernesto Dornelles, o Decreto Federal nº 18.318 aprovou o Plano Preliminar de Eletrificação do Rio Grande do Sul¹⁹⁹, que previa a construção de 10 grandes barragens e 509 represas. Outro decreto federal, datado de outubro daquele ano (o de nº 19.896), concedeu ao Estado o direito de exploração sobre um conjunto de bacias potenciais previstas no Plano para aproveitamentos de energia hidráulica e autorizou o mesmo governo a construir usinas termoelétricas. Em julho de 1946, quando chefiava o governo o interventor federal Pompílio Cilon Fernandes Rosa, a companhia realizou as primeiras encampações de serviços de eletricidade, anteriormente

¹⁹⁸ RIO GRANDE DO SUL. Decreto-lei nº 328, de 1º de fevereiro de 1943. Cria a Comissão Estadual de Energia Elétrica e determina suas atribuições. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. O decreto tinha vigência de um ano mas, por meio do Decreto-lei nº 546, de 28 de abril de 1944, foi prorrogado por mais um ano seu prazo de vigência. Depois, por meio do Decreto-lei nº 1.252, de 9 de novembro de 1946, o 328 foi restaurado pelo prazo em que se fizessem necessários os serviços da Comissão. Ainda sobre a história da Comissão ver: COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Legislação referente ao Plano de Eletrificação (1937-1951)*. v. I. Diretoria de Serviços Auxiliares – Turma de Comunicações e Arquivo, s/d. Conforme a documentação, em 21 de março de 1952 a Lei nº 1.744 transformou a CEEE em autarquia, condição na qual ela permaneceu até 19 de março de 1963. Em 13 de setembro de 1961, durante a gestão Brizola, por meio da Lei nº 4.136, foi transformada em sociedade de economia mista, com o nome de Companhia Estadual de Energia Elétrica. Os acionistas eram o governo do Estado, a Eletrobrás e as cidades de Frederico Westphalen, Canguçu, Júlio de Castilhos, Guaíba, Marau, Venâncio Aires, Triunfo, Guaporé, Panambi, Carlos Barbosa, Sarandi e Três Passos. Do total de Cr\$ 30.700.800.000,00 de seu capital, o governo estadual detinha Cr\$ 29.496.000.000,00.

¹⁹⁹ Ver: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Plano de Eletrificação*. Porto Alegre: Serviços de Relações Públicas, 1964. O Plano possuía duas etapas. A primeira incluía a construção de centrais de pequena potência e a segunda as usinas geradoras de porte médio.

administrados por municípios e, no final do ano seguinte, em novembro, já com o Estado sob o governo de Walter Jobim (PSD), ocorreram as primeiras encampações de empresas privadas.²⁰⁰

Foi também durante o governo de Jobim que, sob a justificativa de financiar o Plano de Eletrificação gaúcho, foi criada a Taxa de Eletrificação. A taxa incidiu, a partir de 1º de janeiro de 1951, a razão de 10%, sobre todos os impostos, com exceção do imposto de exportação, e pelo prazo de 10 anos.²⁰¹ Em 20 de junho de 1955, durante a primeira gestão Meneghetti, teve sua vigência prorrogada, sendo que entre 1953 e 1958 figurou no orçamento da CEEE, devido à autarquização da Comissão.

Em Porto Alegre especificamente a relação entre o poder público e a CBEFE era marcada por confrontos, diretos ou não, desde a assinatura dos contratos de concessão em 1928, que passaram a ser questionados com maior intensidade em 1937 pelo então interventor federal na Capital, Loureiro da Silva. Os questionamentos, que tomavam por base desde os termos do contrato até os racionamentos promovidos pela companhia, tinham inclusive o apoio do setor empresarial e resultaram em ações como congelamentos de tarifas, disputas judiciais e mediações dos Executivos federal e estadual e ainda dos Legislativos do município e do Estado. Nos Anais do Legislativo referentes ao ano de 1948 são constantes os pronunciamentos dos deputados, de várias bancadas, solicitando que a prefeitura aproveitasse o término do prazo do contrato e efetuasse sua rescisão (mesmo que, desde 1943, a jurisdição sobre o mesmo estivesse a cargo do governo federal), além de encampar os serviços.

Os debates se estenderam durante toda a década de 50 e, em 10 de setembro de 1957, após acordo entre os governos federal e estadual (então sob a primeira gestão de Ildo Meneghetti) uma portaria federal (949) instalou a Comissão de Tombamento dos Bens e Instalações da Ceerg. Some-se a isso o fato de que em junho de 1958 venceu o prazo de prorrogação do contrato da Ceerg com a Capital, que havia sido concedido em 1948, quando expirou o prazo daquele firmado em 1928. No ano de 1958, a necessidade da encampação foi um dos temas mais debatidos entre os parlamentares, cujas manifestações são particularmente intensas durante os meses de maio, junho e agosto. Quando do início da gestão de Brizola, o relatório da Comissão de Tombamento estava concluído, inclusive com conclusões bastante desfavoráveis à Ceerg,

²⁰⁰ AXT. Gunter. op. cit.

²⁰¹ RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 1.211, de 29 de novembro de 1950. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. Em 20 de junho de 1955 a Lei nº 2.641 prorrogou a vigência da taxa por mais 10 exercícios consecutivos, a partir de 1º de janeiro de 1961.

apesar de esta ter contestado o documento. No roteiro de seu programa de governo, no item Energia, as diretrizes que seriam adotadas eram claras a respeito de que a CEEE assumiria a distribuição e o abastecimento em Porto Alegre e Canoas.²⁰² Assim, pelo breve histórico apresentado até aqui, fica difícil defender que o governador tenha tomado uma iniciativa isolada. Pelo contrário, a encampação foi feita mediante amplo apoio da sociedade e das diversas correntes políticas, não podendo o mérito ser creditado unicamente a Brizola, conforme explicado anteriormente.

3.2.2 O PROCESSO ENVOLVENDO A TELEFONIA

A encampação da companhia telefônica, efetivada já no período pós-Legalidade, foi igualmente controvertida. Assim como ocorreu com a estatização da concessionária dos serviços de energia elétrica, esta ação do governo chegou a ser posteriormente considerada como parte de um conjunto de ações de fundo ideológico que abrigaria uma estratégia dinâmica de desenvolvimento econômico priorizada por Brizola com o intuito de enfrentar os interesses das empresas estrangeiras e defender o desenvolvimento do setor industrial e urbano do Estado juntamente com o do setor agrícola e frente aos interesses de grupos que representariam as velhas elites rurais e latifundiárias.²⁰³

Mais uma vez, a análise da documentação consultada indica que, mesmo que a menos tempo do que as reivindicações existentes a respeito dos problemas da área de energia elétrica, a solução para os problemas decorrentes dos serviços na área de telecomunicações era reclamada

²⁰² GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Roteiro do Programa de Governo do Engenheiro Leonel Brizola*. Elaborado pelo gabinete de Administração e Planejamento. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1962. p. 6. “ENERGIA” (o maior e mais forte ponto de estrangulamento de nossa economia)

Precisamos recuperar o tempo perdido – Todo o apoio para a CEEE – Podemos reivindicar maiores obras federais – Planos de obras da CEEE demasiado tímidos – A conjugação das duas fontes energéticas, carvão e potencial hidráulico – Solução para a nossa atualidade, mais energia com base no carvão – Estudos sobre produção de eletricidade com base na energia nuclear – CEEE deve assumir a distribuição e abastecimento de Porto Alegre e Canoas – Energia para as cidades do interior – Intensificar a eletrificação rural – Uma política objetiva para o nosso carvão – Combustíveis mais baratos para a lavoura – Programa de colaboração e apoio à Petrobrás.

²⁰³ Ver MIRANDA, Samir Perrone. *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959 – 1963)*. Porto Alegre: Ufrgs, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. p. 118-120 e CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945–1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

pela população e cobrada por parlamentares de diversos partidos, inclusive os pertencentes à siglas conservadoras, como a UDN e o PL. Além disso, a regulamentação do setor no país também vinha sendo estudada no âmbito federal. Em março de 1959, pouco antes de o governador decretar a encampação dos serviços de energia elétrica em Porto Alegre e Canoas, os deputados já protestavam contra as altas tarifas telefônicas. Em agosto, no período que antecedia as eleições municipais, o assunto voltava aos debates e o sistema era considerado pelos parlamentares como deficiente e precário. Como os Anais do Legislativo deixam claro, é evidente que o tema era utilizado em época de campanha eleitoral, o que ajuda a endossar a argumentação de o quanto era também reivindicado pela população. Tanto que Brizola foi acusado por deputados de oposição, no início do governo, de inclusive favorecer a CTN.²⁰⁴

O que pode ser considerada como que a primeira ação efetiva de Brizola na área de telecomunicações não era de todo positiva, pelo menos se para os consumidores. Constituiu-se na majoração da Taxa de Eletrificação que, por meio da Lei nº 3.859, de 5 de dezembro de 1959, foi transformada em Taxa de Eletrificação e Comunicações, e cuja alíquota passou de 10% para 15%, sobre todos os impostos (inclusive o de exportação, que ficava de fora da cobrança da Taxa de Eletrificação), a partir de 1º de janeiro de 1960. De novo, o governador buscava o incremento de receitas por meio da cobrança de taxas e impostos que atingiam não apenas às elites conservadoras e ao capital internacional, mas sim ao conjunto da população. As tabelas que seguem, com um comparativo entre os totais arrecadados com as taxas de Educação (que incidia à razão de 20% sobre todos os impostos) e a de Eletrificação e Comunicações foram retiradas do Balanço Geral do Estado referente ao ano de 1962 (que traz resumidas séries com as arrecadações das taxas então existentes) e são ilustrativas a respeito do quanto a majoração significou em termos de arrecadação com a alteração que passou a vigorar a partir de 1960.

²⁰⁴ Sobre os debates a respeito da precariedade dos serviços oferecidos e das negociações para a encampação ver: ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. v. 130. Agosto de 59. v. 131. p.215. 127ª sessão, em 12/09/59. v. s/n. Comissão Representativa de 28/12/59 a 19/04/60 e Reunião Extraordinária de 15 a 29/01/60. p. 237-238. Pronunciamento de Cândido Norberto (PL): “...está causando espanto o sigilo com que o Governo tem envolvido as discussões em torno do problema telefônico no Rio Grande do Sul. [...] já estamos sobre às 15 horas das vésperas do primeiro aniversário do Governo do Sr. Leonel Brizola e nada, absolutamente nada de positivo chegou a esta Casa a respeito das comunicações telefônicas. E o que se sabe é que o Governador está tratando à meia luz, de portas fechadas com os dirigentes da empresa norte-americana...” 8ª sessão, em 26/01/60. v 154. Comissão Representativa de 19/12/61 a 19/04/62 e Sessão Extraordinária de 04 a 19/01/62.

Tabela 20
TAXA DE ELETRIFICAÇÃO E COMUNICAÇÕES

ANO	ARRECADAÇÃO (Cr\$)	ÍNDICE
1959	762.865.171,70	100
1960	1.704.435.714,50	223
1961	2.341.214.316,60	307
1962	3.639.674.235,50	477

Tabela 21
TAXA DE EDUCAÇÃO

ANO	ARRECADAÇÃO (Cr\$)	ÍNDICE
1959	1.429.391.691,90	100
1960	1.838.206.779,90	129
1961	2.496.688.156,50	175
1962	3.881.997.600,40	272

FONTE DAS TABELAS: Balanço Geral do Estado de 1962. p. 27.

Sobre a alteração da taxa, vale ainda apontar o texto da Mensagem enviada pelo governador à Assembléia por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos de 1960, no qual, a exemplo do que pode ser observado nas explicações existentes nas Mensagens do Executivo com relação às ações do governo em outras áreas (como a Educação), anteriormente abordadas neste trabalho, a construção do texto, a forma como são colocados os fatos, tende a confundir o leitor. Assim, diz a Mensagem: “Com a finalidade de dar uma solução mais ampla e harmoniosa ao problema das telecomunicações no Estado, resolveu o Governo do estado instituir uma Taxa de Comunicações de 1,5%, criada pela Lei nº 3.859, de 5 de dezembro de 1959 e incidente sobre todos os impostos estaduais, inclusive o de exportação.” O texto da Mensagem não deixa claro o que ficou determinado na 3.859. Em seu artigo 4º, a lei estabelece: “As alíquotas das taxas adicionais serão as seguintes: taxa de eletrificação e comunicações: 15%; transportes: 17%; educação: 16%; desenvolvimento agrícola: 2%.” O 1,5% a que se refere o texto enviado pelo

Executivo ao Parlamento diz respeito ao percentual da taxa que será destinado às obras do Plano de Comunicações do Estado, equivalente a 10%.²⁰⁵

Também na Mensagem de 1960 constam informações referentes à encampação da CTN. O ponto 9.A.3., intitulado Tombamento dos Bens da Companhia Telefônica Nacional, trata dos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho IV²⁰⁶, informando que os mesmos, aprovados pelo executivo, haviam apontado para a incorporação dos bens da CTN. O documento informa ainda que foram designados dois peritos, um pelo Estado e outro pela empresa, para avaliar o acervo, que chegaram à conclusão dos seguintes valores: Cr\$ 1.202.238.000,00 equivalentes a equipamentos e Cr\$ 100.252.000,00 referentes a imóveis, o que perfazia um total de Cr\$ 1.302.580.000,00, então em fase de avaliação por técnicos do Estado.²⁰⁷ A CTN, contudo, mostrou-se insatisfeita com os resultados da avaliação, e sua direção decidiu não consentir na incorporação, conforme relatado na Mensagem do governador à Assembléia na abertura dos trabalhos legislativos de 1962.²⁰⁸

O objetivo, conforme consta na documentação, é que os bens da CTN fossem incorporados à Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), criada por meio da Lei nº 4.073, de 20 de dezembro de 1960. A CRT, uma empresa de economia mista da qual o Estado deveria possuir sempre um mínimo de capital equivalente a 51%, e da qual a CTN foi convidada a participar como acionista, tinha por missão ampliar a oferta de serviços e qualificá-los. Conforme destacado na própria Mensagem de 1960, a criação da Companhia havia acontecido depois de, em 1953 (gestão de Ernesto Dornelles), o Estado ter avocado a si o poder concedente dos serviços telefônicos em geral, criando a Comissão Estadual de Comunicações. Até então, a competência para os serviços básicos cabia aos municípios, o que havia gerado uma série de contestações judiciais por parte dos mesmos.

²⁰⁵ RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 3.859, de 5 de dezembro de 1959. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. “Art. 2º - A taxa de Eletrificação, criada pela Lei nº 1.211, de 29 de novembro de 1950, denominar-se-á Taxa de Eletrificação e Comunicações, sendo seu produto assim distribuído: 90% destinado ao atendimento das despesas com prosseguimento das obras e serviços do Plano de Eletrificação do Estado; e, 10% a serem aplicados nas obras e serviços do Plano de Comunicações do Estado.” Ou seja, 10% de uma alíquota de 15% equivalem a 1,5%.

²⁰⁶ Assim como procedeu em outras áreas, a administração petebista instituiu o grupo cuja atribuição era elaborar planos e soluções para o problema da telefonia.

²⁰⁷ Ver: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961. p. 269-271.

²⁰⁸ Ver: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1962. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1963. v. V, item 9.A.3., não paginado.

O decreto de desapropriação, portanto, publicado em 16 de fevereiro de 1962, ocorria depois de uma série de medidas públicas adotadas na área de telecomunicações, que não começaram no governo de Leonel Brizola, e das queixas constantes a respeito da qualidade e da abrangência dos serviços oferecidos, além de tentativas de negociações com a subsidiária norte-americana. A pendenga em relação aos bens da CTN extrapolaria a esfera estadual e só seria resolvida em 1967, com a Lei nº 5.450, de 7 de março daquele ano. Por ela, o então governador Waletr Peracchi Barcellos autorizava o Executivo a firmar acordo na ação de desapropriação, a celebrar contrato de empréstimo com o Banco do Brasil e a transferir para a CRT o acervo dos bens desapropriados.

Após o exposto, torna-se mais claro o quanto, tomando-se como exemplo as ações de encampações, os motivos e as conseqüências de uma determinada ação, ou de um conjunto delas, podem ser reconstruídos ou de acordo com ao contexto posterior, ou no decorrer de um certo espaço de tempo.²⁰⁹

²⁰⁹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UNB, 1995. “Um acontecimento, seja ele qual for, implica um contexto, dado que tem um sentido, ele remete para uma intriga da qual é um episódio, ou melhor, para um número infinito de intrigas. É impossível descrever uma totalidade e toda a descrição é seletiva. O historiador não revoga nunca o mapa do acontecimento, ele pode, quando muito, multiplicar os itinerários que o atravessam”. p. 46. Sobre esta questão ver também: LE GOFF, Jacques. *História*. In: **História e memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990. “O fato não é em história a base essencial de objetividade, ao mesmo tempo porque os fatos históricos são fabricados e não dados e porque, em história, a objetividade não é a pura submissão aos fatos.[...] A objetividade histórica constrói-se pouco a pouco através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas verificações sucessivas e acumulação de verdades parciais.” p. 31-33.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme ficou demonstrado nas páginas anteriores, a Leonel Brizola foram atribuídas, ou ele delas se apropriou – ou ambos – ações, iniciativas, objetivos, estratégias e situações que não eram defendidas exclusivamente pelo ex-governador e que, se tomadas individualmente, perderão o sentido que lhes é atribuído quando passam a integrar um conjunto, ou seja, um determinado contexto. A tendência ao maniqueísmo, tão presente naqueles anos que antecederam o período iniciado em 1964, também aconteceu depois e ocorre ainda hoje, de acordo com a forma como se opta por resgatar as especificidades históricas daquele período. Por isso, a relativização do discurso e das ações de Brizola à frente do Executivo gaúcho é fundamental para que se consiga vislumbrar algumas questões. Para que isto seja possível, além da combinação entre o sujeito histórico e seu contexto, é necessária uma interpretação que não se deixe levar por evidências apenas aparentes. Esta operação simultânea, que ao mesmo tempo recorta e insere fatos e interpretações, ou seja, que reconstrói uma determinada realidade, relacionando, em seu interior, tanto a ação isolada como o conjunto, é difícil, trabalhosa e, por vezes, frustrante.

Quando este trabalho teve início a proposta era a investigação de como havia se dado a vinculação da figura de Leonel Brizola ao comunismo sem que ele fosse comunista e, claro, seus motivos. O processo de maturação da pesquisa acabou tomando uma direção um pouco diversa, ou seja, a de um estudo mais amplo, que incluiu a análise das diretrizes do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, estabelecidas pelo próprio governador e sua equipe, e o resultado concreto do que foi anunciado a partir destas primeiras metas. Algumas respostas foram obtidas mas, em compensação, abriu-se todo um novo campo de questões que fazem com que a idéia de estabelecer considerações finais pareça um pouco distante.

Há pontos que parecem esclarecidos. Brizola tomou de empréstimo bandeiras (como a reforma agrária) e ações (como a encampação de empresas multinacionais) de outros grupos e agentes políticos, e que traduziam expectativas de parcelas da população. Bandeiras estas que, dentro do contexto pelo qual passava o país e também aquele que envolvia a política-econômica internacional, traduziam tanto um sentimento de nacionalismo que se misturava a tantos outros

conceitos como a necessidade de demarcar posições, colocando-se de um dos dois ‘lados’ em que se dividia o cenário externo. Ao mesmo tempo, o líder petebista instituiu prioridades próprias de seu governo, originais por assim dizer, que também atendiam a demandas de parte significativa da população, como a melhoria das condições de ensino, traduzida em ampla extensão da rede. Fez demonstrações de força perante setores conservadores que historicamente se consideravam condutores dos processos político, econômico e social. Buscou o apoio das mesmas patentes militares entre as quais se disseminava a ‘infiltração bolchevique’. E sistematicamente denunciou a existência de setores desejosos de dar rumos às políticas nacionais por meio da força, da instauração de sistemas autoritários, o que é uma das justificativas mais utilizadas por aqueles que pensam sobre as possibilidades de chefiar um regime de exceção.

Já os estudos no sentido de rever certezas até agora apontadas por boa parte dos pesquisadores – como a que indica o governo de Brizola no Rio Grande do Sul como de ruptura com as políticas conservadoras ou a que atribui a ele a realização de uma significativa reforma agrária – foram apenas iniciados. Há ainda um longo caminho a ser percorrido pelos pesquisadores e as fontes existentes são riquíssimas em informações, dados, possibilidades de inferência. De qualquer forma, parece que o presente trabalho apontou para as possibilidades de que os pontos precisam ser melhor estudados e que as fontes não confirmam uma parte significativa de iniciativas que são dadas como realizadas.

Como já mencionado na Introdução, não era o caso aqui de se fazer ‘uma história dos grandes homens’ mas, independente da projeção histórica como liderança política ou não, é certo que se Brizola não fosse Brizola algumas situações não se consolidariam, ou se consolidariam de outra forma ou em outro momento. Exemplos? Sua articulação foi decisiva no episódio da Legalidade. Houve avanços na área da Educação, mesmo que esses fiquem muito aquém daqueles anunciados pela propaganda petebista. E Brizola efetivou as encampações das subsidiárias de multinacionais dos setores de energia elétrica e telefonia mesmo que, em ambos os casos, os processos para que tal acabasse acontecendo já estivessem em curso. Este tipo de característica, que coloca em xeque qualquer abordagem de cunho estruturalista, não diz respeito apenas a Brizola, mas a variados agentes históricos. Sem a consolidação de determinadas situações não se formaria um conjunto de fatores desencadeantes de outra série de acontecimentos e, assim, sucessivamente.

Ao mesmo tempo, Brizola movimentava-se dentro de um contexto político que, por sua vez, pressupunha a existência, anterior, de regras e práticas que não dependem só dos valores individuais dos sujeitos, que não estão vinculados apenas às suas vontades e que também não obedecem necessariamente aos preceitos morais estabelecidos, ou seja, as regras próprias da política. Por fim, dentro delas, em determinados momentos, é difícil separar interesses individuais dos chamados interesses coletivos, até porque o que determina os interesses coletivos prioritários senão a associação de interesses individuais e sua instrumentalização política? Esta complicada mistura entre os sujeitos e as condições postas, as regras do jogo, como diria Pierre Bourdieu, norteou toda a realização do estudo que aqui foi apresentado.

Sendo assim, apesar de estar longe de esgotar as possibilidades levantadas, este trabalho contribui para a discussão a respeito do período histórico de que trata porque, para relativizar as ações e diretrizes anunciadas pelo governo brizolista, primeiro se propôs a buscar as informações históricas em fontes documentais primárias diversas, prática um tanto em desuso. Infelizmente, apesar de todo o rigor científico que envolve a pesquisa, não é possível que dados e considerações fiquem sendo repetidos apenas a partir de trabalhos já realizados. É preciso ver e rever as fontes, checar números, cruzar informações, levantar novas possibilidades. O risco de erro é grande, mas, se não for considerado, a pesquisa não avança. Em segundo lugar, o cuidado que se tomou durante toda a confecção do trabalho foi no sentido de não realizar um estudo ‘engajado’, que tomasse de empréstimo, ou ingenuamente, os discursos dos agentes envolvidos. Não é possível, quando se vai proceder a análise de práticas políticas, deixar de lado uma certa dose de ‘malícia’ em relação aos feitos anunciados pelos agentes políticos da situação ou as críticas desferidas por aqueles de oposição. E, por último, houve uma preocupação constante em cotejar, sempre, em que medida as ações anunciadas – e mesmo as leis estabelecidas²¹⁰ – se transformaram em fatos ou práticas.

Por fim, seguindo a argumentação defendida por Sento-Sé,²¹¹ não é exagero dizer que a análise do brizolismo pode contribuir para um debate mais abrangente a respeito dos processos

²¹⁰ A análise do arcabouço legal e do quanto leis e práticas podem estar dissociadas é tratada com muita propriedade por Joseli Mendonça, apesar de o período histórico e os grupos analisados serem completamente diversos daqueles analisados neste estudo. Ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

²¹¹ SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/FGV, 1999. p. 28. “Não quero dizer que pela análise do brizolismo temos acesso à complexidade dos processos políticos e sociais do Brasil recente. Sugiro, apenas, que, nesse debate, foi posta em cena uma coleção nada negligenciável de termos e imagens, cruciais para o debate político brasileiro mais abrangente.”

políticos e sociais do Brasil. No caso de sua gestão à frente do Executivo estadual, também a respeito destes processos no âmbito do Rio Grande do Sul e de sua relação com os desencadeados no país. Há sim uma relação entre o exposto no trabalho que antecede estas considerações e toda a situação nacional. Falta responder, por exemplo, como, em um contexto no qual a política brasileira tinha a tranquilidade de uma montanha-russa, não houve uma forte reação da sociedade ao golpe militar de 1964. Pelo contrário, ela o apoiou enquanto o presidente da República fugia e, no Parlamento gaúcho, antigos legalistas silenciavam. As denúncias de prisões e violação das liberdades eram recebidas por parte deste Parlamento com descrédito, às vezes ironia. Vários deputados se apressaram em congratular-se com o golpe, que chamavam de revolução. Alguns deles, e também a população, não tinham bem certeza sobre se aquilo era um golpe ou uma revolução. Demorariam a esclarecer suas dúvidas. O Brizola que vociferava por ‘reformas na lei ou na marra’ perambulou, anônimo e durante pouco mais de um mês, pelo Rio Grande do Sul, antes de tomar a mesma decisão de João Goulart. Mas essa é uma outra história.

FONTES DOCUMENTAIS

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais da Assembléia Legislativa* (anos de 1958 a 1964 – coleção completa).

RIO GRANDE DO SUL. *Diários Oficiais do Estado do Rio Grande do Sul* (anos de 1945 a 1964 – volumes específicos).

IBGE. *Estatísticas do Século XX – Educação e Saúde*.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1962. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1963.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Roteiro do Programa de Governo do Engenheiro Leonel Brizola*. Elaborado pelo Gabinete de Administração e Planejamento. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1962.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Contadoria Geral do Estado. *Balanços Gerais do Estado* (anos de 1955 a 1966 – coleção completa).

GOVERNO DO ESTADO DO RS. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. *Finanças do Estado do RS*. v. 12 – 1961-1962. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1963.

CONTAS DO GOVERNO. *Parecer do Sr. Ministro Eurico Trindade Neves sobre as contas relativas ao Exercício Financeiro de 1959*. Aprovado em sessão de 28 de junho de 1960. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961.

CONTAS DO GOVERNO. *Parecer Prévio sobre as contas do Governo do Estado. Balanço de 1960*. Moysés Vellinho – Ministro Relator. Aprovado em sessão de 27 de junho de 1961. Oficinas Gráficas do Estado, 1962.

CONTAS DO GOVERNO. *Parecer prévio sobre as contas do Governo do Estado*. Balanço de 1961. Carlos Eurico Gomes – Ministro Relator. Aprovado em sessão plenária de 27 de junho de 1962. Oficinas Gráficas do Estado, 1962.

CONTAS DO GOVERNO. *Parecer prévio sobre as contas do Governo do Estado*. Balanço de 1962. Eurico Trindade Neves – Ministro Relator. Aprovado em sessão plenária de 26 de junho de 1963. Oficinas Gráficas do Estado, 1963.

COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Legislação referente ao Plano de Eletrificação (1937-1951)*. v. I. Diretoria de Serviços Auxiliares – Turma de Comunicações e Arquivo, s/d.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Plano de Eletrificação*. Porto Alegre: Serviços de Relações Públicas, 1964.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. *Aspectos legais da energia elétrica: legislação constitucional e ordinária – Código de Águas e leis subseqüentes*. Anotações de Anon Butler Maciel (Chefe do gabinete do Ministro da Justiça). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, s/d.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (1949).

AXT, Gunter. *A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul: dos primórdios à formação da empresa pública (1887 – 1959)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 1992. v. I-II.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A opção política brasileira*. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. v. 2.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania: tipos e percursos*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 18, 9. p. 337-359.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Celso. *O golpe de 1964*. Disponível em <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 11 nov. 2006.

COHN, Amália. *A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania*. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta (1500-2000) : a grande transação**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

DALMAZO, Renato Antônio. *Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul: 1940 – 1974*. In: **Teses** – Secretaria do Planejamento e da Administração (Fundação de Economia e Estatística) Porto Alegre: nº 16, dez. 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas (1951 – 1954): democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

DE CERTEAU, Michel. *A operação historiográfica*. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Itaguaí (RJ): UFRRJ, 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. *O socialismo soviético*. In: **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

FERREIRA, Jorge. *O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. In: **1964 – 2004 40 Anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil (Anais do seminário UFRJ UFF CPDOC APERJ)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável?* In: **1964 – 2004 40 Anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil (Anais do seminário UFRJ UFF CPDOC APERJ)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

FLACH, Ângela. *Os vanguardistas do anticomunismo: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961 – 1966)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção 1906 – 1954*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GEHLEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Porto Alegre (RS): UFRGS, 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Política e Sociologia).

GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio*. Camaquã, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *Estado, ditadura do proletariado e poder soviético*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: UnB, 1994.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: Senac, 2001.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MERQUIOR, José Guilherme. In: HALL, John. **Os estados na história**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MIR, Luís. *A Revolução Impossível*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

MIRANDA, Samir Perrone de. *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso de governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

MONTESQUIEU, Charles. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

MÜLLER, Geraldo. *A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.) **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

OLIVEIRA, Franklin de. *Rio Grande do Sul, um novo nordeste: o desenvolvimento econômico e as disparidades regionais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Fundação Roberto Marinho, 1995.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

PASQUALINI, Alberto. *As idéias políticas e sociais de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1954.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

REIS Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS Filho, Daniel Aarão. *As revoluções russas*. In: O século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul – 1945/1954*. Passo Fundo: UPF, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Hermes, s/d.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/FGV, 1999.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Porto Alegre: L&PM, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga. s/d.

SIMONSEN, Mario Henrique. *O modelo brasileiro de desenvolvimento*. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da história universal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

TOLEDO, Caio Navarro de. *A democracia populista golpeada*. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **1964 – Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UNB, 1995.

VIANNA, Sérgio. *Política econômica e segundo governo Vargas (1951 – 1954)*. Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Internacionais, Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

ZANFELIZ, Maria Assunta Campilongo. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura 1958-1962*. Porto Alegre: UFRGS, 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia, Política e Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.